



**A Psicologia é para  
todo mundo**  
E se faz com Direitos Humanos!

**39**

**SEGURANÇA PÚBLICA  
E VIOLÊNCIA POLICIAL:**

**QUAIS CORPOS  
SÃO ALVOS?**



Conselho  
Regional de  
**PSICOLOGIA SP**



*A Psicologia é para  
**todo mundo**  
E se faz com Direitos Humanos!*

**39**

**SEGURANÇA PÚBLICA  
E VIOLÊNCIA POLICIAL:**

**QUAIS CORPOS  
SÃO ALVOS?**

*CRP 06 • São Paulo • 2022*



*Conselho  
Regional de  
**PSICOLOGIA SP***

# EXPEDIENTE

## XVI PLENÁRIO DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO

### Diretoria

**Presidenta:** Tatiane Rosa da Silva (CRP 06/122671)

**Vice-presidente:** Raizel Rechtman (CRP 06/115233)

**Secretária:** Rita de Cássia Oliveira Assunção (CRP 06/41621)

**Tesoureira:** Mônica Marques dos Santos (CRP 06/68930)

### Conselheiras/os

Ana Paula Hachich de Souza (CRP 06/74115)

Annie Louise Saboya Prado (CRP 06/86192)

Beatriz Borges Brambilla (CRP 06/98368)

Clarissa Moreira Pereira (CRP 06/85338)

Edgar Rodrigues (CRP 06/29843)

Eduardo de Menezes Pedroso (CRP 06/122428)

Emanoela Priscila Toledo Arruda (CRP 06/107551)

Ione Aparecida Xavier (CRP 06/27445)

Ivani Francisco de Oliveira (CRP 06/121139)

Julia Pereira Bueno (CRP 06/132236)

Jumara Silvia Van De Velde (CRP 06/7616)

Lauren Mariana Mennocchi (CRP 06/90668)

Lilian Suzuki (CRP 06/27810)

Luana Alves Sampaio Cruz Bottini (CRP 06/69979)

Luciane de Almeida Jabur (CRP 06/66501)

Maria da Glória Calado (CRP 04/33194)

Maria Mercedes W. K. V. B. Guarnieri (CRP 06/59560)

Maria Rozineti Gonçalves (CRP 06/39077)

Mônica Cintrão França Ribeiro (CRP 06/20583)

Mônica Marques dos Santos (CRP 06/68930)

Murilo Centrone Ferreira (CRP 06/142583)

Raizel Rechtman (CRP 06/115233)

Rita de Cássia Oliveira Assunção (CRP 06/41621)

Rodrigo Toledo (CRP 06/90143)

Sarah Faria Abrão Teixeira (CRP 06/132287)

Sulamita Jesus de Assunção (CRP 06/115531)

Talita Fabiano de Carvalho (CRP 06/71781)

Tatiane Rosa da Silva (CRP 06/122671)

## SEGURANÇA PÚBLICA E VIOLÊNCIA POLICIAL: QUAIS CORPOS SÃO ALVOS?

### COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E POLÍTICAS PÚBLICAS

Annie Louise Saboya Prado

Bruno Simões Gonçalves

Caroline Cusinato

Cibeles Sanches

Gabriela Alvim de Oliveira Freitas

Eduardo de Menezes Pedroso

Emanoela Priscila Toledo Arruda

Franklin Felix de Lima

Ione Aparecida Xavier

Ivani Francisco de Oliveira

Juliana Cristina Bessa

Larissa Correia Nunes Dantas

Luana Alves Sampaio Cruz Bottini

Luciane de Almeida Jabur

Marcia Cristina Schwarz Mendes

Maria da Glória Calado

Maria Orlene Daré

Maria Rozineti Gonçalves

Maria Sueila da Silva Ferreira

Mônica Cintrão França Ribeiro

Mônica Marques dos Santos

Rafael Cislinski

Ricardo Gasolla

Sulamita Jesus de Assunção

Talita Fabiano de Carvalho

Tatiane Rosa da Silva

Telma Abrahão

### COMISSÃO ORGANIZADORA DO SEMINÁRIO ESTADUAL "SEGURANÇA PÚBLICA E VIOLÊNCIA POLICIAL: QUAIS CORPOS SÃO ALVOS?"

Verônica Barros Carneiro

Maria da Glória Calado

Carlos Eduardo Mendes

Maria Orlene Daré

Ivani Francisco de Oliveira

Juliana Falchete do Prado

Ione Aparecida Xavier

Mônica Marques dos Santos

Rodrigo Maia

Francisca da Conceição

### COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO

Coordenação de Relações Externas: Tiara Vaz Ribeiro

Assessoria de Comunicação: Nathalia Barbosa dos Santos

Assistência de Comunicação e Divulgação: Guilherme Garcia da Silva

Design Gráfico: Paulo Mota e Micael Melchhiades

Redes Sociais: Jaqueline Melo da Silva

Web Design: Adolfo Barros Benevenuto e Rodolfo Lima Morandi

Estagiárias: Thamara Lima Barboza e Júlia Gonçalves Sanchez

### EQUIPE DE EVENTOS

Sérgio Valério Toledo Pinto

Jeferson Geraldo Rodrigues

Marisa Maria da Silva Maruyama

## REALIZAÇÃO

Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP SP)

Projeto gráfico e editoração: Entrelinhas Conteúdo & Forma

---

C755s Conselho Regional de Psicologia de São Paulo.

SEGURANÇA PÚBLICA E VIOLÊNCIA POLICIAL: QUAIS CORPOS SÃO ALVOS?.

Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. - São Paulo: CRP SP, 2022.

Acesso Remoto: (<https://www.crp.org/>)

ISBN: 978-65-87764-04-7

1. Psicologia e Direitos Humanos. 2. Psicologia e Políticas Públicas. 3. Saúde Mental. 4. Violência de Estado. 5. Segurança Pública. I. Título

CDD 150.23

---

Ficha catalográfica elaborada por Marcos Antonio de Toledo CRB8/8396

# Cadernos Temáticos do CRP SP

Desde 2007, o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo inclui, entre as ações permanentes da gestão, a publicação da série *Cadernos Temáticos do CRP SP*, visando registrar e divulgar os debates realizados no Conselho em diversos campos de atuação da Psicologia.

Essa iniciativa atende a vários objetivos. O primeiro deles é concretizar um dos princípios que orientam as ações do CRP SP, o de produzir referências para o exercício profissional de psicólogas/os; o segundo é o de identificar áreas que mereçam atenção prioritária, em função de seu reconhecimento social ou da necessidade de sua consolidação; o terceiro é o de, efetivamente, ser um espaço para que a categoria apresente suas posições e questionamentos acerca da atuação profissional, garantindo, assim, a construção coletiva de um projeto para a Psicologia que expresse a sua importância como ciência e como profissão.

Esses três objetivos articulam-se nos Cadernos Temáticos de maneira a apresentar resultados de diferentes iniciativas realizadas pelo CRP SP, que contaram com a experiência de pesquisadoras/es e especialistas da Psicologia para debater sobre assuntos ou temáticas variados na área. Reafirmamos o debate permanente como princípio fundamental do processo de democratização, seja para consolidar diretrizes, seja para delinear ainda mais os caminhos a serem trilhados no enfrentamento dos inúmeros desafios presentes em nossa realidade, sempre compreendendo a constituição da singularidade humana como um fenômeno complexo, multideterminado e historicamente produzido. A publicação dos Cadernos Temáticos é, nesse sentido, um convite à continuidade dos debates. Sua distribuição é dirigida a psicólogas/os, bem como aos diretamente envolvidos com cada temática, criando uma oportunidade para a profícua discussão, em diferentes lugares e de diversas maneiras, sobre a prática profissional da Psicologia.

Este é o 39º Caderno da série. Seu tema é: Segurança Pública e violência policial: quais corpos são alvos?.

Outras temáticas e debates ainda se unirão a este conjunto, trazendo para o espaço coletivo informações, críticas e proposições sobre temas relevantes para a Psicologia e para a sociedade.

A divulgação deste material nas versões impressa e digital possibilita ampla discussão, mantendo permanentemente a reflexão sobre o compromisso social de nossa profissão, reflexão para a qual convidamos todas/os.

**Os Cadernos já publicados podem ser consultados em [www.crpsp.org.br](http://www.crpsp.org.br):**

- 1 – Psicologia e preconceito racial
- 2 – Profissionais frente a situações de tortura
- 3 – A Psicologia promovendo o ECA
- 4 – A inserção da Psicologia na saúde suplementar
- 5 – Cidadania ativa na prática
- 5 – *Ciudadanía activa en la práctica*
- 6 – Psicologia e Educação: contribuições para a atuação profissional
- 7 – Nasf – Núcleo de Apoio à Saúde da Família
- 8 – Dislexia: Subsídios para Políticas Públicas
- 9 – Ensino da Psicologia no Nível Médio: impasses e alternativas
- 10 – Psicólogo Judiciário nas Questões de Família
- 11 – Psicologia e Diversidade Sexual
- 12 – Políticas de Saúde Mental e juventude nas fronteiras psi-jurídicas
- 13 – Psicologia e o Direito à Memória e à Verdade
- 14 – Contra o genocídio da população negra: subsídios técnicos e teóricos para Psicologia
- 15 – Centros de Convivência e Cooperativa
- 16 – Psicologia e Segurança Pública
- 17 – Psicologia na Assistência Social e o enfrentamento da desigualdade social
- 18 – Psicologia do Esporte: contribuições para a atuação profissional
- 19 – Psicologia e Educação: desafios da inclusão
- 20 – Psicologia Organizacional e do Trabalho
- 21 – Psicologia em emergências e desastres
- 22 – A quem interessa a “Reforma” da Previdência?: articulações entre a psicologia e os direitos das trabalhadoras e trabalhadores
- 23 – Psicologia e o resgate da memória: diálogos em construção
- 24 – A potência da psicologia obstétrica na prática interdisciplinar: uma análise crítica da realidade brasileira
- 25 – Psicologia, laicidade do estado e o enfrentamento à intolerância religiosa
- 26 – Psicologia, exercício da maternidade e proteção social
- 27 – Nossa luta cria: enfrentar as desigualdades e defender a democracia é um dever ético para a Psicologia
- 28 – Psicologia e precarização do trabalho: subjetividade e resistência
- 29 – Psicologia, direitos humanos e pessoas com deficiência
- 30 – Álcool e outras drogas: subsídios para sustentação da política antimanicomial e de redução de danos
- 31 – Psicologia e justiça: interfaces
- 32 – Conversando sobre as perspectivas da educação inclusiva para pessoas com Transtorno do Espectro Autista
- 33 – Patologização e medicalização das vidas: reconhecimento e enfrentamento - parte 1
- 34 – Patologização e medicalização das vidas: reconhecimento e enfrentamento - parte 2
- 35 – Patologização e medicalização das vidas: reconhecimento e enfrentamento - parte 3
- 36 – Psicologia, demandas escolares e Intersetorialidade: os caminhos do diagnóstico de crianças e adolescentes
- 37 – Práticas em psicologia e educação
- 38 – Cristalização, patologização e criminalização da vida no sistema de Justiça: “Alienação Parental” e a atuação da/o psicóloga/o

# Apresentação

O dia 26 de junho é marcado pelo Dia Internacional de Luta Contra a Tortura, instituído em 1997, em referência à Convenção Contra a Tortura, assinada em 26 de junho de 1987. A data tem o objetivo de apoio às vítimas de tortura e de erradicação total dessas práticas.

No Brasil, a tortura é prática habitual e indigna. Se iniciou com a invasão europeia no século XVII, tendo os povos indígenas como primeiro alvo, que foram torturados, física e simbolicamente, com a justificativa cínica de que estariam sendo salvos da barbárie a partir dessas práticas.

Não muito depois, os povos africanos escravizados em diáspora se unem aos povos indígenas, sendo incessantemente torturados pela supremacia branca. Não por coincidência, mas enquanto continuidade de um projeto civilizatório colonial, hoje no Brasil, são esses mesmos os principais atingidos pelas práticas de tortura: os desviantes e enfrontadores do status quo. A ditadura nunca deixou de existir em territórios e espaços delegados a essas pessoas: as favelas e os sistemas de privação de liberdade.

Essa afirmação se comprova com o levantamento realizado pelo G1 em parceria com o Núcleo de Estudos da Violência da USP e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, que aponta que 5.660 pessoas foram vítimas da letalidade policial no Brasil em 2020; sendo que, destas, 78% são negras ou pardas. No mesmo ano, 198 policiais militares foram assassinados no país, número que representa um aumento de 10% em relação ao ano anterior.

O CRP SP, comprometido com a garantia dos Direitos Humanos à todas as diversas subjetividades e corpos, coloca em destaque o direito fundamental à segurança pública, garantido pela Constituição Federal e pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, realizou o Seminário Estadual 'Segurança Pública e violência policial: quais corpos são alvos?', nos dias 1, 2 e 3 de julho de 2021 que contou com uma live de abertura, duas rodas de conversa, e uma live de fechamento. O registro das lives e a transcrição das rodas de conversa, compõe este caderno temático. Boa leitura!

# **Segurança pública e violência policial. Quais corpos são alvos?**

Com apresentação da psicóloga Ivani Francisco de Oliveira, conselheira vice-presidenta do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP-SP), e mediação do psicólogo Carlos Eduardo Mendes, a live de abertura do **“Seminário Estadual de Segurança Pública e Violência Policial: quais corpos são alvos?”** foi a primeira atividade de uma programação intensa, que se estendeu entre 1 e 3 de julho, de forma remota e contou com a participação de importantes nomes do movimento negro em diferentes áreas.

O Seminário está alinhado à campanha “Racismo é coisa da minha cabeça ou da sua?”, das Comissões de Direitos Humanos do Sistema Conselhos de Psicologia, lançada no final de 2020, que pretende estabelecer novas contribuições ao debate sobre racismo junto à categoria e à sociedade.

Durante pouco mais de duas horas, intelectuais colocaram em pauta as diferentes formas de violência a que está submetida a população negra no Brasil, especialmente a de áreas de vulnerabilidade social. O momento, apesar de relatos dolorosos, foi de demonstrações importantes, de testemunhos, de posicionamento contra qualquer tipo de discriminação ou segregação. E, por certo, de defesa da inclusão. Intérpretes de libras garantiram a com-

preensão por parte do público surdo. Já para a integração completa das pessoas com capacidade visual limitada, todos os participantes incluíam em sua apresentação uma descrição de suas características físicas e do ambiente que os cercava.

***“O evento tem o intuito de discutir essas questões e marcar um posicionamento de luta contra o genocídio da população negra, a principal população atingida pela violência da polícia”***

*Ivani Francisco de Oliveira*

## **VIOLÊNCIA EM OLHARES E NÚMEROS**

Um breve resgate histórico da tortura contra indígenas e negros no Brasil marcou a fala de abertura de Ivani Oliveira, que foi seguida por uma intervenção artística de Edinho Poesia, homem negro, surdo, arte-educador, ator, poeta, palestrante e apresentador. Após interpretar a poesia “Sistema”, o artista ressaltou a importância da inclusão, por meio principalmente da educação inclusiva das minorias, como os surdos, negros e indígenas. “Imagina um surdo ser algemado em uma batida policial. Precisamos das mãos para falar. Já pensou acabar encarcerados porque ‘não sabemos falar’”, argumentou Edinho, demonstrando a dificuldade de ser duplamente discriminado, como homem negro e surdo. Reiterou a importância da informação para que os falantes de libras tenham acesso aos debates sobre representatividade.

***“O sistema quer que eu escreva em português. O sistema quer que eu fale, que eu oralize em português. O sistema não quer que eu fale em libras. Eles não querem que eu fale a minha língua. Eles me vêem como um bicho. Os livros são feitos de canetas, armas. Parabéns para vocês que falam em português. Parabéns para todos vocês que falam em português. Eu tenho quatro versos de poesia. E eu as carrego, carrego e disparo palavras bonitas para você. Disparo palavras bonitas também. Disparo palavras bonitas para vocês, os meus versos. Eles são livres e ninguém me cancela, ninguém vai tirar a libras de mim, ninguém.”***

*Edinho Poesia*

Para conduzir as falas do Seminário como mediador foi convidado o psicólogo Carlos Eduardo Mendes, que desenvolve pesquisas com jovens negras da periferia.

O primeiro debatedor foi o autor de uma pesquisa sobre a letalidade da Polícia de São Paulo em 2017 e secretário de Defesa Social da cidade de Diadema, Benedito Mariano, que ratificou a necessidade desse tipo de debate “A pesquisa reforçou a visão que eu já tinha há muito tempo: infelizmente as nossas polícias carregam um preconceito histórico contra pobres (...) esses são os corpos, são alvos da violência policial letal: pobres e negros, sobretudo pobres negros, jovens”. Ele revelou que a pesquisa demonstrou que apenas 3% dos inqueritos contra policiais



são instaurados pela Corregedoria da PM. Desses, 50% resultam em condenação. Os outros 97% são instaurados nos próprios batalhões, e em praticamente 100% dos casos acabam em arquivamento.

Para o cientista social, a diminuição do genocídio da população negra no Brasil passa, necessariamente, pelo reforço da luta antirracista, para que os governos mudem de posição em relação à forma como se faz Segurança Pública. Conforme Mariano, hoje ela ainda é feita com muito preconceito contra pobres e negros. Ele acredita que são necessários programas desenvolvidos com a perspectiva de criar uma polícia cidadã democrática e antirracista. “Nós temos que incluir a luta antirracista nas nossas instituições policiais, né? É isso que passa por uma nova formação, que não trabalhe com o estereótipo de que pobre negro é potencial inimigo”, defendeu.

***“Pela nossa pesquisa, 99% das pessoas que foram mortas pela polícia em São Paulo em 2017 são pobres. E desses pobres, 66% eram jovens pobres negros.”***

*Benedito Mariano*

## RAIVA E PACIÊNCIA

A advogada Dina Alves abordou dois sentimentos: raiva e paciência. A primeira como instrumento político, a segunda como caminho para a utopia, como ideal realizável contra a discriminação das minorias. Como os meandros da violência policial e do racismo são muitos, a também cientista política trouxe à lembrança o assassinato de Luana Barbosa dos Reis

Santos – mulher negra, lésbica, assassinada por policiais militares em Ribeirão Preto – no qual atua como Assistente de Acusação contra os policiais. Seu intuito foi demonstrar como o discurso de combate às drogas funciona, desde 1950, quando massificado pelos Estados Unidos da América e reproduzido no Brasil como um instrumento de encarceramento da população da periferia. Segundo dados da CNJ, o Brasil é o terceiro país em número de encarcerados, com mais de 800 mil presos. Desses, segundo Dina, 30% tecnicamente são inocentes, sob o argumento de suspeição. “ser suspeito padrão é ser esse corpo-alvo, é ser negro, é ser morador da periferia, é ter o tipo padrão que o sistema penal antinegro elege”, ressalta.

As consequências desse número são gigantescas, ao serem consideradas o que ela chama de *comunidades fraturadas*, ou seja, as pessoas do entorno desses presos: crianças, mulheres e idosos que são diretamente afetados quando o familiar, muitas vezes provedor, é encarcerado. “Tudo isso faz parte de uma guerra às drogas. É um sistema de captura que promove sofrimento direto e indiretamente. Então nós estamos falando de duas faces horripilantes do genocídio antinegro no Brasil, seja a partir do sistema prisional, seja a partir das mortes diretas, nas execuções sumárias. O projeto político de genocídio, que viola a presunção da inocência”, alerta.

***“A raiva deve ser lida aqui com uma pedagogia da justiça, como instrumento político. E para não nos calarmos diante de profundas injustiças, de***

***aprofundamento do racismo, do sexismo. (...) Essa crescente violência contra as populações negras, contra as comunidades indígenas, as comunidades ribeirinhas, as pessoas imigrantes, os movimentos sociais. O aumento no número de pessoas encarceradas e assassinadas, sobretudo por agentes de Segurança Pública. Então, a raiva é um elemento potente, é oxigênio para a nossa luta. A paciência, no mesmo sentido, deve ser lida como um exercício contínuo da utopia, Utopia como um ideal a ser realizável"***

Dina Alves

## **PSICOLOGIA X SEGURANÇA PÚBLICA**

Ao frisar que estamos em tempos difíceis, norteados pela mentira, pelo ódio e pelo positivismo, o hoje professor do Instituto de Psicologia da Universidade Federal e presidente do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro, Pedro Paulo Bicalho, chamou atenção para o desmantelamento de Conselhos que têm participação social em temas fundamentais, como a Segurança Pública, e a disputa por temas como a tortura. "Nós estamos falando de algo bastante especial, querendo articular Segurança Pública e Direitos Humanos", ressaltou. O contexto atual, conforme o estudioso, perpetua a utilização da Segurança Pública como manutenção não somente das relações de poder, mas principalmente das rela-

ções que marcam a desigualdade que nos retrata enquanto país. Ele lembrou que o Sistema Único de Segurança Pública só nasceu efetivamente no ano de 2018, com a lei 13.675.

Bicalho é também representante do Conselho Federal de Psicologia no Comitê de Direitos Humanos. Foi a partir desta posição, e também como quem se desligou da Polícia Militar do Rio de Janeiro como Capitão Psicólogo, que ele fez uma retrospectiva da relação da Psicologia com a Segurança Pública e resgatou a construção da referência técnica sobre a atuação do psicólogo, no Centro de Referências Técnicas em Psicologia. A referência, que teve a sua primeira versão publicada em 2020, começou a ser debatida no 7º Congresso Nacional da Psicologia, em 2010. "Ela é produzida a partir de dois princípios fundamentais do nosso Código de Ética, um que fala sobre a responsabilidade de analisar criticamente a conjuntura em que nós vivemos e o outro que diz sobre a consideração das relações de poder que estão presentes nas nossas atuações", explicou. O documento é ainda mais relevante ao sintetizar o posicionamento da profissão, que ao ser regulamentada em 1962 vinha carregada de um viés intimista e liberal, sem articulações sociais. Mas que se modificou e se inseriu nos temas de interesse social, principalmente a partir de 1980, com a redemocratização do país. A construção da referência técnica alerta para uma psicologia que se efetiva no território da Segurança Pública. "Quando nós afirmamos as políticas de Segurança Pública estamos falando de uma violência que se expressa de forma complexa, a partir de múltiplos fatores contribuintes, em especial, a desigualdade estrutural que nos constrói

enquanto país. Nós não podemos perder de vista a interseccionalidade que deve estar presente na formulação e na execução de todas as nossas políticas públicas e na interlocução para a execução dessas políticas, analisou. Ao final, Bicalho defendeu que “é fundamental que a Segurança Pública não seja instrumento de afirmação da política genocida que hoje nós vivemos no país, e para isso nós precisamos pensar numa Segurança Pública que faça sentido. Na articulação com os Direitos Humanos, na articulação com políticas públicas, na articulação com uma visão crítica sobre o que representa a desigualdade que nos estrutura enquanto brasileiras e brasileiros nesse país tão desigual onde nós vivemos”.

***“Se nós estamos aqui hoje foi porque muita gente acreditou na articulação possível entre psicologia e compromisso social. Foi porque nós votamos, sobretudo a partir dos anos 80, pela redemocratização do país, por uma nova Constituição, por uma sociedade sem manicômios e por uma saúde pública para todos”***

*Pedro Paulo Bicalho*

## **REVISÃO E REPARAÇÃO HISTÓRICA**

Encerrando as apresentações, antes da rodada de perguntas, o deputado estadual de São Paulo, Jesus dos Santos, fez uma revisão histórica pontual do papel das forças de Segurança Pública que, para ele, desde a chegada do primeiro homem

branco em território nacional têm o papel de defender o escoamento das nossas riquezas e oprimir corpos não brancos.

Santos enfatizou que, mesmo com todas as lutas travadas pelos movimentos, as preocupações são as mesmas de Martin Luther King, há 40 anos. Segundo ele, os avanços estão aquém na construção de “uma sociedade onde o racismo estrutural não continue sendo algo presente nas nossas vidas. Sobretudo como um homem preto, de periferia, pai, uma das minhas maiores preocupações e angústias é justamente não ter a chance de ver as minhas filhas crescerem. Devido à possibilidade constante de, ao sair de casa, ser alvejado pelas forças de segurança.”

A reafirmação da política de cotas e a ampliação de direitos; a discussão da reforma do Código de Processo Penal, especialmente do artigo 244, que permite a prisão sem mandado por fundada suspeita; assim como a apropriação dos debates das demais reformas institucionais, como a Tributária e da Previdência são algumas das ações sugeridas pelo deputado em busca de uma sociedade sem racismo estrutural. Além de um novo olhar sobre a Segurança Pública. “A maioria dos cargos públicos, sejam os do Ministério de Justiça e da Segurança Pública, sejam os das secretarias estaduais ou municipais, são compostos justamente por policiais militares. Uma política militarizada significa mais armas, mais enfrentamento, mais operação, mais mortes”. Para ele, para reduzir a letalidade é preciso servidores que trabalhem no caminho oposto, “em um processo de reparação histórica e, nesse sentido, estou falando aqui de mobilidade econômica, de mobilidade social e de moradia”.

***“O paradoxo é que, devido a patologias do nosso processo colonizador perpetuadas até hoje, para termos a possibilidade de vivermos um pouco mais estamos precisando defender essa democracia branca, burguesa, eurocêntrica, cisgênera.”***

*Jesus dos Santos*

Acesse aqui a  
live de abertura.



## OS DEBATEDORES

**Benedito Mariano** - Mestre em Ciências Sociais pela PUC-SP, secretário de Defesa Social da cidade de Diadema. É um dos fundadores do Movimento Nacional de Direitos Humanos, foi membro e atuou em diversas Secretarias e Conselhos Municipais e Nacionais.

**Pedro Paulo Gastalho de Bicalho** - Professor do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, presidente do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro e Representante do Conselho Federal de Psicologia no Comitê de Direitos Humanos.

**Dina Alves** - Advogada, atriz, doutora em Ciências Sociais pela PUC, liderança negra, é apoiada pelo programa Marielle Franco e pelo Fundo Baobá.

**Jesus dos Santos** - Militante da cultura e da comunicação popular nas periferias, Conselheiro do Orçamento Participativo, integrou a Frente Única de Cultura de São Paulo, codeputado estadual da Mandata Ativista, primeiro mandato coletivo do estado de São Paulo.

**Mediador - Carlos Eduardo Mendes** - Doutor em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo em 2019. Desenvolve pesquisa com jovens negras da periferia, em comunidades tradicionais (indígenas e quilombolas), na Ilha do Bananal, no Mato Grosso e em Goiás. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia Social Comunitária.

**Apresentadora - Ivani Francisco de Oliveira** - Mestre em Psicologia Social pela PUC-SP. Conselheira do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo; integrante da equipe de pesquisadores NUPRAD (Núcleo de pesquisas práticas discursivas cotidiano): Direitos, riscos e saúde na PUC de São Paulo. Experiência em atendimento clínico e atendimento em grupo de mulheres; desenvolve estudos sobre relações raciais brasileiras.

**Legenda:**

(Inint 00:00) – Trecho sem compreensão.

(Palavra 1 / palavra 2) à incerteza da palavra / hipótese alternativa.

((Palavra)) à comentários da transcrição.

(...) Demonstração de corte em trechos não relevantes.

# Roda 1

## **Violência de estado e implicações na saúde mental de trabalhadores**

**DURAÇÃO: 04:58:51**

*(Início)*

**ADILSON:** Olá! Boa tarde a todos, a todas, a todes!

**GLORIA:** Boa tarde! Thyago e Guilherme serão os nossos...

**GUILHERME:** Olá, boa tarde! Seremos os intérpretes de libras.

**GLORIA:** Vai fazer a tradução. A gente fala tradução ou oralização? Oi, Adilson!

**GUILHERME:** Interpretação.

**ADILSON:** Oi!

**GLORIA:** Interpretação é o correto.

**GUILHERME:** Isso. Os intérpretes de libras, isto.

**ADILSON:** Oi, Gloria!

**GLORIA:** Oi. Boa tarde. Tudo bem?

**ADILSON:** Tudo bom. E você, tudo certo?

**GLORIA:** Tudo certo. Que bom que você já chegou aí, né, Adilson? Oi, Fran! Fran? Amiga Fran, não... Tudo bem? Vamos esperar um pouquinho, né? Tudo bem, Fran?

**FRANCISCA FRAN:** Oi, tudo bom? Tá me ouvindo?

**GLORIA:** Sim!

**FRANCISCA FRAN:** Ah, eu tô tentando achar aqui como que eu deixo no mudo ((risos)).

**GLORIA:** Quantas pessoas será que temos na sala? 12?

**FRANCISCA FRAN:** Acho que eu vi 12 aí.

**GLORIA:** Tá cortando a minha cabeça? Agora não, né?

**FRANCISCA FRAN:** Agora melhorou.

**GLORIA:** Tava cortando, né, gente? Simbolicamente é péssimo, né ((risos))?

**FRANCISCA FRAN:** É.

**GLORIA:** Não é, doutor Adilson? Vamos interpretar ((risos)).

**ADILSON:** Ah, não é... deixa pra lá ((risos)).

**GLORIA:** Ai, ai, gente! Viu, Adilson, depois desse seminário, a nossa ideia é fazer uma reunião com os participantes, conversar um pouco de forma a pensar mesmo, já fomentar as políticas públicas com esse tema. Você topa conversar depois, Adilson?

**ADILSON:** É hoje?

**GLORIA:** Não. Hoje não, outro... outra data.

**ADILSON:** Topo! Topo sim. Tô nessa. Já volto, Gloria, só um segundinho.

**GLORIA:** Tá legal. Deixa eu ver o chat aqui, né, que é bom a gente ver. Oi, Jeferson! Que alegria ter você aqui comigo, com a Fran e com o Thyago. Tudo bem?

**JEFERSON:** Tudo bem, Glorinha ((risos))?

**GLORIA:** Que saudade!

**JEFERSON:** É, pra você ver, essa distância nos deu outros parâmetros, mas também temos essa possibilidade de nos ver assim, né? Outras formas, mas não menos amorosas, vamos dizer assim.

**GLORIA:** Ah, sim, querido, mas faz falta um afeto, um abraço.

**JEFERSON:** Faz, faz.

**GLORIA:** A bolacha pedagógica do CRP, aqueles cafezinhos...

**JEFERSON:** Sim!

**GLORIA:** ... com as bolachas pedagógicas ((risos)).

**JEFERSON:** Sim, o CRP indo onde a Psicologia está, né, nos bairros.

**GLORIA:** Sim. Lá nos territórios, né, que a gente fez...

**JEFERSON:** Nos territórios, isso.

**GLORIA:** ... alguns eventos, lá em Sapopemba, né?

**JEFERSON:** Sim. Sapopemba, Jardim Ângela.

**GLORIA:** Jardim Ângela, é verdade, verdade. Mas em breve a gente volta presencialmente ((risos)). Vamos esperar o Paulo. Bom, ainda também não chegou a nossa hora, né?

**JEFERSON:** Não, ainda não.

**GLORIA:** Adilson não veio aqui. Vamos ver aqui quantos somos aqui. 16. Alguém aceita água, aí ((risos))? Oi, Paulo, boa tarde!

**PAULO KOHARA:** Oi, Gloria, tudo bem?

**GLORIA:** Tudo bem e você? Tá frio aí ou não?

**PAULO KOHARA:** Agora tá um pouco melhor, esses dias tava bastante frio, mas tá um solzinho, tá mais ameno agora.

**GLORIA:** É? Parece aí que no seu... no seu espaço de trabalho tá bem aquecido, né? Não sei o do Adilson.

**ADILSON:** Aqui é... Oi, Paulo, tudo bom? Prazer!

**PAULO KOHARA:** Tudo bem, Adilson. Muito prazer.

**ADILSON:** Aqui é frio.

**GLORIA:** É?

**ADILSON:** Onde eu moro é frio, eu moro no meio do mato, né? Então é frio, mas faz parte, né?

**GLORIA:** Ah, tem lá os seus ganhos secundários também, né? Tem uma tranquilidade, né ((risos))?

**ADILSON:** É. Na época do inverno, assim, é um pouco mais sofrido, pega mais, de anteontem pra ontem tava cinco graus, por exemplo, de ontem pra hoje, oito.

**GLORIA:** Mas é aqui em São Paulo?

**ADILSON:** É. Taboão da Serra, é um condomínio rural, que tem, é uma coisa antiga, antiga.

**GLORIA:** Ah, conheço Taboão. É mais frio mesmo que aqui, a gente.

**ADILSON:** É, mais na divisa com Embu, no Embu, que ainda tem um mato vegetal, ainda tem, né, ainda tá tendo problemas aí, mas ainda tem. Então a gente tem essa perspectiva boa aí. Vai ter um friozinho, mas tá bom, tá joia.

**GLORIA:** Bom, sim. É sempre bom, né?

**ADILSON:** É. Agora é época de fazer frio, se não fizesse frio estaria tudo mais errado ainda, o tempo já tá doido.

**GLORIA:** Se bem que há muito tempo não fazia tão frio assim, né?

**ADILSON:** É. É verdade.

**GLORIA:** Bom, temos dois minutinhos.

**ANDRÉA PEREIRA:** Tô terminando de limpar as coisas.

**GLORIA:** Alguém tá com o áudio aberto. Então vamos lá, né, gente, boa tarde a todas as pessoas. Meu nome é Maria da Gloria Calado, eu sou uma mulher negra, neste momento estou com uma blusa azul marinho de manga comprida, porque está frio, tenho os cabelos cacheados, uso óculos e ao fundo aqui do meu... da minha sala de trabalho temos um armário com portas cinzas. Desejo a todos uma boa roda de conversa, hoje é o segundo dia do nosso Seminário Estadual do Primeiro Seminário Estadual com o tema Segurança Pública e Violência Policial, quais corpos são alvos. E hoje nós vamos ter... ontem nós tivemos a live de abertura, que em breve será disponibilizada no site do CRP, vocês terão acesso. E agora pra essa roda de conversa nós vamos discutir A Violência do Estado e Suas Implicações na Saúde Mental dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Segurança Pública. É um tema bastante denso pra nós, um tema muito delicado, como a gente viu ontem na live de abertura, a violência do Estado afeta a todos, né, de diversas maneiras. A gente sabe que os... o alvo dos corpos que são exterminados pela violência do Estado são a população pobre, negra e periférica, mas também sabemos que essa violência ela traz problemas ao sofrimento psíquico dos seus trabalhadores, né, dos trabalhadores e trabalhadoras do sistema de segurança pública. Para a nossa roda, a gente convidou dois... duas pessoas, dois especialistas no assunto, que vêm se debruçando sobre o tema há bastante tempo, que é o Dr. Adilson Paes de Souza, Adilson é doutor em Psicologia Social e do Desenvolvimento Humano, pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, desenvolveu atividades como pesquisador visitante

na... Como é que fala, Adilson? Norwegian Police University College, em Oslo/Noruega, 2019. É isso, Adilson?

**ADILSON:** É.

**GLORIA:** Possui mestrado em Direitos Humanos, pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. É bacharel em Direito, pelo Centro Universidade Faculdades Metropolitanas Unidas. Atualmente é Oficial da Polícia Militar do Estado de São Paulo (Tenente Coronel) da reserva, desde janeiro de 2012. Eu extraí esses dados por meio do currículo Lattes, tá, Adilson? Se quiser acrescentar mais algum. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direitos Humanos. É Membro da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo. Foi membro do Comitê de Ética em Pesquisa Médica da Faculdade de Ciências Farmacêuticas da Universidade de São Paulo. E é autor do livro O Guardião da Cidade: Reflexões Sobre Casos de Violências Praticados por Policiais Militares. Participou de vários filmes documentários, palestrante e debatedor nas áreas mencionadas. É pesquisador das seguintes áreas: Violência, Letalidade e Formação Policial; Direitos Humanos e Segurança Pública na Democracia; Subjetividade e Sofrimento Policial. Temos também a participação do colega e pesquisador Paulo Keishi Ichimura Kohara, que é doutor em Psicologia pela USP, com a pesquisa "Determinantes Inconscientes da Letalidade Policial", com estágio doutoral na Universidade Sorbonne, Paris, Universidade Paris Oito. Psicólogo na Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Membro do grupo de pesquisa em Direitos Humanos, Democracia e Memória dos Institutos Avançados do IEA-USP. Atua principalmente nos



seguintes temas: Psicanálise, Direitos Humanos, Violência de Estado e Instituições. Então esses dois especialistas, pesquisadores, vão trazer pra nós reflexões e contribuições pra gente pensar no que fazer. É uma pergunta já que a gente tem aí pros dois, mas mais pro final da roda da conversa, face à conjuntura, ao estado de coisas em que se apresenta a violência policial, os seus desdobramentos, também a saúde dos seus trabalhadores e o que fazer. Então, só pra gente alertar alguns pontos da dinâmica do nosso trabalho. Os nossos convidados terão 30 minutos cada um pra fazer a sua fala, então primeiro fala o Adilson, começar pela ordem alfabética, e depois o Paulo, depois nós vamos abrir para os nossos participantes aqui, aos quais eu agradeço imensamente a participação, pra gente botar a conversa pra rodar. Combinado?

**ADILSON:** Combinado.

**GLORIA:** Vamos lá, Adilson, a palavra é sua.

**ADILSON:** Deixa eu colocar um... Vou colocar um temporizador aqui pra eu não me perder.

**GLORIA:** Ah, eu também vou, funcionar como aquela pessoa de superego rígido, quando faltar alguns minutinhos eu vou lembrá-los.

**ADILSON:** Por favor.

**GLORIA:** A chata da rolê, como dizem os jovens ((risos)).

**ADILSON:** Alguém precisa controlar, senão fica complicado.

**GLORIA:** É ((risos)).

**ADILSON:** Boa noite a todas as pessoas que se fazem presentes a esse evento. Pra mim é uma grande honra tá aqui com vocês compartilhando desse espaço, desse momento e dessas oportunidades de reflexão. E simbolicamente esse é o meu primeiro evento que eu participo 100% psico, então é minha estreia na área, digamos assim, das palestras e seminários, embora desde que eu defendi a tese eu incorporei definitivamente a Psicologia no estudo da letalidade e no... na tentativa de entendimento desse fenômeno que eu creio que a Psicologia forneceu uma chave e um olhar diferenciado e mais apropriado sobre essa catástrofe que é a letalidade policial e esse sofrimento que causa a todas as pessoas envolvidas e em todos os lados. Pra minha alegria imensa, eu me chamo Adilson Paes de Souza, como a Gloria Falou, eu desenvolvo pesquisas na área da violência, (formação 00:30:13), sofrimento. E a experiência minha como oficial da Polícia Militar aposentado, como alguém que era de dentro, contribuí muito nesse processo, posso dizer que o doutorado, em si, foi um processo de revisitar dores e reelaborar processos e ressignificar muito aspectos e acontecimentos da minha vida, que com os aportes da Psicologia, proporcionaram que eu pudesse ter novos caminhos, novos olhares e novas oportunidades de desenvolvimento dessa questão. Eu sou um homem branco, de olhos castanhos, cabelo da cor negra, curtos, lisos, sobrancelhas escuras, um discreto uso de óculos, com armação bem discreta, estou trajando uma caminha branca, uma blusa de lã azul marinho e uma calça jeans; no fundo, uma... as paredes de cor branca, uma es-

tante de madeira feita com madeira de demolição, modelo rústico e repleta de livros, cabe espaço pra mais ainda, né? O seminário de hoje, e eu acho muito, muito apropriado esse tema e... é a primeira vez que eu vejo um seminário onde ele foca a violência também pra dentro da polícia e com a conclusão do doutorado... os estudos da Psicologia é... já era uma preocupação, antes, minha de... quando terminei o doutorado e fez o... e fez o que fez pra eu ir pra o campo da Psicologia, é que nós vivemos um... de um fenômeno onde não só as pessoas de fora da polícia são vítimas e sofrem, mas os trabalhadores também, e muitos deles não percebem isso, até que há algum evento deletério acontece na vida deles. Então há sofrimento pra todos os lados e eu gosto sempre de frisar que ao apontar que os policiais sofrem, eu não estou relativizando dores, não estou eximindo responsabilidades, apenas eu estou afirmando que o problema tem uma dimensão maior e mais profunda, e mais profunda, mais profundo. A crise é muito mais severa e grave, os desafios são imensos, do que nós temos pela frente. Eu vou falar um pouco sobre o processo de socialização do policial desde a escola de formação, o sofrimento e os mecanismos de defesa e o que que isso pode significar em termos de atitudes tomadas pelos policiais militares. Eu elaborei um texto escrito pra poder desenvolver de uma maneira mais coerente a fala e então eu peço a licença pra começar. Vários autores asseveram que é na escola de formação do policial, quando ele ingressa na escola de formação e o processo de socialização desse... o policial começa. Há alguns autores que dizem que é um pouco antes, é no intervalo onde ele é aprovado no concurso, está esperando pra começar a escola e não come-

çou efetivamente, só que ele já começa a pensar e agir como se policial fosse, influenciado por filmes, pela mídia em geral, ele acessa notícias e fica imaginando como que ele como policial poderia resolver aquela questão, ele se projeta, essa é a verdade. Só que como não é devidamente acompanhado e orientado e não tem o conhecimento, pelo menos, técnico suficiente pra exercer a profissão, ele pode ter um entendimento equivocado do que é ser policial e como resolver essas questões, e poderá desenvolver atitudes não tão sadias, não tão saudáveis e não tão positivas, principalmente o que se espera pra... de um policial. Mas a maioria dos autores, e cito aqui principalmente estudos americanos, das várias corporações policiais existentes lá, falam que é na escola de formação que se inicia e vai depender do tipo de formação que ele vai ter na escola. Há um estudo americano que indica que em escolas onde as... em algumas escolas onde as polícias são estaduais, por exemplo, é um tipo militarizado, isso se assemelha muito à gente; em outras escolas, mais municipais, com policiais mais de condado, não é um estilo militarizado. Isso vai influenciar sobremaneira na possibilidade da assimilação desses valores militares e isso poderá contribuir pra formação de uma personalidade policial militarizada, o que o (Gochman 35:28) vai falar em atividades pedagógicas nefastas para eliminar o eu civil e elaborar e criar o self do guerreiro, o novo ser de acordo que a instituição necessita. Poderá causar uma maior possibilidade de impacto na psique de alguns desses policiais e esse impacto, advindo de uma escola militarizada, que é o que acontece no Brasil, 100%, porque as nossas polícias são polícias militares, prossegue com o treinamento logo após a es-

cola de formação, que eles estão em estágio prático na rua e na rotina do serviço operacional quando eles são formados, declarados prontos e aptos para o serviço e vão pras unidades. Quando chega na unidade, o aluno poderá aplicar os conhecimentos adquiridos na escola de formação, só que surge um grande problema, os valores professados, introjetados pelo aluno na escola, poderão entrar em conflito com os professados pelo grupo com o que ele foi designado trabalhar, ele poderá entrar em choque com algo que é pouquíssimo estudado no Brasil, a subcultura policial. Os grupos se fecham, elaboram códigos de valores próprios, regras próprias que pressupõem e são, na maioria das vezes, mais fortes que a regra oficial e o novato é submetido à toda a sorte de avaliação pra ver se merece participar do grupo, se está apto para participar do grupo, e ele é submetido à sucessivos ritos de passagem, um deles... um deles, relatos de pesquisa aqui no Brasil, o matar alguém. O ato de matar alguém numa execução sumária, forjada, isso é declarado por policiais sujeitos de pesquisa, quando eu fiz o mestrado e o doutorado, é um rito de passagem pra ver se ele merece a confiança do grupo, ele é aceito dentro dessa subcultura policial porque ele professa esses valores. A razão desse conflito de valores, como eu acabei de falar, podem ou não ser os códigos não escritos que de fato prescrevem ações diferentes daquelas adotadas pelo policial e do que foi ensinado nas escolas através do ensino formal. Há um conflito entre normas não escritas e as escritas. A polícia, como instituição, é tida como um grupo... um grupo coeso, com uma subcultura policial fechada, isso na Europa já têm trabalhos analisando polícias da Europa falando dessa subcultura fechada, o que

pode proporcionar ao policial uma visão de mundo bem negativa que sempre se separa com o que há de pior do ser humano, desgraça, dor, sofrimento, situações de emergência, como resultado há uma cultura onde o policial encara o resto do mundo como algo que não faz parte do mundo dele. É comum eles dizerem: "Ninguém é capaz de entender este mundo, o meu mundo da polícia, a não ser nós mesmos". O grupo policial se fecha, coeso, e se desenvolve uma coletividade onde os membros compartilham essa mesma visão de mundo, estabelecem a cultura do "nós contra eles", que é uma atitude muito comum e muito típica da subcultura policial, "nós contra eles". O que nós assistimos e versões de autoridades, de pesquisas, de entrevistas, que reportam a visão de policiais em relação a determinados fatos da sociedade, está aqui confirmado, é a visão do "nós contra eles", a sociedade... é muito comum policial dizer: "A sociedade não nos entende". É a cultura do "nós contra eles". O código de silêncio no grupo, que é essencial pra existência e manutenção da subcultura, colabora para os desvios de conduta na má atuação dos policiais, influenciada pela produção do preconceito e de estereótipos, a camaradagem entre os policiais, a pressão dos pares, a impunidade no grupo, para que os policiais eles têm que se sentir à vontade com a certeza de que não será... não serão punidos. Então o grupo se fecha, faz de tudo pra que determinada ação não venha a público ou, se vier a público, venha com uma roupagem diferente do que foi, as famosas versões oficiais para casos de letalidade e que, hoje, com o incremento da tecnologia, do uso do aparelho celular, muitas vezes aparecem filmagens feitas por terceiras pessoas, na clandestinidade, que revela que

a versão oficial é uma mentira. Além disso, desse choque com essa subcultura e esses valores, o serviço policial é estressante por natureza, muitas vezes o policial vai se deparar com situações que confrontam o seu senso de justiça e a sua percepção de mundo, os limites entre o certo e errado podem ser abalados, há um sofrimento, mesmo que não admito pelo policial, eles poderão se tornar pessoas solitárias e desenvolver um certo distanciamento emocional em relação às pessoas, uma frieza, e até mesmo uma indiferença com a dor alheia. Nos Estados Unidos há pesquisas indicando que o estresse ocupacional na polícia é resultante tanto de fatores estressantes do ofício do policial e das características da vida privada, dos problemas comuns a todos nós. Estudos alemães indicam que o exercício da polícia, da atividade policial, com o exercício da atividade policial, as pessoas deixam de ser elas mesmas, há perda da identidade pessoal e quando se aposenta há um vazio, é a síndrome do super-herói sem função, podemos dizer assim, ele tira a roupa do super-herói e há um oco, um vazio, ele não é ele, ele é o que ele foi percebido, como um membro do grupo, e foi assimilado como membro do grupo. Uma crise de identidade, havendo risco de suicídio, adoecimento psíquico e ficar totalmente desconectado com a realidade, essa pessoa não é mais ela, afirmam os pesquisadores alemães, ela é o policial, só isso, ela passa a ser essencialmente a profissão. Contudo, há gargalos institucionais, podemos dizer assim, a instituição não quer tocar nesse assunto, sofrimento policial, subcultura policial, não quer admitir o problema, o trabalho de prevenção que deve agregar várias áreas não é desenvolvido, as instituições, inclusive, podem limitar a atuação do pro-

fissional de saúde, o médico, no caso o psiquiatra, ou o psicólogo e alguns... das polícias que têm o serviço de atendimento psicológico e até mesmo do assistente social. Ou seja, acaba tendo serviço à disposição dos policiais, mas acaba tendo no papel, porque na prática não surte efeito, porque muitas vezes a atuação do psicólogo é limitada pela instituição. Tudo isso gera sofrimento ao policial, mesmo que ele não admita conscientemente, como ele não consegue elaborar esse sofrimento adequadamente, inclusive com auxílio do profissional, ele poderá produzir mecanismos de defesa para tentar lidar com essa situação, com essa realidade que traz dor e sofrimento, os trabalhos do Christophe Dejours, um dos expoentes da teoria da psicodinâmica do trabalho, comprovam muito bem as estratégias que os trabalhadores de uma fábrica desenvolvem pra lidar com a insensibilidade dos chefes e com o ambiente (inint 43:50) ambiente de trabalho, e se aplica aos policiais militares, a teoria da psicodinâmica do trabalho. Como dizia a nossa querida e saudosa professora Lígia Assumpção Amaral, os mecanismos de defesa são estratégias que a personalidade total produz para tentar manter o equilíbrio intrapsíquico, eles podem ser de natureza individual, e aqui nós temos mecanismos de projeção, o recalque, o falso self, como bem apresentado por Winnicott, né, como mecanismo de defesa individual. Que pode resultar o que? Na produção de letalidade, matar alguém, ou no suicídio, se matar pra tentar dar cabo a esse sofrimento. E mecanismos de defesa de natureza coletiva, como nós temos a virilidade, sustentada pelo grupo, o segredo e a subcultura policial, entre outros. E também poderá levar a atitudes letais para com outras pessoas para consigo mes-

mos. Feito esse... essa introdução, passando em poucas linhas, de uma maneira sumária sobre o desenvolvimento da personalidade do policial e todos os problemas advindos da... do ambiente com o que ele convive, no que ele é gestado como policial militar e que ele trabalha no dia a dia, eu queria abordar algo sobre o suicídio na polícia no Brasil, posto que um do... uma das... dos expoentes, uma das respostas, uma das... dos sinais de um mecanismo de defesa é um suicídio policial, onde literalmente o policial não aguenta mais os problemas da vida e aí os problemas do dia a dia, da rotina policial da organização colaboram e colaboram muito, e se mata. Como diz Winnicott, uma das tarefas dos falsos selfs é, ante a um sofrimento insuportável, cabe ao falso self planejar e preparar o suicídio pra, ao visar a negação do self principal, tentar preservar o self total, a personalidade total. Então ele, o falso self, se estabelece como mecanismo de defesa e vai planejar o suicídio. No Brasil em 2018 foram 104 policiais, e 2018 foi a primeira vez que foram expostos dados de suicídio policial, 2018. Nesse ano morreram mais policiais de suicídio do que mortos decorrentes do serviço. Então quando se fala em... quando se fala em guerra, que os policiais estão morrendo, nós devemos interpretar essa guerra que se trava dentro da corporação, que leva e contribui, não pode... não podemos dizer que é o único fator, mas que contribui, sobremaneira, pra que os policiais sejam vítimas dessa violência, através do suicídio. 85% com arma de fogo, e eu fico imaginando essas medidas que o Presidente Bolsonaro adotou de proliferação de armas de fogo na mão desses policiais em horas de folga, mais acesso a mais meios letais de matar alguém e de se matar. Esse... essa pesquisa

de 2018, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, constou com dados apenas de 16 Estados, há muitos Estados que se negam a fornecer dados, então há uma subnotificação. E também faltam dados sobre aposentados e faltam dados... maiores dados, dados mais qualificados, como idade, sexo. A taxa... policiais da ativa, a taxa de policiais da ativa em 2000 e... de suicídio de policiais da ativa em 2017, foi de 22.15 por 100 mil habitante; em 2018, 25.56 por 100 mil habitantes. Há uma possível epidemia de suicídio, porque segunda a OMS, se considera-se epidemia quando passa de 10 por 100 mil habitantes, contudo nós não podemos afirmar categoricamente que há uma epidemia de suicídio nas polícias, embora haja um caminho que indique isso, porque nós não temos acesso a dados pra comparar entre a população não policial e a população policial, por exemplo, sexo, idades, nível de escolaridade, pra daí separar, comparar cada um com grupos específicos e conseguir mensurar dentro desse patamar e essa proporção do número de suicídio por 100 mil habitantes, mas tem o indicativo que sugere que nós vivemos sim uma epidemia de suicídio nas polícias, assunto esse negado pelas autoridades. Algumas características dos suicídios na Polícia Militar aqui do Estado de São Paulo: primeiro, de folga; segundo, aposentados; e o terceiro, de serviço. Então a primeira razão, maior número de suicídio de folga, depois aposentados e depois de serviço. Do serviço, a maioria do... estão no serviço... estavam no serviço operacional, o que nos permite afirmar que ele estava em contato com uma realidade mais estressante ainda, submetido a mais eventos críticos estressores. Quando a gente aponta o segundo número de suicídio, entre os aposentados, faz lembrar do

estudo alemão, que há uma confusão de papéis, ele não se percebe mais a pessoa e sim o policial, e quando se aposenta há uma crise de identidade, pode levar ao suicídio. Problemas no Rio de Janeiro, o papel é lindo, há um programa de prevenção da violência e acesso a serviços de saúde mental, esse programa é de 2019, não saiu do papel até hoje, dados do IPPES (Instituto de Pesquisa, Prevenção e Estudos sobre Suicídio), do Rio de Janeiro. Algumas notas sobre o sistema de saúde mental da Polícia Militar do Estado de São Paulo, chamado SISMEN, ele foi criado em 97, por uma lei, e foi regulamentado em 2001, por um decreto; objetivo, tá lá na lei: “O bem-estar psicossocial dos policiais militares, como assistir aos acometidos de transtorno mental”; alguns dos princípios desse sistema, norteadores desse sistema: “Disponibilização do acesso aos policiais militares a atendimento pleno e integral aos policiais militares”; há vários órgãos que compõe esse sistema, tem o órgão de direção central, tem alguns órgãos técnicos e executivos. Entre os órgãos técnicos e executivos eu quero mencionar dois, Centro de Assistência Social e Jurídica, por quê? Uma das atribuições, de acordo com o sistema de saúde mental da polícia, é coordenar atividades de parcerias com instituições de ensino superior. E tem um outro centro que é o CESAEP (Centro de Alistamento, Seleção e Estudos de Pessoal), e uma das funções desse centro, vejam bem: “Definir o perfil psicológico adequado para o exercício das funções como policial militar”. No papel isso é fantástico, até hoje ninguém sabe qual é o perfil, como foi definido e quem definiu, ou seja, na realidade, o que tá no papel há uma diferença. Há um regimento interno do sistema de saúde

da Polícia Militar, que é de 2002, que lá ele diz como se podem iniciar o tratamento: “Iniciativa do policial militar, convocação desse órgão técnico que eu citei, que é o Centro de Assistência Social e Jurídica, por iniciativa do comandante do PM e por decisão judicial”. Há várias formas de se indiciar, submeter no policial atendimento psicológico. Em 2010, visando ampliar o atendimento pra toda a população de policiais militares do Estado, foi... foram criados Núcleos de Atuação Psicossocial na polícia, espalhou-se por todo o Estado, foram 37 NAPS espalhados pelo Estado e um Centro de Atuação Psicológica na capital, composta por serviços, segundo a norma, serviços de psicólogos e assistentes sociais. No Brasil, um dado de 2019, 2018, preciso checar, mas é um desses anos, (13) mil suicídios por ano, em médio 150, 160 nas instituições policiais militares, só que os dados são informais, não são confiáveis e há subnotificação. A maior taxa de suicídio, naquela proporção de casos 100 mil habitantes, é a polícia do Alagoas; o maior número absoluto de casos é a polícia de São Paulo; e a maior alta que se verificou foi na polícia do Distrito Federal, 300%. Mas não se sabe, pela baixa qualidade dos dados, pela baixa transparência no acesso e manipulação dos dados, se foram 300% de aumento de casos efetivos ou de subnotificações que haviam e foram trazidas à tona, ou seja, casos já havidos. Então existe esse... essa problemática da interpretação do dado. Pouco se... na prática, a realidade é outra, pouco se conhece sobre o suicídio nas polícias do Rio de Janeiro, de São Paulo, que são as duas maiores polícias do Brasil, e outras. O tema é ignorado...

**IPHONE DE EDINA:** (Inint 54:20).

**GLORIA:** Só um minutinho, Adilson. Por favor, gente, feche seus microfones. Edina?

**IPHONE DE EDINA:** (Inint).

**GLORIA:** Edina? Por favor, Edina, fecha o seu microfone. Edina, Maurício, Alexandre, por gentileza...

**IPHONE DE EDINA:** Oi, desculpa, desculpa, fechei.

**GLORIA:** Por gentileza, Alexandre também, Marcos Alexandre, Maurício. Por favor, gente, senão fica complicado aqui. Marcos Alexandre? Mais alguém, Greicy. Agradeço e vamos aqui continuar. Desculpa, Adilson. Aproveito também pra agradecer aqui aos intérpretes Guilherme e Thyago.

**ADILSON:** Bom, falando sobre que na prática a realidade é outra, continuando. Nós temos a questão da subnotificação e da falsa notificação do suicídio, o suicídio, por exemplo, é classificado como acidente, o policial quer se matar, ele força a situação, forja um acidente, mas quer proteger a família, pra que ela não perca os benefícios legais e até mesmo um seguro de vida que tem direito a receber, que a família tem direito de receber se ele falece decorrente de ação de serviço. Policiais, eles têm fácil acesso a arma de fogo, lembre que 85% dos casos de suicídio são decorrentes do uso de arma de fogo; sofrem pressões organizacionais, característica de uma instituição militarizada, com hierarquia rígida e uma... e com relações interpessoais muitas vezes travadas, igualmente rígidas; péssimas condições de trabalho, péssimo ambiente de trabalho, inclusive a distribuição desigual

de recursos; condições injustas e arbitrárias, típicas de um ambiente militarizado; transferências como forma de punição, afastamento também; sobrecarga de trabalho, escalas extras e etc.; falta ou mau... a má qualidade de equipamentos, EPI, por exemplo, armamento; aspectos relacionados ao ambiente de trabalho, que nos faz lembrar dos apontamentos de Christophe Dejours e a psicodinâmica do trabalho. Há relatos de relação direta, há estudos que indicam a relação direta entre o sofrimento psíquico, trabalho policial e suicídio, segundo a socióloga Deise Miranda, que é diretora do IPPES, que eu acabei de citar, a polícia é uma organização doente quando produz sujeitos que matam e se matam. Suicídio das Guardas Municipais, não existem dados, só há dados, muitos... ruins, da Polícia Militar e da Polícia Civil. Demais agentes do sistema de segurança pública: Polícia Federal, Polícia Ferroviária Federal, Polícia Rodoviária Federal e Militares, que são empregados, e atividades de policiamento que são aquelas operações de garantia da lei e da ordem, várias, virou rotina esse acontecimento. Não há nenhum dado, nenhum estudo sobre a saúde psíquica deles e os casos de suicídio, ou seja, há um limbo, um opaco, uma negativa, uma recusa da existência dessas... dessas... dessas pessoas como sujeitos, que reverberam uma realidade e expressam uma subjetividade. Relatos... Citei a... rapidamente a norma do Rio de Janeiro e discorri sobre as normas da Polícia Militar do Estado de São Paulo, a diferença entre a norma e a realidade. Relatos de PMs e familiares, pais e irmãos, falam da falta de atenção da polícia com a saúde psíquica dos policiais; o não encaminhamento pra esses serviços existentes; a retaliação do grupo, porque

qualquer sinal de transtorno psicológico ou psiquiátrico é tido como sinônimo de fraqueza, covardia, não merece a confiança do grupo, o ethos do guerreiro se estabelece, o ethos do super-herói, super-herói não adocece, e isso é cobrado pelo grupo, é mais uma forma de pressão e de sofrimento no policial e pelo policial com ele mesmo. A decisão...

**GLORIA:** Adilson, cinco minutos, tá?

**ADILSON:** Tá bom, tô acabando. As decisões de médicos particulares não são acatadas pelo médio da PM. Um psiquiatra particular prescreve um determinado tipo de tratamento, com afastamento, médico da PM há episódios que não a... não cobriram, não acataram, e o policial é obrigado a voltar pro trabalho. Falta... Desculpa. Falta profissionais para o atendimento, não se fala do atendimento psíquico no dia a dia da polícia, e muito menos do suicídio, é um tabu, falta transparência no acesso e o compartilhamento de dados, falta parceria com a sociedade civil, não há prestação de contas. Então aquela função daquele órgão que é coordenar os convênios e a participação com instituições de ensino, existe no papel, eu conheço várias pesquisadoras que não conseguem ter acesso a dados das polícias, conheço uma pesquisadora que conseguiu ter acesso a um... a dados de suicídio da polícia, mas teve que assinar um termo de compromisso que não pode divulgar na sociedade. Qual é o perfil psicológico do PM? Quem o elaborou? Com que base? Quem da sociedade civil participou dessa elaboração? Essa é uma das funções de um dos órgãos da polícia, como mencionei. Espera aí, que tipo de policial eles estão querendo? Quais são os traços de personalidade que eles querem? E

se eles estiverem buscando alguém com uma personalidade agressiva? E essa letalidade, esses inúmeros casos de violência que nós estamos presenciando seja... tem a colaboração disso? Especialistas das universidades não têm acesso a isso, o CRP não tem acesso a isso. Eu aposto que tem um... uma plêiade, uma gama de profissionais preocupados com essa questão, que gostariam de ter acesso e oferecer a sua contribuição, né? Vira uma caixa de surpresa. Quais são as reais necessidades dos policiais militares e familiares? E um efeito muito grave, subcultura policial, há um desprezo à subcultura, não se admite a sua existência ou finge que não existe, e dos seus efeitos. A existência... Como desconstruir a banalização do sofrimento quando esse sofrimento significa ser forte, herói, ser bom policial? Efeitos...

**PROFA. ELIZETE:** (Inint 01:01:38).

**ADILSON:** Efeitos da subcultura policial e do ethos do guerreiro. Os policiais sofrem e sofrem sozinhos, não compartilham os problemas e os seus sentimentos, não existe a cultura do cuidado com o outro, do olhar humanizado e do acolhimento, não existe espaço, de fato, de fala e escuta, não necessariamente espaços terapêuticos, mas espaços para o diálogo e para o compartilhamento. Vou concluir com duas falhas que autores americanos, analisando um livro chamado Police Personality, onde eles analisam a pesquisa sobre várias instituições policiais americanas, eles chegaram a duas conclusões que eu acho, que eu creio que se aplica às polícias do Brasil, especialmente a de São Paulo, duas falhas: "Muitas polícias acreditam que preparam bem os policiais para lidar com os incidentes críticos e suas



consequências; dois, a instituição acredita que está apta para cuidar dos policiais, eles acreditam que o sistema está bem organizado pra isso". A realidade aponta para outra direção. E lançam uma nota de atenção, de cuidado: "A polícia deve olhar para além do desempenho operacional e olhar com mais atenção para seus homens, melhor estruturando o serviço de Psicologia e se envolver de fato no planejamento, treinamento e implementação de um serviço de saúde mental que melhor atenda as reais necessidades dos policiais e seus familiares". Obrigado, gente!

**GLORIA:** Adilson, muito obrigada pelas suas análises, reflexões e provocações. Já temos aqui algumas perguntas, mas eu vou passar imediatamente a fala ao Paulo, para que a gente possa aproveitar depois e trazer alguns pontos para o debate na hora que a gente abrir pra conversarmos com os demais. Vamos lá, Paulo!

**PAULO KOHARA:** Boa tarde a todas e a todos. Primeiramente agradecer o convite, tá participando dessa roda, tá compartilhando aqui algumas ideias com o professor Adilson, foi muito importante aí as reflexões que ele trouxe na abertura dessa roda. Pois bem, eu vou primeiramente aqui, em relação à audiodescrição. Sou descendente de japoneses, o cabelo preto liso, tô aqui numa sala cujo fundo tem uma janela e a armários fechados, de cor cru, estou com uma camisa branca. E pra minha fala diante da complexidade do fenômeno tanto da violência de Estado quanto do sofrimento dos trabalhadores agentes de segurança pública, falar dessa relação, ela exige necessariamente que a gente faça um recorte, e que bom que, sem combinar, os recortes serão di-

ferentes da fala do Adilson e aqui que eu elegi pra minha fala, apesar de algumas convergências. O recorte que eu vou adotar aqui é o seguinte, tanto do fenômeno da violência de Estado quanto do sofrimento policial, eles têm uma amplitude muito grande, então eu posso falar de uma abordagem truculenta, eu posso falar do controle de manifestações, no caso da violência de Estado, até a violência letal, as execuções sumárias, as alegadas resistências, os grupos de extermínio, e no caso do sofrimento é desde o adoecimento, do afastamento, da... de alguns sintomas que possam ali prejudicar os relacionamentos pessoais do policial, até o suicídio, que o Adilson também trabalhou na fala dele. O meu recorte vai ser pra esse extremo da relação entre violência de Estado e sofrimento policial que é a letalidade, tudo bem? Então vou fazer um recorte específico pra minha reflexão, que é qual... qual é a relação que é guardada entre a violência de Estado letal e o sofrimento policial que resulta, em seu extremo, no suicídio. A escolha pra esse recorte é que... em que pese ou tem algumas semelhanças nas diversas forças policiais que existem no mundo, é notório que no Brasil a questão da letalidade se destaca, tem uma polícia que mata excessivamente e que morre muito e mesmo tendo semelhanças com outras polícias, tem esse problema em especial. Pra que a reflexão atinja ou possa sensibilizar vocês de um modo que favoreça aí minha argumentação, eu vou trazer alguns relatos de situações de policiais que foram condenados por algum homicídio, são relatos que estão descritos na tese da Dr.<sup>a</sup> Samira Bueno, "Trabalho Sujo: Omissão de Vida", ela é secretária executiva também no Fórum Brasileiro de Segurança Pública e na sua tese de doutorado pesquisou sobre o

tema da letalidade policial por meio da entrevista com policiais condenados por homicídio. E algumas histórias que foram trazidas no relatório da Ouvidoria das Polícias de São Paulo, numa parceria que foi feita, inclusive, com o CRP, com o CFP, sobre o suicídio policial, né, algumas histórias que foram colhidas a partir também de entrevistas com colegas ou familiares de vítimas de suicídio. Pois bem. Adriano ex-policial militar, ele nos fala: “Sabia que era errado, tinha convicção disso, mas também sabia que ia prender e depois ia ser solto. Quando você trabalha na cidade grande é difícil encontrar de novo, mas interior você sabe tudo sobre aquela pessoa. Na minha visão eu tava fazendo o certo, eliminando o inimigo e protegendo as pessoas de bem. População quer que você faça isso, mas te crucifica quando você faz”. Ah, só uma parte aqui, eu também li o livro do professor Adilson e ele também entrevistou policiais nessa circunstância, pode contribuir depois na hora da roda com algumas reflexões. O Sérgio, ex-policial militar: “Policial vai pegar o mal, leis são falhas, policial se sente como se ele fosse roubado, ele vê como problema pessoal e quer resolver. É difícil você chegar em um traficante e ver que o cara é a desgraça do perímetro. Policial que é idealista, que abraçou toda aquela balela, se ofende quando a viatura passa e bandido cospe na rua. Se eu pudesse, fazia mal com aquele cara”. Agora um relato de uma história de uma... de um policial que cometeu suicídio. Jorge, branco, gênero masculino, 34 anos, ensino médio completo, católico, na ativa por 11 anos, trabalhava em escala e horários alternados como cabo na PM, seu suicídio foi consumado em 2018 com arma de fogo... com arma de fogo, próximo à Igreja da cidade, com vista para a unidade policial

em que servia, ao lado do seu corpo estavam todas as suas certificações e medalhas; em entrevistas realizadas com colega de trabalho, policial militar foi reconhecido como tranquilo, alegre, amigável e bastante comprometido às atividades profissionais, com preferência àquelas relacionadas ao policialmente ostensivo e de intervenção em ocorrências em sua região; policial vocacionado, investia sua atenção às normas e procedimentos necessários a seu reconhecimento na carreira; após solicitação de transferência de unidade, a qual foi negada por seus superiores, foi submetido a mudanças injustificadas e frequentes em seu turno de trabalho, além de afastamento das atividades que exercia e designação para trabalhos administrativos. Diante desse cenário, e por aproximadamente um ano, o policial passou a demonstrar pessimismo, tristeza, com falas de desesperança, comportamento introspectivo e de isolamento social; também foram relatadas alterações no apetite, aparente depressão e verbalização do desejo de morrer; ele buscou acompanhamento psiquiátrico nos dois meses anteriores ao suicídio, fazia uso de remédios controlados, mas sem diagnóstico conhecido. No mesmo período, outros policiais pediram transferência e desistiram da mudança após a troca do comando. Aureliano, pardo, gênero masculino, 25 anos, ensino médio completo, budista, era aluno aspirante da academia de Polícia Militar no Barro Branco, seu suicídio aconteceu com arma de fogo no alojamento que dividia com outros alunos da academia; em entrevistas realizadas com familiar e colega de trabalho, o policial militar foi descrito como alegre, brincalhão, espiritualizado e determinado; ele iniciou sua carreira como soldado na PM e, determinado a seguir na insti-

tuição, estudou até passar na academia polícia... de Polícia Militar do Barro Branco, pra se tornar oficial; a partir do segundo ano no curso, o policial experimentava situações de assédio com constantes punições injustificadas, de acordo com os relatos, ele sofria preconceito por ter sido (PRAS 01:11:40) antes de ser admitido na academia de formação de oficiais, ele não era um caso isolado nessas condições; concomitantemente a esse cenário, o policial passou a manifestar fortes crises de enxaqueca e insônia e inclusive indicou sofrer com dor nas costas e labirintite; além disso, foram percebidas importantes alterações emocionais no último ano, com tristeza aparente, agressividade, desesperança e introspecção; em busca de ajuda, chegou a passar por acompanhamento psicológico, psiquiátrico, neurológico, e lhe foram prescritos alguns medicamentos; tinha receio de ser excluído do curso ou ter perdas salariais; antes do fato a vítima verbalizou o desejo de morrer, o policial perdeu o porte de arma e mesmo diante de atestados de convalescença por médicos, o profissional foi impedido de passar o período de recuperação junto aos seus familiares, na linha do que o Adilson colocou, permanecendo adoecido na unidade; foi durante um desses períodos de convalescença que o policial consumou o suicídio na academia. Voltando a um relato de um policial homicida. Paulo era soldado e atuava na força tática ao ser preso por homicídio, no seu caso uma execução fora de serviço, em plena luz do dia e em local público, foi o que o levou para o Romão Gomes, que é a penitenciária que mantém as penas dos policiais, ex-policiais: "Já tinha arrebatado sem nenhum benefício, só por satisfação. Resolvi ganhar uma grana". Conta ele. Foi expulso da corporação antes

mesmo do julgamento: "Policial que deu novidade, é mandado embora". Mais de 40% dos policiais que morreram por suicídio, na pesquisa conduzida pela ouvidoria das polícias CRP e CFP, enfrentavam problemas financeiros, tendo um entrevistado escrito que alguns padrões e condutas para com sua vida são custosas de manter, como, por exemplo, ao pensar na segurança da família e da sua própria, quanto ao bairro que melhor seria para residir e o custeio para manter os filhos em colégios particulares. Tal situação é amenizada, do ponto de vista dos rendimentos, com a realização de bicos, atividades extras fora do período de trabalho... fora do período de trabalho, apesar dessa atividade não ser permitida de forma explícita, ela configura-se como uma prática recorrente entre os policiais que deixam de descansar e ficam expostos a situações de maior periculosidade e violência. A questão financeira também resulta em uma subnotificação das tentativas de suicídio, uma vez que uma das possíveis razões da subnotificação é o receio do policial perder o porte de arma, sem a arma, ele terá dificuldade em manter o chamado bico, aquela atividade que ele realiza pra complementar o salário, e assim ele trabalha no limite do estresse. As motivações, possíveis motivações pro suicídio policial ainda passam pela questão do estresse inerente à função policial, que o Adilson bem trabalhou na fala dele, algumas perseguições institucionais, que também foram referidas, a conflitos familiares, né, como em outros casos de suicídio e, claro, algumas condições específicas ali do indivíduo, histórico de depressão, enfim, existem essas variáveis também. Mas aí vem um segundo recorte que eu proponho aqui pra vocês, dentro dessa letalidade, e que eu procurei evidenciar

por meio dessas histórias. É quando essa letalidade guarda relação com a violência de Estado e, vejam, a relação que eu procuro evidenciar aqui não é o sofrimento causado pelo policial que comete a violência e eventualmente possa a carregar uma culpa ou algum sofrimento derivado da ação de ter sido violento, eu acho que ela ocorre, mas mesmo na pesquisa que a Ouvidoria das Polícias conduziu, a porcentagem de policiais que se suicidaram e que tinham se envolvido, por exemplo, em ocorrências com... que resultaram em mortes, né, ainda que ilegítimas, não ultrapassa 16%, então existe um sofrimento, mas não é exatamente aí que eu entendo que seja mais significativa a relação entre esses dois fenômenos, mas especialmente é numa condição que esses policiais são colocados e que eles reagem como forma de defesa, hora atentando contra a própria vida, hora destruindo a possibilidade de uma violência excessiva que é a da violência legal. O que a gente tem, né, e que é importante, que essas histórias nos traz, é que a construção da violência de Estado, quando ela é apropriada pelo sujeito ali, porque ela é posta em marcha por meio dos agentes de segurança pública, eu tenho uma nuance que pretendo aqui defender com vocês, que é refletir um pouco sobre aquela máxima, né, a polícia que mais mata é a polícia que mais morre. Será? É essa a lógica desse processo que a gente tá percebendo? Somando aos dados que o Adilson colocou, em São Paulo, fazendo um recorte aqui pra polícia de São Paulo, o suicídio policial é quatro a cinco vezes maior que no conjunto da sociedade paulista e na população brasileira. Eu puxei também os dados do anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, mas em

relação aos dados de 2019. 76% das mortes de policiais aconteceram em decorrência ou de suicídio ou se policiais mortos fora de serviço, tudo bem? Foram 91 suicídios, 110 mortos fora de serviço e 62 mortos em serviço. A gente pode, olhando com atenção pra essas histórias e pra essas informações, perceber que não é exatamente correto a gente dizer que a polícia que mais mata é a polícia que mais morre, a polícia efetivamente mata, os índices de letalidade são dos policiais em serviço, mas não é a polícia que morre, são os policiais, quem morre, quem arca com o custo dessa violência letal são os policiais na sua existência individual, eles morrem de suicídio, eles morrem fora de serviço, quando eles estão fora da proteção da instituição, quando eles estão com aparato do Estado, né, com a organização tática, com equipamento, com reforço, eles não morrem tanto. Não é a polícia que tá morrendo, não é o crime que tá superando a polícia nas operações. Vejamos essa diferença por um outro recorte. Na minha pesquisa sobre letalidade policial, eu tive oportunidade de me debruçar sobre um processo especialmente profícuo de informações e como método a ideia foi por em marcha a escuta psicanalítica pra compreender a... esse processo de construção da legitimação da letalidade que se dá por meio dos processos judiciais, que absolvem, arquivam, inocentam policiais envolvidos em assassinatos. Quando eu tava entrevistando um juiz desse processo, que foi elegido aí pra ser melhor desenvolvido na pesquisa, em determinado momento eu coloco pra ele que o julgamento de policiais me parecia uma acusação de Estado com Estado, né, o Estado matou e tal, o Estado ali acusando, ele me interrompe e contrapõe: "É

o Estado acusando pessoas. Aí são pessoas se referindo ao processo, é a atividade policial, mas são pessoas, são indivíduos, é individual, é acusação individual". Que, aliás, nessa questão eu acho que um processo como esse releva muito bem uma coisa, nós escolhemos os policiais, os policiais são transformados em réus, os policiais são transformados com toda a acusação como se eles fossem pessoas más, pessoas que vão lá e matam, e na verdade o problema é sistêmico, é muito maior que simplesmente uma atuação policial. Quer dizer, todo o organismo policial é ótimo, mas esses caras, os acusados, é que são malvados, que são os criminosos, que são os bandidos. Tem uma parcela da sociedade que legitima essa atuação forte do policial e da polícia. O problema é muito mais institucional, a fala está muito mais na instituição do que na moral: "Ai, esse mundo está perdido, nós estamos sem valores". Não é verdade. São as instituições que estão falhando na proteção dos interesses livres, dos interesses maiores, da sociedade. Quer dizer, no abuso policial têm dois aspectos: tem o policial que abusa, mas existe todo um sistema que permite esse abuso e muitas vezes até incentiva o abuso, instiga o abuso, induz o abuso. O cenário que eu tenho, então, pra construção subjetiva desse policial, dessa polícia, ela pode ser analisado em primeiro plano em relação... numa relação mais gerais da nossa organização civilizatória, né? O Nobert Elias, o sociólogo que trabalha bastante com essa questão do ethos, conceitua o ethos de uma maneira muito específica, o ethos guerreiro, né, que o Adilson faz referência também na fala dele, traz que em função da especialização das funções na sociedade, conforme

elas foram se tornando cada vez mais complexas, as pessoas, isso é evidente pra todos, vão se especializando em determinadas atividades e nesse pacto social contando que outros indivíduos estão dando conta de outras funções, pode pensar na cadeia, nos alimentos que chegam na nossa mesa, né, que a gente não sabe como plantar, não sabe como cultivar e ainda assim se alimenta muito bem, pode passar uma vida assim. No caso da violência e no caso da nossa segurança, da nossa paz social, a gente tem, num contexto civilizatório de Estado democrático e de direito, uma formal aversão pro uso da força física pra resolução dos nossos conflitos, a preconização de que isso deve ser resolvido de maneira dialogada ou em última instância por força da lei, utilizando-se das instituições, mas pra que tudo isso opere, a gente tem um grupo de pessoas que têm no seio desse Estado, são treinadas e instigadas a serem violentas formalmente, há investimento pra isso, que são os agentes de segurança pública e aqueles que integram as forças armadas, no caso de violência entre Estados, apesar disso se confundir um pouco aqui no Brasil. E aí esse indivíduo, que também recebe toda a carga de cultura geral de que ele deve ser pacífico e respeitar as leis e não usar das violências pra resolver os seus conflitos, ele é posto com essa... com esses comandos ambivalentes e forma a sua personalidade, sem nenhuma esquizofrenia individual, dentro de códigos que não se comunicam, ele ao tirar a farda deve seguir o código anterior à entrada dele na polícia e ao colocar a farda passar a utilizar do código policial, somando-se aí a cultura formal e a subcultura, que o Adilson se referiu. Esse impasse, ele se soma mais do que uma

questão de cultura violenta a uma... ao exercício prático da sua atividade laboral. O mandato policial, que cada agente de segurança ali exerce, prevê uma amplo poder discricionário a esse policial, que engloba a autorização pro uso da força, a avaliação de oportunidade e propriedade de seu uso e alcança pertinência e a forma de toda e qualquer atividade policial. Quer dizer, isso... ele não precisa sequer esconder, isso faz parte do seu mandato policial e o controle fica sendo extremamente dependente na estrutura das nossas polícias, em especial, de um controle moral interno a ser desenvolvido por esse agente. A ação policial está sujeita a apreciação política, social ou judicial apenas a posteriori, no frigidus dos ovos isso significa que a pessoa do policial que responde pela violência, na apreciação a posteriori, depois que ele decidiu quando e como ele ia ser violento, caso seus atos sejam validados, o policial permanecerá sendo um cidadão de bem, que foi violento, mas foi violento com o aval de todos, caso contrário, rapidamente ele pode se juntar aos bandidos, ainda que ele entre numa categoria de bandido de farda, que também já esteve presente em discurso de representantes da polícia após chacinas na qual havia suspeita de envolvimento de policiais. ((Áudio mudo)). Uma estrutura que mantém necessariamente o Estado impune, uma vez que por essa sequência que ela é lógica, ela não é escondida, mas talvez tenha pouca atenção de reflexão, fica sob os custos do policial, indivíduo, qualquer mudança de cenário que possa indicar que aquela morte não foi legítima, nunca é responsabilidade da polícia, só do policial. Apesar dos diversos indicadores de impunidade dos agentes, que a gente percebe nos tribunais, uma

pesquisa da Defensoria Pública, por exemplo, indicava que 90% dos casos eram arquivados, uma pesquisa do Michel Misse, no Rio de Janeiro, chegou a índices parece de 3% dos casos irem a julgamento, não tô dizendo nem de condenações. O que eu tenho é que mesmo quando nesses poucos casos eu tenho uma condenação, não há nenhum impacto com relação ao funcionamento das polícias. Porque quando eu comprovo e por um desafio tremendo eu chego à responsabilização desse agente, ele só passa a ser um bandido e passa a merecer ser tratado como qualquer outro bandido. O impacto desse contexto aí de franca exposição à violência que policial está submetido, ele exige pela via...

**GLORIA:** Paulo, tem mais cinco minutos, tá?

**PAULO KOHARA:** Tranquilo. Quando acabar o tempo eu paro onde estiver ((risos)).

**GLORIA:** Tá. Não, tudo bem!

**PAULO KOHARA:** A gente segue na roda. Pela via do... A violência que esse policial tá submetido, ele exige pela via do trabalho um nível de autocontrole, de controle das suas pulsões, dos seus afetos, que comumente faz com que os valores da corporação policial extrapolem o exercício da função e passem a se configurar como um modo de vida. Aí na mesma linha que é das pesquisas que o Adilson citou, eu por ter feito parte do estágio doutoral na França, também é dos pesquisadores da polícia francesa, na mesma linha, essa questão da identidade total que a polícia acaba ocupando pros policiais, né, a construção desse ethos, no qual a

violência tem um valor identitário e que é marcado por um estilo de masculinidade específica, com valores (inint 01:29:13) exacerbados. A professora Alba Zaluar, do Rio de Janeiro, tratava da questão da hipermasculinidade como uma referência específica e contribui aí pra compreensão no plano sociológico, né, de como esse processo se dá. E lembrando também que apesar da gente ter policiais mulheres na corporação, ela é uma inclusão que se iniciou apenas em 1955, em São Paulo, e sendo que somente a partir da década de 70 um maior número de Estados passou a incluir mulheres em suas tropas. Então a questão de ter mulheres na corporação, além de historicamente ser mais recente, acaba na verdade influenciando, inclusive em mulheres, na construção de um ethos masculino, né? Então a gente não tá falando aí da identidade de gênero dessas policiais... dessas policiais, mas de um ethos na qual uma determinada... um determinado tipo de masculinidade, que é esse viril, ele se apresenta como resposta coletiva à vulnerabilidade que esses policiais são submetidos. Também fazendo uso do Dejours, como o Adilson colocou na fala dele, a gente tem a possibilidade de perceber que esse ethos, aí já dentro de uma análise propriamente psicológica ou da psicodinâmica do trabalho, que talvez alcance uma nuance maior do que o conceito de ethos com os... com o qual os sociólogos trabalham. O Dejours e a (inint 01:30:53), são... é uma outra psicanalista de psicodinâmica do trabalho, em seus estudos sobre a questão da virilidade, em especial, eles observam que a virilidade, diferente de um processo secundário do psiquismo, ele se apresenta em razão do sofrimento que a atividade do trabalho impõe ao sujeito como um mecanismo

de defesa próprio, interno, intrapsíquico de resposta. Então eu tenho aí um... uma dimensão distinta de como esse processo psíquico se dá no que se refere aos valores viris se instituírem como sistema de defesa pra garantir a saúde do sujeito, né? Então é conceitual, mas, às vezes... assim, às vezes, a teoria ajuda mais. Normalmente, a gente faz pouco caso da teoria, mas, às vezes, ela dá um... ela nos auxilia em algumas reflexões e é bem teórico. A virilidade como ideologia ela se apresenta como um mecanismo da cultura, a virilidade como mecanismo de defesa do psiquismo ela tem a possibilidade de amortecer outros valores morais, porque em termos de processo psíquico ela é anterior aos processos secundários que auxiliam a nossa... ao nosso discernimento sobre o que é certo e o que é errado. Quanto menor a possibilidade de modificar as contingências a que o trabalhador está submetido em seu ambiente de trabalho, que é o caso dos policiais no Brasil, mais o sofrimento e o medo se recrudescem e mais a defesa em forma de virilidade é mobilizada. Por esse processo, a virilidade erigida em valor, em lugar de todos os outros valores, porque ela funciona como se tratasse de uma expressão do desejo, então ela passa a ser veículo de expressão do desejo, ainda que um veículo, um caminho sintomático, a... os demais... os demais valores morais do sujeito, então, secundários, em termos psíquicos, ficam anestesiados, e aí... Fazendo um recorte específico, eu acho que eu vou parar, por conta do tempo, eu vou fazer um recorte pra fazer um encerramento nessa parte que clínica e política se encontram. A maior vulnerabilidade das tropas no plano político de se engajarem em massas ou submeterem-se a líderes que possam

representar esse ideal viril, ainda que pra aqueles que não são atingidos por essa influência pareça absurda essa conexão, considerando inclusive que tenho ali dentro do grupo pessoas que tiveram acesso à educação formal, são pessoas que têm acesso ao conhecimento, mas ainda assim se veem ligadas por um mecanismo aparentemente racional, se a gente pensa no plano secundário, é porque eu imponho ali uma condição de vulnerabilidade tamanha que não estão se conectando por mecanismos propriamente ideológicos, de escolha racional, mas por um processo mais profundo de vulnerabilidade, na qual esse grupo de pessoas que opera a violência em nome do Estado sempre... Espero não estar sendo muito precipitado, porque faltou uma parte que eu não cheguei, mas acho que dá pra fazer. É de interesse, sempre foi de um interesse, de um poder político concentrado, que a gente tem no Estado Brasileiro, essa vulnerabilidade. Se você pega... Só fazendo um recorte aqui que eu acho importante, considerando o tema não só da mesa, mas de todo o seminário que o CRP organiza, né, que tem o marcador raça como importante, e é. Na polícia... do efetivo policial no Brasil, 53% é... eu tenho uma divisão de 53% brancos e 34... perdão, 53% brancos, 44.9 negros. Quando eu vou olhar pra aqueles que são vítimas, seja de letalidade, vítimas de terem sido mortos em serviço, fora de serviço ou por suicídio, a proporção muda; essas vítimas letais, 65.1 são negros, 34.9 são brancos. Eu tenho um recorte de classe, de raça na qual essa vulnerabilidade ela é importante que se mantenha, são matáveis, não são matáveis só aqueles que morrem pela bala da polícia, são matáveis também esses policiais. O uso da força, o uso da violência por parte do Estado, ela se estrutura

por meio de uma polícia que pouco oferece pras suas bases. Se eu tenho 75% dos policiais morrendo, não sendo pela estrutura das operações policiais, porque não há um investimento pra que esses policiais sejam exclusivamente... aí não falando nem da parto do suicídio, exclusivamente trabalhe só dentro da polícia, né, a vista grossa que se faz pros bicos. Eu remunero mal o policial que se arrisca mais e ao invés de um remunerar melhor, estruturar a carreira dele e dizer que o trabalho dele é exclusivo, eu deixo ele fazer bico, e lá ele morre, e morrendo é substituído. Mas por que é que eles não se indignam? Bom, eu ofereço pra eles a identidade do guerreiro, a identidade do super-herói e assim eu não preciso investigar economicamente pra que eles se mantenham vivos, eu invisto pra que eles morram e, se morrer, que sejam heróis. E aí eu mantenho uma concentração de poder e uso da violência sob rédea curta. Bom, tem algumas outras reflexões, mas vou encerrar por conta do tempo e a gente conversa um pouquinho.

**GLORIA:** Muito obrigada, Paulo, né, você. Nós não combinamos os recortes, mas deram muito certo, de ser um recorte, complementa o do Adilson, né? Eu tenho algumas considerações e questões, mas quando eu vejo aqui no chat, as pessoas também têm questões, então vou deixar as minhas questões por último e vou já passar a palavra. Gabriela está aí? Gabriela pergunta qual livro, indicação do seu livro, Adilson, pra você colocar aqui no chat pra nós. Gabriela? Quer falar, Gabriela? O Mateus... Mateus, quer fazer a sua pergunta? Mateus está aqui, né, Mateus? Vamos lá, Mateus.

**MATEUS MATTOS LOPES:** Eu tô, sim.



**GLORIA:** De onde você é, Mateus?

**MATEUS MATTOS LOPES:** Então, eu sou de Teófilo Otoni, Minas Gerais, eu tô aqui na divisa entre Bahia e Espírito Santo. Na verdade não era nem mais um pergunta, eu trabalho aqui como psicólogo de um programa que chama PNAISP, né, que é ligado à questão de saúde no sistema prisional, voltado mais pra os privados de liberdade, porém, como eu já venho de um trabalho junto com o NASF e nesse trabalho junto com as equipes de saúde, eu sempre me propus também cuidar da equipe de saúde e nessa proposta ao entrar num sistema prisional. O presídio aqui a gente tem cerca de 600 a 700 pessoas reclusas, eu me coloquei também na disponibilidade de atender os policiais penais, pensando também nesse acolhimento deles, assim, enquanto trabalhadores. E vejo o quanto que é baixa a busca deles, eu fiquei pensando na questão que Adilson colocou, o Paulo também apontou, sobre esse lugar, né, essa questão de subgrupo, de que estar ali sendo escutado por um psicólogo é apontar pra eles uma espécie de adoecimento nessa psicofobia e que... e isso vai contra a esse lugar de super-herói, onde ele não pode adoecer, nessa teoria de subgrupos. E aí Adilson apontou algumas estatísticas mais voltadas pros policiais, mas e os policiais também eles estão entrando aí nesse lugar, né, de policiais penais. Tem algum olhar, tem alguma pesquisa, tem algum comentário a fazer, Adilson?

**ADILSON:** Eu não conheço esses dados, eu acabei de ingressar num grupo de estudos do IPPES (Instituto sobre Pesquisa, Prevenção Estudos sobre o Suicídio), que estão debruçando sobre essa questão do sofrimento policial e do suicídio policial e

lá a gente discute que faltam dados. Então esses policiais... não é do nosso acesso o conhecimento que tem alguns dados pra saúde psíquica desses policiais, assim como também das pessoas que trabalham nas fundações Febem... antiga Febem, Fundação Casa, enfim, em contextos de violência bem específicos, não há, é um assunto que não é... não merece a devida atenção das autoridades.

**MATEUS MATTOS LOPES:** Subnotificado, né?

**ADILSON:** É. Subnotificado ou sequer nem notificado, às vezes.

**MATEUS MATTOS LOPES:** ((Risos)).

**GLORIA:** Miriam, você faz um comentário aqui. Você quer falar, Miriam? Miriam? Bom, enquanto a Miriam traz o comentário, Andréa? Andréa, tem uma questão sua. Andréa Pereira, quer fazer a sua questão, Andréa?

**ANDRÉA PEREIRA:** Olá, boa tarde a todos, a todas e a todes.

**GLORIA:** Pode mostrar a sua carinha, Andréa?

**ANDRÉA PEREIRA:** Ai, meu Deus do céu ((risos))!

**GLORIA:** Sim, é bom a gente conversar olhando ((risos)).

**ANDRÉA PEREIRA:** Só um minutinho, eu espero que eu esteja mais ou menos, né? Vamos ver.

**GLORIA:** Não, fica tranquila aí.

**ANDRÉA PEREIRA:** Prontinho, aqui, sou eu! Tudo bem, gente? Na verdade, eu tenho várias questões pra perguntar sobre isso, porque é um tema muito complexo e impactante também. Antes de mais nada, quero agradecer a vocês, ao Paulo e a... Adilson, pela fala, foi muito interessante. Na verdade, eu coloquei duas questões, uma primeira foi sobre como nós da sociedade civil e profissionais psi podemos de alguma forma auxiliar essa população, né, de policiais e já que é tão difícil, tem tantas barreiras pra gente fazer a pesquisa pra criar estratégias, foi o que o Adilson trouxe na sua fala e a gente percebe muito isso quando vai visitar artigos e pesquisas e assiste alguma reportagem sobre a temática quando elas acontecem. E a outra questão também, que eu fiquei pensando já no Adilson... quando Adilson falou e Paulo trouxe agora no final, é a questão dessa virilidade, dessa masculinidade que é tão tóxica dentro da instituição e fora dela também, que acaba de certa forma, como eu coloquei no comentário, (emanta 01:43:59) no... na... no profissional e ele é aquele ser que pode fazer tudo dentro ou fora da instituição e isso acaba fazendo certo adoecimento, essa masculinidade tão tóxica. Então foram essas duas questões que eu trouxe, mas eu tinha mais, mas vamos lá, que tem outras pessoas pra falar. Muito obrigada!

**GLORIA:** Obrigada, Andréa. Vamos lá.

**PAULO:** Pode seguir a ordem, quiser começar, Adilson.

**ADILSON:** Eu acho que... Obrigado pela pergunta, Andréa. Eu respondendo o mais rapidamente possível as suas duas questões, eu acho que a questão de como a

comunidade psi, a sociedade pode participar na... dessas questões da polícia e se interessar pelo como que eles são "cuidados", digamos assim, e qual que é o sistema... o sistema de suporte, o serviço de suporte, (inint 01:44:51) é primeiro é tentar conhecer esse sistema, procurar os órgãos da polícia e pensar numa estratégia política pra que através de deputados, congressistas que têm poder pra isso, conseguir penetrar nesse universo, ter acesso a essa legislação e verificar possíveis falhas, estudar esses documentos, estudar essas situações e tornar público pra sociedade a realidade que vocês deparam. Eu acho quanto mais suprisibilidade esses fenômenos e essas situações tiverem, maior é a possibilidade de quebrar essa estrutura do silêncio, essa concha fechada e permitir aí o tão sonhado, tão desejado controle, efetivo controle social sobre mais esse ponto da atividade policial. Em questão da virilidade ou dessa hipermasculinidade, eu acho que na construção do self do guerreiro isso já tá embutido, relatos de policiais, eu tenho isso na tese, eu trabalho com isso, esse processo de formação do policial, ele... eles são submetidos a toda sorte de privações e humilhações, os famosos ritos de passagem, e aí são coisas absurdas, porque o militar é superior a tudo e o militar tem que ter a condição de ser superior a tudo e suportar tudo. Então frases, marteladas rotineiramente, constantemente, de que o militar não tem medo, o militar não sofre, não tem frio, não tem fome, não se cansa, está sempre pronto, 24 horas alertas, você policial é 24 horas alerta, você pode tudo, você só pode... o seu único limite é o seu superior. E o Freud explica muito bem isso aí, quando ele define a... uma das massas artificiais, que é

o exército, a ligação, o laço libidinal, o vínculo libidinal entre o comandante e o seus subordinados. E essa cultura, essa rotina de prática quebra, existe pra justamente minar a confiança do indivíduo nele mesmo, há uma cisão com o... com as referências que ele tinha anteriormente a entrar na polícia, que eles necessitam dessa cisão pra forjar o novo ser e introjetar esses valores que vocês citou, e aí se constitui a personalidade do indivíduo policial militar. Tanto é que é comum os relatos de pessoas que convivem com policiais e falar: "Poxa, fulano mudou, não é mais a mesma pessoa, não nos procura mais, só anda com militares, só faz programas com militares, só fala coisa da polícia". É aquela identificação total com ele no serviço, porque ele foi constituído dentro dos caracteres, liames do serviço, ele existe para o serviço. Aquele ser antes, hipoteticamente ou, podemos dizer, figuradamente, deixa de existir, passa a ter dois Adilsons, digamos assim, né? E aí isso vai liar a sua condução pra dentro e pra fora do... da polícia. E com a virilidade como mote, que é uma questão de se mostrar superior, de se impor, de uma confusão de arbitrariedade com autoridade.

**GLORIA:** Paulo.

**PAULO KOHARA:** Bom, com relação ao questionamento sobre a participação, quanto sociedade civil, que é possível fazer... são diversos planos, né? Se você enquanto indivíduo, assim: "Ah, eu queria saber mais, eu queria saber como participar". A política prevê os CONSEGs, os Conselhos de Segurança, como um mecanismo de participação social nas políticas de segurança pública. Tem inclusive aqui em São Paulo, tem um portal do... que

é administrado pelo... pela Secretária de Segurança Pública do Estado, explica direitinho como é que funciona o Conselho, tem ali um mapa pra você identificar qual que é o mais próximo de você, né, o que diz respeito aí à sua atuação, mas isso é uma inclusão... o interesse, né, assim, é uma mobilização mais pessoal de tentar entender melhor, ver como participar e se organizar pra participar. A inserção aí na questão da segurança pública, enquanto sociedade civil, eu acho que, pra além desse... dessa atuação, dessa motivação mais pessoal, ela ainda precisa ser muito disputada, porque ela... O que acontece? Pra... pros setores da sociedade civil que se preocupam aí por uma sociedade mais igualitária, que tem uma noção de sujeito que deva ser mais emancipatória, acabou historicamente negligenciando o campo da segurança pública e você vê, por exemplo, mesmo em governos considerados mais progressistas, o aumento do índice de letalidade policial acontecendo, uma negligência em relação às políticas de segurança pública, pra uma maior efetividade. Então ele é ainda um campo que precisa ser muito disputado, porque ele foi preenchido por outras formas de se ver a sociedade e que não veem tanto problema nessa hierarquização social ou na desigualdade que a gente tem ou na política de segurança pública, tal como ela já é executada historicamente, né, apenas reforçando e intensificando essa lógica e não trabalhando pra qualquer tipo de desconstrução. Então ainda tem um longo caminho a ser percorrido, batalhar esse espaço do que seria uma segurança pública efetiva, pra além do enfrentamento das desigualdades sociais, né? Porque a negligência no campo... para com o campo da segurança pública passa por uma

tese de que ela decorreria da questão da desigualdade social, então a gente enfrenta a desigualdade social. Mas, assim, é simplificar um pouco, porque a segurança pública ela tem nuances que... é claro, tem uma incidência importante da condição massacrante de desigualdade que a gente vive, mas que não dá pra esperar a desigualdade acabar pra que magicamente a segurança pública passe a funcionar, porque ela opera por mecanismos muito próprios e, inclusive, contribui pra que a desigualdade atinja uma não preservação da vida, da integridade, das nossas liberdades. Então tem muito campo pela frente, pra que a sociedade civil possa entrar de forma robusta na discussão sobre segurança pública, mas sem precipitar algumas discussões que foram feitas pra aqueles que têm uma visão distinta de como essa segurança pública deve operar e que já tão aí há bastante tempo, né? Então não adianta chegar lá no meio de uma discussão como essa e falar assim: "Não, a segurança tem que funcionar assim, assim, assado". Sem o mínimo de conhecimento do que se passa. Porque você não vai ser ouvido e, enfim, a gente vai continuar meio na mesma, né? Então acho que é... a gente ainda tem muito pra caminhar aí, pra se unir, pra se organizar, pra construir um ideal de segurança pública com o qual os policiais da base possam se identificar, é pra além de compreender, possam se identificar, que a gente consiga estabelecer um ideal de segurança pública distinto desse que a gente tem aí. Porque só assim a gente vai conseguir trazer os polícias da base e isso possa fazer algum sentido pra eles, porque hoje não faz, tá no modelo mais tradicional, é o que faz mais sentido pro policial da base, pra aquele que tem expectativa de seguir

carreira policial, pra aquele se encanta com os ideias da corporação, ele tem em mente essa forma de fazer segurança pública que traz todos esses efeitos aí que a gente discutir nessa roda. Com relação à hipermasculinidade e com relação ao ethos guerreiro, a questão da masculinidade tóxica, eu só queria acrescentar que a polícia vai ser, eu entendo, sempre o último ali Bastião dessa masculinidade tóxica na sociedade, né? Então assim, no... muito pouco provável que a gente comece pela polícia esse debate, porque a questão da masculinidade nas polícias ela é presente mesmo em polícias muito melhor treinadas e em melhores condições que a gente tem no Brasil, é como Adilson coloca, esse tema ele é bastante internacionalizado, ele acontece com polícias que não matam, com polícias que não são truculentas, com polícias que são extremamente técnicas, que protegem o Estado. Então eu entendo que essa questão da masculinidade tóxica, no campo da polícia, não é... acaba não sendo muito... a gente não tem muito como penetrar, né? Acho que a gente tem como prosperar mais na discussão sobre a masculinidade fora do campo da polícia. O que eu vejo, só como link, é que, como disse pra vocês, pra além da masculinidade enquanto cultura, o que eu tenho no Brasil é uma... um uso político e uma profundidade psíquica desse tema, os policiais, que é singular, né? Então quando eu coloco aqui uma atenção pra que os policiais da base estejam menos em risco, se exponham menos a risco, de maneira geral, pra que as duas coisas possam ser estancadas, não é que eles saiam desse processo outras masculinidades, não, vão continuar tendo como valor, os valores viris ainda provavelmente serão hegemônicos dentro da

corporação, serão predominantes, porém eles não serão mobilizados por mecanismos tão primitivos, no sentido de sobrevivência ali, ele faz isso porque... assim, é uma questão de sobrevivência, não é uma questão de gosto, de escolha, é uma questão de sobrevivência, porque ele é posto pra patrulhamento, pra policiamento ostensivo em situações de extremo risco, ele é colocado numa condição de vulnerabilidade social e econômica tremenda, a ponto dele se colocar ali como super-herói mesmo, quando ele vai fazer o bico ali, só com a arma na cintura, sem nenhum respaldo tático, é compreensível que ele vai ter muito mais chance de morrer ali naquelas condições do que quando ele tá realmente atuando como policial, né? Então, assim, a... o que se coloca ali pros nossos policiais e aí entra a noção da virilidade, da masculinidade, ela vem pra manter esses policiais conformados com essa condição, né, porque eles são valorizados por quanto mais precária a sua condição, e ainda assim eles vão lá e caçam bandidos, melhor eles são. Eles não podem pedir ajuda, eles não podem reclamar que a condição não é boa, que a estrutura não é adequada, que a remuneração não é adequada, porque isso é apresentar fraqueza. É assim, é uma perversidade do argumento, né, da masculinidade, da própria virilidade, você fazer esse uso, que é o uso que o Estado brasileiro faz, que determinados grupos políticos fazem da questão da virilidade, né? Então assim, a minha crítica específica não culminaria numa resposta pra esses problemas da virilidade que acontecem em outras polícias, é algo mais de estancar a matança mesmo, dizer assim: "Não dá pra eu ter tanta morte de policiais e de pessoas mortas pela polícia". Como a

gente tem naturalizado, normalizado, na política de segurança brasileira. Então é só fazer esse destaque que, assim, tem uma... um nível aí da sua pergunta que ele é internacional e que eu acho que persistiria mesmo com os meus apontamentos e que vai mais na linha da discussão do Adilson, mas que é um desafio pra todas as polícias, mas uma polícia extremamente viril não necessariamente mata tanto como a nossa. É isso.

**GLORIA:** Vou trazer... Obrigada, Paulo. Vou trazer um comentário da Miriam, que ela não pode falar, e depois vou me permitir fazer duas questões, uma pra cada um, tá? Miriam diz assim: "Como penso, vendo muitos amigos, alguns militares foram dominados por medo, agressividade, convívio... e convívio com pessoas que sofrem muito e não devem se mostrar. Existe uma forma de pensar que acaba omitindo a gravidade e a depressão, a fragilidade mental, após um tempo contínuo, mesmo para e por cuidar do outro na sociedade". É um comentário que a Miriam traz. E eu tenho duas questões pra vocês, só um minutinho, que eu vou trazê-las. Bom, Adilson, nas considerações finais da sua tese, intitulada como "O policial que mata: um estudo sobre a letalidade praticada por policiais militares do Estado de São Paulo", você constatou que o problema da letalidade policial não se soluciona simplesmente com o fim da impunidade, tema também que o Paulo trouxe, como a questão é muito mais profunda, uma questão mais sistêmica, se é que eu entendi bem da fala do Paulo, né, que o sistema é muito mais complexo e que acaba caindo nas costas do trabalhador da polícia. Se eu entendi bem, Paulo, da sua fala. Então, diante disso, gostaria

que você, Adilson, comentasse sobre as outras ações que você identificou como necessárias para o enfrentamento desse problema social. E pro Paulo, eu gostaria que o Paulo comentasse um pouco sobre os determinantes inconscientes da letalidade policial. Na sua pesquisa de doutorado, você menciona que eles podem ser identificados em quatro frentes: condições normativas; organizacionais; institucionais, que garantem articulação entre impunidade e legalidade; aspectos ideológicos, históricos da construção do poder civilizador brasileiro. Que você até comentou aqui conosco, mas se você pudesse falar um pouco mais desses quatro determinantes, seria legal, gostaria de te ouvir. São essas perguntas, por enquanto.

**ADILSON:** Bom, Gloria, obrigado pela pergunta. Gloria, durante o doutorado eu visitei policiais presos no Presídio Militar Romão Gomes, infelizmente têm falas que não se tornaram em material de pesquisa, porque eles conversavam, mas não autorizavam a reprodução da entrevista, mas conversas, eu perguntava pra eles, falei: "Olha, fulano, por que que você tá preso aqui no presídio militar?"; "Ah, porque eu... teve uma ocorrência que eu matei uma pessoa e deu errado e eu fui condenado". Falou: "Não, você não tá preso porque você foi condenado, que você matou alguém, você tá preso porque essa ocorrência, de alguma maneira, deu alguma repercussão negativa, manchou, lançou nódoas na imagem da instituição, lançou nódoas no governador ou no governo, que poderia prejudicar algum projeto político futuro pessoal e por você tá queimando o filme...". Me permita essa expressão, mas é o... a maneira como eu conversava com o policial: "Você... a sua

cabeça foi servida na bandeja pra dizer que a instituição não coaduna com essas práticas e por isso que você tá preso. Se você sair daqui sem essa consciência, meu querido, você vai matar outra vez". Por que eu tô introduzindo essa resposta com essa fala que eu tive com o policial? Porque não tá na tese, porque não tive autorização pra o... dele, pra utilizar como entrevista. Porque a judicialização de um caso é apenas um lado da questão e, muitas vezes, existe a judicialização desse caso justamente pra provar pra sociedade que a instituição é perfeita e que qualquer desvio de conduta identificado e provado e punido com os vigos da lei, porque a instituição é perfeita. O que a tese mostrou, ou procurou mostrar caminhos, é que tem todo um sistema de... uma teia de relacionamentos erigidos, né, existe aí uma... um tecido onde valores são compartilhados que vão muito além de uma questão legal. O policial que mata ele sabe que é ilegal, ele corre esse risco, ele quer correr esse risco, ele precisa correr esse risco para ter a sua virilidade exacerbada, ele ser um troféu, um ícone e pra ele continuar merecendo a confiança do grupo, adquirir status e continuar existindo como tal dentro de um prestígio adquirido. Então, existe aí uma subjetividade que é expressa numa singularidade, uma subjetividade que é expressa no grupo, que isso é ignorado pela instituição, porque se prendeu uma pessoa hoje, ou duas, ou três, vão surgir outras 100, 200 ou 300, porque a... utilizando uma expressão de um policial do Rio de Janeiro, que escreveu o livro "Como nascem os monstros", a fábrica de monstros continua em atividade. E por isso que eu trabalhei na tese com as determinantes institucionais, as determinantes sociais e as determi-

nantes subjetivas que levam uma pessoa a adotar uma atitude letal. Por isso que eu falo, não é mais a questão de classificar o policial como mau ou bom policial, eu acho que essa dicotomia também ajuda a mascarar a realidade do problema, a profundidade e amplitude do problema, porque se você conversar com qualquer policial que mata, e eu conheço vários, que não foram entrevistados, mas por conta da minha carreira eu conheci e até tenho contato com alguns, eles falam: “Eu estou fazendo o bem, eu estou limpando a sociedade do que é mau”. Essa é a visão deles. O que que é bom aí, o que que é mau? É uma questão, é um juízo de valor que permite uma clivagem, dependendo de um ponto de vista e que esconde a real dimensão do problema. Eu só vejo solução com mudança radical da estrutura policial, e mudança radical da estrutura policial passa necessariamente por desmilitarização da polícia e não é uma questão de tirar uniforme, não tirar uniforme, é uma questão de banir esse sistema que precisa conceber a existência de guerreiros e de inimigos para serem eliminados. Ou seja, nós ainda vivemos sobre a égide da doutrina de segurança nacional, que apregoa a necessidade contínua da existência do inimigo a ser combatido. Na época da ditadura é os famosos comunistas, né, que tinham que ser caçados, acabou a ditadura, migrou pra outros inimigos, tanto é que hoje nós temos uma política de guerra contra as drogas, nós temos que nomear inimigos pra que esse aparato letal continue existindo, porque se eu tenho a produção do guerreiro, eu preciso da produção do inimigo pra que esse guerreiro seja aplicado e o sistema, excludente, continue operando. Por sua vez, nós temos um racismo estrutural

que não foi alterado e alimenta práticas medievais, estatais, desde sempre e que define muito bem, ajuda na construção desse inimigo e do... e do alvo, as estatísticas que o Paulo trouxe comprovam muito bem isso aí. Então tudo isso aí ajuda a construir uma subjetividade ou, como um autor americano fala, uma personalidade policial, enquanto nós não desmilitarizarmos, e pra isso nós precisamos de transparência, nós nunca sairemos do lugar. Por isso que eu falo, podem criar duzentos planos nacionais de direitos humanos, programas nacionais de segurança ao cidadão, programas estaduais de direitos humanos, currículos de direitos humanos, nada absolutamente vai dar certo, nada, se esse... se essa matriz deformada, letal, lesiva, continuar existindo. É isso.

**GLORIA:** Obrigada, Adilson.

**PAULO KOHARA:** Bom, Gloria, vou... eu vou dar uma de político aqui, vou escolher o que eu vou responder, tá?

**GLORIA:** Isso ((risos)).

**PAULO KOHARA:** Que eu não vou falar do (inint 02:06:31), não. Mas pelo menos você é transparente quando eu fazia isso...

**GLORIA:** Depois eu vou ler a sua tese todinha, que é muito interessante. Aliás, aviso aqui pros dois que a gente tá colocando os links aqui das teses de vocês, que foi solicitado, o pessoal tá gostando e vai ser leitura aí de cabeceira.

**PAULO KOHARA:** Bom, eu vou fazer um recorte, então, de... eu não vou pegar só um eixo, mas eu acho que vou... pra tentar comunicar mais aqui com a nossa... com o

nosso diálogo, né, sobre essa violência letal. Só um... uma introdução sobre a tese. A ideia de pesquisar os determinantes inconscientes da letalidade policial, especialmente, assim, a escolha desse título, esse eixo aí investigativo que desdobrou no... nas frentes que você citou, ela teve como horizonte a investigação sobre como uma morte evidentemente injusta, que é a do processo que eu acabei trabalhando, ela é... foi capaz de não mobilizar afetivamente aqueles que tiveram contato direto com o processo, porque... bom, porque não mobilizou o sistema era evidente, os policiais foram absolvidos sumariamente, caso não foi a júri popular, mas quando eu comecei as entrevistas, e a ideia era entender um pouco sobre como esse processo funciona, meio que me chamou a atenção que pra além disso, mesmo quando saía dos... do formal, das manifestações formais e mesmo diante de colaboradores que eram sensíveis aos problemas do sistema de justiça, aquela mobilização mais visceral, ela não acontecia, e aí foi a compreensão de que mecanismos são postos em marcha pra que isso seja possível, mesmo diante pessoas sensíveis à injustiça, elas serem insensíveis à morte efetivamente, que me serviu de base aí pra orientar a descoberta desses mecanismos. Bom, dito isso, a... o que eu vou eleger aqui que conversa melhor com o tema do seminário e com a nossa roda, em especial, é um fator referente à estrutura traumática da violência de Estado no país. Quando eu trabalho a questão do traumático, nesse ponto, relembro aqui pros colegas aí da... que tão presentes aqui com a gente que não são tão próximos à Psicanálise, que a noção de traumático, na Psicanálise, não põe tanto em evidência as características do golpe

violento, da violência do trauma, e é ele se institui em tempo posterior, quando essa violência não é passível de representação, a estrutura traumática ela diz respeito a uma cisão entre afeto e representação, a impossibilidade de inscrição, de representação, de um acontecimento violento. O que nós temos, então, quando falo da estrutura traumática da violência de Estado, é uma não representação, não reconhecimento dessa violência enquanto violência, e desvelando a estrutura traumática da violência de Estado da nossa história, a gente percebe o quanto as instituições servem como mecanismo sintomático de repetição dessa violência ao não serem capazes de proceder essa representação. Pra ficar menos abstrato, vejam, a gente tem a noção jurídica de crimes contra a humanidade, que ela também tem uma origem histórica, ela não é um conceito pré-existente, que sempre esteve aí pra gente lidar, pra gente acusar, por exemplo, o nosso Presidente de genocida, ela não esteve sempre aí. Quando a gente faz o esforço de entender o que tá acontecendo na nossa sociedade hoje, o número absurdo de mortes que poderiam ser evitadas e tenta dar nome a isso, a gente faz referência a um aparato de significantes que bebem de um momento histórico na qual houve um esforço importante da humanidade representar essa violência absurda. Quando se coloca, com razão, de que não se deve proceder analogias com a (inint 02:11:40) tamanha complexidade que foi aquele fenômeno, e a gente ainda assim faz referência a essa nomenclatura, essa maneira de dizer o que tá acontecendo, é porque ali eu tive um esforço de representação. Acontece que a violência massiva do Estado contra um sem número de pes-



soas aqui na nossa história é anterior a esse momento histórico, a gente teve milhões de população nativa, aqui da América, exterminada pelo Estado, milhões de africanos escravizados, crimes perpetrados por um Estado central, por um poder político, e que não foi nomeado como violência, não foi representado como violência, esse Estado não foi destituído do poder, não foi derrotado por outro Estado, não passou por nenhuma revolução, de modo que o poder se manteve estável sempre, mesmo nas passagens políticas que a gente teve, a gente teve passagens que não representaram grandes rupturas, mantiveram a concentração de poder e impediram a possibilidade de representação dessas violências, porque foram essas violências que edificaram o nosso Estado, inclusive esse que chamamos de Estado Democrático de Direito. Quando o sistema de justiça criminal, quando o sistema de segurança pública que o compõe, em certa medida, operam essa violência, dispõe seus agentes de segurança pública e expõe seus agentes de segurança pública a esse sofrimento, a esse risco e a essa violência, tudo mantido e legitimado, não só por um discurso político, por um discurso de imprensa, mas também pelas instituições de justiça de um Estado Democrático de Direito, elas tal como sintoma de um indivíduo acometido por um trauma grave, elas repetem a incapacidade de fazer frente a algo que as constituiu. Quando 90% dos casos de violência policial são arquivados, eu não tenho ali operado pelo bacharel em Direito uma impropriedade, ele não tá cometendo efetivamente nenhuma ilegalidade, porque se trata de uma pessoa extremamente preconceituosa ou racista, só tá colocando em marcha um sistema que deveria ab-

solver aquele policial por ausência de provas. A gente tem uma estrutura na qual a impunidade é legal, porque a gente põe em marcha um Estado Democrático de Direito cuja formalidade se deu também em um contexto histórico na qual Estados foram derrubados a favor de um Estado onde o poder mantém poder concentrado e, nessa medida, se o... se o poder sempre permaneceu concentrado, não é possível as vítimas históricas desse Estado produzirem provas dentro do seu sistema, que garante a justiça das ações. Nesse sentido que eu coloco, apesar de concordar que a militarização das polícias na... no sentido que o Adilson colocou, pra além da farda, são prejudiciais e colaboram com a violência que a gente tem, eu pondero, assim como eu fiz com a questão da hipermasculinidade, que a violência de Estado no Brasil ela antecede o seu método militar, porque ela interessa a uma concentração de poder, a resposta militar ela é anterior à ditadura civil militar que a gente viveu, ela tá no cerne do nascimento das nossas polícias que nasceu antes do nosso exército. Por que as nossas polícias nasceram antes do nosso exército? Porque elas serviam a oligarquias. Então eu tinha alguns exércitos que serviam a interesses concentrados, a unificação dessas polícias em torno de uma lógica de exército não veio por revolução popular, veio num regime também de exceção, no caso, do regime Vargas, não do regime da ditadura civil militar que tira das polícias estuiais tanques de guerra, por exemplo, que elas dispunham, que não servia pra policiamento, servia pra guerra, você não faz policiamento com tanque. Por que que as polícias, as Forças Estaduais, na época não tinha esse nome de Polícia Militar, tinham esse aparato?

Porque é pra isso que elas serviam. Eu tenho, então, uma concentração da estrutura de segurança pública a serviço de um poder oligárquico, ainda que tenha assumido diferentes formas ao longo da nossa história, que nunca foi rompido. E quando eu repouso sobre essa história, um sistema formalmente adequado a um Estado Democrático de Direito, ela... ele só serve pra apagar os rastros da história e mascarar uma violência genocida com as vestes de um direito internacional. Esse é o recorte que eu acho que comunica bem, ajuda a compreender, do meu ponto de vista, como o racismo estrutural é tão letal no nosso país, de novo, ainda que ele converse com outros racismos que acontecem internacionalmente, e é extremamente letal no nosso país, porque ele é colocado em marcha não só por esse racismo que atravessa a nossa cultura, ele é posto em marcha pelas nossas instituições de Estado, priva de liberdade, mata e apaga os rastros. O apagamento de rastros, pra além da manipulação de cenas de crime, que é o mais trivial e que é enfrentado valentemente por alguns órgãos de imprensa, inclusive, é um apagamento de rastro que tá na nossa cara, na formalização dos processos judiciais, legítimos, legais e que promovem essa série de arquivamentos, absolvições e sustentam eleições, representantes políticos, movimentam bastante dinheiro também. É isso.

**GLORIA:** Muito obrigada. Nós estamos chegando já ao final e eu gostaria de trazer aqui, nós enquanto psicólogos, eu gostaria de ouvir do Paulo e do Adilson, de que maneiras um psicólogo ou uma psicóloga devem se preparar para dar assistência a um profissional da segurança

pública no contexto brasileiro e ajudá-lo a lidar com o sofrimento. Os cursos universitários têm dado conta dessa demanda ou ela é invisibilizada entre os graduandos? E uma última perguntinha. Em quais países e programas os gestores de políticas públicas do Brasil podem se inspirar para modificar o cenário da saúde mental dos profissionais de segurança pública no país?

**PAULO KOHARA:** Queria propor do Adilson responder a segunda e eu responder a primeira.

**GLORIA:** Pode.

**PAULO KOHARA:** Vou na primeira, então, que essa formação em Psicologia, eu acho que a gente tem ainda que avançar bastante na formação em Psicologia pra atuação nessa seara, apesar de eu perceber, assim, da época que eu me formei pra hoje, eu me formei em 2005, mas por conta do trabalho acabei tendo contatos também com estagiários e aí de alguma forma acompanhando aí algumas mudanças no currículo e vejo um avanço histórico que vem acontecendo também capitaneado, eu acho, pelas movimentações do Conselho, tanto do Regional quanto do Federal, do CREPOP, eu acho que a gente tem um bom trabalho acontecendo historicamente pra preparar pra esses desafios, pra essa reflexão da atuação do psicólogo na interface seja com o sistema de justiça ou mais especificamente com o sistema de justiça criminal ou com o sistema de segurança pública, mas evidentemente a gente precisa continuar caminhando, né? Eu queria só fazer uma colocação de que não são, do meu ponto de vista, as minhas ideias de como a

coisa poderia melhorar, não é uma crítica em relação a como esse processo vem acontecendo, porque é difícil você mudar uma grande de formação, uma cultura de como as coisas vão acontecendo e, pelo menos a meu ver, isso vem acontecendo num ritmo bastante adequado na Psicologia pra nos preparar pra esses desafios. Agora em relação à ausência de conteúdos que pudessem nos preparar melhor pra esses desafios no nosso currículo, eu acho que também é... deriva do escasso, da escassa quantidade de pesquisas, de produção mesmo, que a gente ainda tem no campo, né? Porque eu acho que isso passa a ser um conteúdo mais largamente difundido em graduações, por exemplo, ou formações lato sensu, na medida em que a gente tem uma produção mais volumosa e aí isso vai resultando em transmissão de uma maneira mais lógica do funcionamento do conhecimento. Entendo, então, que os mecanismos pra essa transmissão vêm operando satisfatoriamente, na minha avaliação, são críticas que são conjunturais que eu acho que vale a pena lançar aqui, mas, como norte, acho que é sensibilizar, convidar, buscar o interesse de mais psicólogos em utilizar o seu investimento de pesquisa, aqueles que gostam dessa atividade, pra esse campo, porque muitos psicólogos se interessam pelo campo da Psicologia Social, por exemplo, da Psicologia Jurídica, e esse interesse poderia ser magnetizado pra esse tema, né, da segurança pública, do sistema de justiça criminal, das polícias e aí o maior volume de colegas produzindo acho que teria como resultado, como os Conselhos têm propiciado isso, algumas universidades também, isso também chegar pros jovens, pras jovens, psicólogos e psicólogas, que estão se formando, inde-

pendentemente de atuarem nessa área, né, isso passar também a compor a formação de uma maneira mais orgânica.

**GLORIA:** Obrigada, Paulo. Nossa, ainda tô... temos um tempinho aqui que dá pra gente bater mais uma bolinha.

**PAULO KOHARA:** Tem o Adilson ainda.

**GLORIA:** Isso, sim, depois do Adilson.

**ADILSON:** Bom, só complementando um pouco o que o Paulo falou, há estudos que indicam, no Brasil e fora do Brasil, que os policiais eles veem os psicólogos como inimigos, como a pessoa que tá mais interessada em proteger a organização e prejudicá-los. Então, de alguma maneira, os psicólogos eles precisam desenvolver estratégias de que eles estão lá pra auxiliá-los, né, e quebrar essa mística, esse valor compartilhado pelo grupo dentro da subcultura de que a pessoa que quer escutá-lo está lá mais pra xerxer a vida dele, a aferir conhecimento que possa prejudicá-lo, inclusive num processo de demissão, no afastamento do serviço. Existe essa mística, essa realidade estabelecida. E um autor americano, que eu tenho estudado, que define, que escreveu um livro chamado "Police Ecology", ele fala que os psicólogos pra se dar bem, pra melhor desempenhar as suas funções dentro da polícia, no cuidado dos polícias, pra desenvolver as suas tarefas lá com conhecimento, eles precisam conhecer a subcultura policial, o que que são esses valores que estão embaixo do tapete, mas que de fato determina o como é que o serviço é feito, e não as normas oficiais. Porque se ele conhecer essa realidade, ele começa a conhecer o ambiente, o gru-

po, onde o grupo se estabelece de fato e as tensões havidas, e poderá ter maiores elementos pra auxiliar o policial que busca ajuda e até mesmo, mostrando que é conhecedor dessa subcultura, de alguma maneira mostrar que ele conhece o grupo e de alguma maneira está inserido nesse grupo que profere, que professa essa subcultura e, assim, nesse caráter de inclusão, se apresentar como parceiro e não como inimigo. Tentar falar a mesma linguagem, entender os mesmos sinais e aí, com essa confluência de sinais, de ideias, de valores, de sentimentos, conseguir estabelecer a confiança entre o paciente e o profissional, que é essencial em qualquer setting terapêutico, né, em qualquer desempenho de profissão, principalmente numa dessa. Eu acho que poderá conseguir atingir, entre aspas, “na alma” do policial com mais facilidade e auxiliá-lo nas suas... nas suas questões. Eu vou falar da Noruega, onde eu estive, na universidade da polícia, e pra mim me surpreendeu que a etapa mais importante do processo de seleção é a etapa psicológica, dinâmicas de grupo, entrevistas, dinâmicas individuais, todo ano eles têm onboarding, que um grupo de pessoas que se reúne pra estabelecer qual que vai ser a melhor abordagem pra aferir, em termos psicológicos, a aptidão desse policial, sistemas de avaliação constantes durante o curso, após o... após a conclusão do curso, quando eles são destacados pras unidades, avaliações constantes, participação de muitos psicólogos de fora da polícia, não só psicólogos da instituição, justamente pra que de alguma maneira a sociedade esteja imiscuída na polícia sem qualquer vínculo hierárquico ou funcional, conferindo maior liberdade pra eles, e um amplo debate. Então, lá tem essa preocupação,

e no processo seletivo que eu estudei lá, a maior... que me chamou atenção, a maior... o maior esforço é despendido com a seleção psicológica, eles prestam muito atenção e muito cuidado nisso. Por quê? É o cidadão que vai andar com uma arma, vai interagir com outros cidadãos e pode representar um potencial de... pode proporcionar segurança, mas pode trazer um potencial, pode carrear um potencial de risco imenso, eles... imensos, e eles têm essa preocupação.

**GLORIA:** Obrigada, Adilson. Agora nós temos aqui perguntas da Gabriela e comentários da Kelvia. Quer falar, Kelvia? Kelvia?

**KELVIA MARTINS:** Oi! Consegui.

**GLORIA:** Oi, Kelvia!

**KELVIA MARTINS:** Tô num telefone diferente. Ai, deixa eu ver, será que você consegue me ver?

**GLORIA:** Ainda não estamos te... conseguindo te ver.

**KELVIA MARTINS:** Será?

**GLORIA:** Agora sim, Kelvia. Vamos lá!

**KELVIA MARTINS:** Bem, muito boa tarde, obrigada pela voz, pelo espaço. Eu achei importante, eu acho que até pra conseguir eu acho que responder essa angústia que a Gabriela colocou aí, eu acho que vai responder muito pra alguns profissionais e é um espaço que tá... eu acho que vai surgir daqui pra frente a gente indo realmente atrás do Estado. Eu sou casada com um policial militar, um oficial militar aqui no

Estado do Ceará, sou estudante de Psicologia, tô agora entrando no segundo semestre, mas já me interessa há muito tempo, venho de outras formações, e a Psicologia vem pra contribuir, um sonho pessoal, uma realização pessoal minha. E eu vejo que me marido, 12 anos dentro do serviço militar, ele não confia no Estado pra procurar essa questão das suas soluções, né, do seu psicológico, esse apoio. Muitas vezes o apoio que ele buscou foi em mim e eu, tentando ajudar, eu piorava a situação. Então nós sofremos muito, eu, meu filho, a família, né? E isso foi se arrastando diversas vezes, questões extremamente delicadas foram acontecendo e, em nenhum momento, eu não observei nada dos seus superiores em relação ao cuidado à saúde mental do meu esposo. Ele chegou um tempo a ficar afastado dos serviços, durante três meses, mas depois disso ele voltou à ativa, voltou às ruas, voltou a comandar um pelotão e só, não há um acompanhamento do Estado. Depois de outros problemas familiares, porque você vai... você sabe que em vida dessa, que hoje tá tudo calmo, mas ele tá em casa, é chamado, depois tudo muda, as coisas mudam, outras questões vão surgindo, ele trouxe outros problemas pra casa. E depois de a gente sofrer bastante, ele se convenceu de que precisava de um acompanhamento e de manter terapia contínua. A gente resolveu então fazer, buscar um terapeuta, né, ele hoje tá com psiquiatra e com psicólogo, mas são particulares, porque ele não confia no serviço do Estado. Justamente, eu acho que foi o Adilson que falou aí, justamente por causa disso, a questão da confiança "O que eu vou dizer vai ser repassado pra quem? O que eu vou dizer vai causar o que pra mim mais adiante?", sabe? Existe

essa desconfiança do servidor em relação à própria instituição, Então, eles... há uma descrença muito grande. Então, a gente, o próprio militar, o próprio servidor, a própria família tem que procurar essa ajuda e desconstruir essa imagem de que ele não precisa, né, e tem que ir buscar isso muito. É muito importante a gente ter esse papel e essa voz. Hoje aqui, obrigada pela oportunidade, obrigada pelo conhecimento de vocês. Era isso.

**GLÓRIA:** Obrigada pela sua... né, seu depoimento, né? Muito importante fazer esse diálogo aqui. Gabriela? Gabriela?

**GABRIELA:** Tô aqui, mas eu posso não abrir a câmera?

**GLÓRIA:** Fique à vontade, como você se sentir melhor, Gabriela.

**GABRIELA:** Aham. Um pouco da minha angústia foi um pouco que a Kelvia falou mesmo assim, né? Nós como psicólogos, assim, que a percepção com todas as falas que a gente teve hoje de que é uma população de muito difícil acesso, de difícil autopercepção de que precisa de ajuda, né? Então como nós psicólogos ajudaria de uma melhor forma? De dentro da corporação sendo um psicólogo que presta concurso e é da polícia ou de fora, né? Era essa a minha angústia. E queria agradecer também que as duas falas foram incríveis, fiquei muito interessada no tema. Obrigada pela oportunidade.

**GLÓRIA:** Então quem vai aí? Adilson ou Paulo, quem começa? Comentar a fala da Gabriela, né? Ela faz uma questão.

**ADILSON:** Eu acho que essa fala é a comprovação empírica, fática, de tudo que nós falamos aqui, apresentamos em cima das nossas pesquisas, né, Paulo? Cada um no seu caminho, na sua área, na sua seara de conhecimento, que, enfim, estamos todos nós bebendo da água na mesma fonte, mas o lugar na fonte, às vezes, é um do lado do outro ali e estamos aí caminhando no mesmo caminho. Então, essa fala são falas tristes, mas, por sua vez, são falas alvissareiras no sentido do quanto que a pesquisa científica retrata a realidade do dia a dia e da importância de se investir na pesquisa sobre o ser humano no exercício das suas funções, e o quanto que é importante desconstruir esse etos dos super-herói, do superpoder, que é o que tá contribuindo muito com o adoecimento desses policiais. E ainda, as duas tiveram a sorte, no caso a Kelvia teve a sorte de ele abrir as suas agulhas, seu sofrimento, em casa, muitos não abrem, porque, se ele é super, como é que ele vai compartilhar com alguém que não é, né? Então, realça a importância de eventos como esse por exemplo.

**PAULO:** É, só colocar uma outra questão em relação às falas, primeiro agradecer, e também teve uma outra fala que eu acabei não fazendo referência em nenhum momento, né, que agora leu da Mirian, acho. Agradecer a participação, compartilhando aí essa (inint 02:34:25), ao meu ver, assim, só queria ponderar uma questão, a gente também não pode cair no risco de entender que o psicólogo seja também uma super pessoa, né, assim, pra cuidar da saúde mental. Então, na medida em que o psicólogo ele entra na corporação, ele passa a ser parte da corporação e submetido ao mesmo processo subjetivo

que impõe a ele ou a ela a questão da hierarquia, da disciplina, da preponderância, do bem maior sobre o individual, né? Um fortalecimento ali de existência, e esse mesmo processo acontece, né, pro profissional, mesmo que técnico, mesmo que a entrada dele na corporação tenha esse viés técnico, né, de ser forjado na cultura da organização. Então o que eu considero, né, assim, o que foi uma colocação acho que da Gabriela, né, "Ah, mas como é que a gente acessa? Se é melhor por dentro ou por fora?" Bom, a gente não sabe. Como a gente não acessa, né, a gente não tem muita certeza. O que eu considero como interessante é a gente tentar acessar dos dois jeitos, tanto por dentro quanto por fora, porque eu acho que a posição vai ser diferente. E aí pondero uma questão, quando o Adilson colocou, né, dialogando aí com a fala dele de conseguir se aproximar do policial, por meio de entender o lado dele, a atuação da escuta psicológica dentro de instituições, ela é, normalmente, bastante afetada, normalmente ela é, por estrutura, afetada, pela posição do psicólogo na instituição. Isso aconteceria na polícia, mas acontece em qualquer instituição, né? Se você põe essa escuta clínica pra operar sendo um trabalhador de um hospital, de uma penitenciária, de uma clínica escola, de uma faculdade de psicologia, ela vai operar de um jeito diferente, né? Porque parte importante da nossa condição de escuta repousa no enquadro, mesmo quando a gente faz isso num consultório clínico particular, e esse enquadro sobre o qual repousa essa escuta será de diferente quando você tem uma inserção distinta daquela, da maioria das pesquisas, na qual a maioria das pesquisas clínicas se dá, que é a diferença das instituições e dos consultó-

rios, porque o próprio consultório é uma instituição que negligencia o caráter de instituição por ser hegemônico quando a escuta opera lá. Isso aplicado ao problema aqui da escuta de policiais, né? Eu não posso ter a ingenuidade de pensar que as reflexões que a gente faz em psicólogos e psicólogas fora da corporação policial, olhando o problema e querendo interceder, ao entrarmos eventualmente em um concurso das polícias, a gente vai se manter nessa posição. Esse mesmo processo que o Adilson colocou aqui realmente é recorrente “Nossa, eu conhecia ele desde criança, agora depois que ele passou na polícia ele tá tão diferente”, o psicólogo e a psicóloga não é imune, “Ah, ele era um psicólogo assim, assado, agora que virou psicólogo ou psicólogo da polícia, ele tá tão diferente, né?” Porque o mesmo processo se dá, né? A postura ali do esposo da Kelvia de não confiar, de procurar a escuta fora da corporação tem uma razão importante de ser, né? Porque o conteúdo que ele queria trabalhar, ele provavelmente tem muita razão de não fazer dentro da polícia, porque aquele psicólogo que for ouvir tem uma patente, tem um superior e ele vai segurar, dependendo do conteúdo que for trabalhado ali, né? Então muitos dos conteúdos, às vezes, necessariamente precisam ser eh trabalhados fora, mas isso não impede uma responsabilidade do Estado, né? O Estado tem, a gente tem saúde suplementar, não tem além da saúde estadual, no campo da saúde mental, a gente pode pensar também em outros apoios ou subsídios aos agentes de segurança pública pra que eles acessem o serviço de saúde mental sem que seja por alguém de uma patente específica, sem que seja dentro da estrutura militar, mas, curiosamente, por exemplo, no Estado de

São Paulo, a Polícia Militar tem um programa que, minimamente, oferece um atendimento psicológico pro policial militar de base e a Polícia Civil, que não teria essa estrutura militar, não tem um programa de saúde mental estruturado que, minimamente, fez qualquer tipo de atendimento, né? Então, a gente tem essas nuances aí complexas, mas sobre o problema que elas colocaram, pondero isso, o Estado oferecer esse apoio psicológico, apoio em saúde mental pros seus agentes, precisa pensar em múltiplas frentes mesmo, né? Se não: “Ah, então a gente faz concurso e coloco todo oficial psicólogo, praça psicólogo aqui e aí vai resolver o problema?”. Às vezes não, porque eles vão continuar submetidos ao mesmo problema e vão mitigar parte dos problemas, mas outros mais profundos. Talvez ainda a assistência precisa ser feita por civis, precisa ser feito por pessoas não policiais, ainda que financiado, né, esse cuidado.

**GLÓRIA:** Obrigada. Eu tenho aqui uma pergunta pros dois: além do alcoolismo, síndrome de *Burnout*, ansiedade, depressão e suicídio, quais são os outros efeitos conhecidos e observados da violência de Estado com relação aos agentes de segurança pública no Brasil? E a outra questão é: como vocês avaliam o programa nacional de qualidade de vida para profissionais segurança pública, o Pró-Vida, quais serão os desafios para implementação deste programa? Queria que vocês comentassem.

**ADILSON:** Eu vou começar pelo final, Glória. Eu não conheço esse Pró-Vida, até despertou minha curiosidade e vou procurar estudar, mas eu tenho receio. De programas bons...

**GLÓRIA:** Que foi aprovado em 2018.

**ADILSON:** Tá. Eu não...

**GLÓRIA:** É recente.

**ADILSON:** Eu vou olhar. Mas eu tenho receio e eu acho que eu não erro, quero errar. O Brasil tá cheio de programas e iniciativas. Quando passa da norma pra vida real há barreiras, há *gaps*, há problemas outros que nele não consegue ser implantado de uma maneira adequada na sua totalidade ou mesmo assim pode ser implantado parcialmente, mas o principal não é tocado. Então tem que verificar até que ponto o que tá no papel vai se transferir pro dia a dia. A história dos planos de direitos humanos, de programas de segurança cidadã mostra que fica no papel e não sai do papel. E essa norma que poderia ser algo muito boa pros policiais e muito boa pra sociedade que são alvos dos serviços dos policiais acaba servindo como um escudo pra instituição, dizendo: "Olha como nós estamos cuidando bem dos nossos profissionais, tanto é que nós agora somos adeptos do Pró-Vida, por exemplo", e mesmo assim ele fez algo errado e reforça a tese da maçã podre que a instituição é perfeita ou quase perfeita e põe a culpa toda no indivíduo e exige a culpa da instituição, então tem que tomar cuidado com isso. Quanto ao aos sintomas, eu acrescentaria a frieza, a indiferença com o outro, com a dor alheia, o isolamento social, o silêncio não combaterá nada com ninguém e uma certa paranoia, digamos assim, o medo de que vai ser alvo de um ataque a toda e qualquer momento, né? Então imagina como é que vive esse policial.

**GLÓRIA:** Obrigada!

**PAULO:** Bom, eu vou seguir a ordem também que o Adilson adotou em relação ao Programa Nacional de Qualidade de Vida pra Profissionais de Segurança Pública, né, que você fez referência aí da aprovação ao Senado em abril. Primeiro, assim, ele ainda não tá em vigência, né? Ele tá pendente de análise na Câmara. Segundo que o texto aprovado pelo Senado na verdade propõe uma modificação na lei de 2018 justamente como a transição específica pro campo da saúde mental, né? Que aí tem esse recorte da nossa roda, acho que por isso a pergunta. O mesmo texto que foi aprovado, ele é bastante genérico, assim, ele não traz nenhum caminho muito específico de como esse programa vai operar e talvez por isso ele tenha sido aprovado por unanimidade no Senado. Quer dizer, assim, que você bota um texto ali genérico, aí não tem muito como ter disputa, oposição, a situação, é legal, vou reforçar, vamos apoiar aí os policiais, todo mundo quer apoiar os policiais e cuidar da saúde deles, faz uma fundamentação bonita, também mostra os mesmos dados que a gente falou aqui, né? "Olha, os policiais tão se suicidando e tal, a gente precisa apoiá-los", mas, assim, não há nenhuma previsão orçamentária, nenhuma diretriz sobre como a coisa ia funcionar, joga pra aqui, "ah, posteriormente os entes da Federação têm que pactuar ali como é que vão fazer, que é Estado, Município e União". Então, ele traz pouca efetividade, porque aquilo que tá previsto nesse projeto de lei poderia ser feito sem ele, de verdade, essa é uma questão de programa do executivo, assim, não precisaria de previsão legal, a



previsão legal seria interessante se a gente fizesse alguma dotação orçamentária ali naquele projeto, aí faria sentido de eu fazer isso via projeto de lei e não via política do executivo. Então, acho que acaba servindo mais de palanque, assim, do que pra efetivamente mudar. Pela natureza do projeto de lei, né, ele não estabelece diretrizes que vinculem, por exemplo, estados a algo mais metodologicamente científico no plano, né, da operação e no plano do seu financiamento também não prevê a fonte de financiamento do programa, inclusive o único ponto controverso quando passou pelo Senado foi o estabelecimento das conferências, que exigiria algum recurso pra acontecerem, né, que é impor ali a participação da sociedade civil. E aí, pra passar, colocaram que as conferências poderiam ser virtuais, o que esvazia o único dispositivo que era interessante, que era a participação, porque no virtual, pra uma participação política dessa intensidade, esvazia demais, né? Porque fica uma série de participação mais unilateral, pouca construção conjunta, né? Então, acho que, especificamente, esse programa acaba contribuindo um pouco por conta desses elementos ainda, que eu acho que seja importante, claro, uma política nacional que invista efetivamente no cuidado em saúde mental dos agentes de segurança pública, mas precisava ser feito com um pouco mais de profundidade e com, enfim, as vinculações que são necessárias pra qualquer projeto na esfera Federal que saia efetivamente do papel, né? Precisa dizer aí como que as coisas vão fazer, qual é a vinculação de cada ator, né, e seguir em frente. Em relação aos sintomas e que aparecem relacionados à violência de Estado, acho que o que o Adilson colocou mesmo, que eu acres-

centaria, só destaco, assim, que acho que bastante do meu pensamento em relação a isso eu acabei falando antes, né, em outras falas, né? Assim, como eu vejo o impacto maior da violência de estado na condição de saúde mental desses trabalhadores é nessa vulnerabilidade tremenda que eles estão expostos, inclusive em relação à sua Constituição Cidadã, né? E o quanto eles acabam virando, eles e elas, acabam virando uma massa de manobra de determinados interesses políticos que se beneficiam da imagem de herói que é constituída sobre eles, né? Então não é por acaso que a gente não consegue desfazer, porque é interessante uma política de segurança feita desse jeito pra aqueles que concentram o poder, porque eles nunca vão ser atingidos nos seus corpos por essa política de violência, e ela sempre vai atingir os inimigos desses que concentram o poder. Os custos mentais de sofrimento e da vida dos agentes policiais que põem marcha a essa violência é que a meu ver são intimamente ligados, é quando o policial, diante de tudo isso, adocece, consegue se afastar, às vezes ele tá salvando a vida dele.

**GLÓRIA:** Sim.

**PAULO:** Porque, se fosse de outra forma que ele operasse, talvez ele morresse ali em um bico, né, ou chegasse aí um extremo do suicídio, né? Então, às vezes, mesmo os sintomas que são mais complicados pra gente acabam preservando o policial que... né? Por conta de um *Burnout*, por conta do alcoolismo, vai tirar a arma dele, vai sair da operação da rua e vai salvar a vida dele, né, que fora isso o outro sintoma seria a morte, né? Então é isso.

**GLÓRIA:** Obrigada, Paulo. Alexandre tem um comentário. Quer falar rapidinho, Alexandre? Alexandre Cruz diz assim: "Muito bom que os dois especialistas apresentam retrata a realidade dos agentes da segurança pública. Ouso dizer que sequer temos, não temos a segurança pública cidadã implantada. Aproximação com o atendimento, orientação psicossocial é urgente". A fala do Alexandre. Pra gente encerrar, a gente tem quatro minutinhos, vamos passar às considerações finais e entendendo, né, pela fala dos dois especialistas, que uma mudança seria uma mudança muito profunda, não em termos só de leis, né? Mas uma mudança social muito profunda. Queria que vocês comentassem que esperanças podemos ter, né? O que podemos esperar nesse cenário? Pra finalizar.

**ADILSON:** Eu, nessa parte da sobremesa desse jantar que foi servido, eu acho que eu vou estragar o prato. Eu não vejo esperança em cima do que eu tenho estudado, do que eu tenho visto e, principalmente, porque o cenário político partidário brasileiro só piorou e a gente não sabe o que vai acontecer literalmente o ano que vem, literalmente falando. Eu vejo cenário de pioras e de agravamento institucional, institucional com a vida da nação, institucional policial, porque cada vez mais eles vão se sentir, vai estimulados ou turbinados, a agir da pior maneira possível como sinônimo de autoridade por um vínculo entre eles e o seu líder maior, Bolsonaro, vamos falar o nome, eu assumo essa responsabilidade, que é o líder, esse vínculo libidinal entre o comandante e os membros da massa artificial que o Freud fala tá muito bem descrito nesse vínculo dos policiais com Bolsonaro, e Bolsonaro sabe disso e

investe nisso pra apostar em uma ruptura institucional. Então eu não vejo bons cenários não. Em cima desse cenário de exceção que nós vivemos, fica difícil pensar em mudança nas estruturas para pra efetivas melhoria. A única ressalva que eu faço, e muitas vezes nos lugares, nos vários lugares que eu vou e falo isso, nas várias ocasiões me chamam de mal-humorado, eu falo: "Gente, não existe mudança um pouco, não existe mudança por parte, ou nós produzimos mudança na raiz ou não mexa em nada, deixa como tá", porque qualquer mudança que se apregoa gera uma expectativa em boa parcela da população, principalmente daquelas que são alvos preferidos da ação policial. E toda vez que a realidade mostra que essa pretensa mudança não trouxe melhoria nenhuma e até mesmo causou agravamento gera um efeito reverso muito negativo e muitas vezes as pessoas procuram o crime organizado, ou mais organizado que o Estado, pra fazer valer os seus pleitos, e aí a falência, a derrubada total do Estado, ou se muda radicalmente ou não se muda nada. Mas, como ser humano, eu tenho que manter a esperança de que tudo um dia vai mudar, as coisas vão melhorar porque senão fica difícil a gente levantar amanhã, acordar e tocar a vida, e eu estudo pra isso, eu penso nisso, mas tenho a certeza de que pouca, terei pouca chance, pouquíssimas, remotas chances de ver alguma mudança efetiva pra melhor enquanto estiver vivo, mas consciente de que alguma sementinha tá plantada e que um dia essas essa mudança virá. É isso que nos mantém vivo e batalhando, né? Quanto ao evento, eu só tenho só gratidão, gente. Prazer te conhecer, Glória, Paulo e a todos e todas e todes que nos prestigiaram. Fica aqui um canal aberto de um diálogo constante, uma par-

ceria, muito obrigado. Eu me senti honrado de participar desse evento e é daqueles eventos que a gente se sente útil, viu, e é bom a gente se sentir útil. Muito obrigado mesmo.

**PAULO:** Bom, como considerações finais aí em termos de perspectiva, é, assim, a curto prazo, o cenário realmente não é dos melhores, como o Adilson colocou, né.

**GLÓRIA:** Uhum.

**PAULO:** Sejamos sinceros, que não tem nenhuma perspectiva de que no curto prazo a gente vai pra um caminho melhor. Mas talvez aí pra gente pensar um pouquinho, com um pouquinho de frescor, em um longo prazo que, assim, em algum momento a gente supere esse momento trágico aí que a gente tá vivendo. Especificamente aí no campo da violência de estado, eu penso em três linhas que contribuiriam pra mudança aí de funcionamento, né, dessa política e um esforço de tentar representar essa violência de estado e coibir a sua letalidade. Foi só pra uma primeira divisão, pra modificar esse paradigma de violência de estado, que a gente mais trabalhou aqui hoje, eu concordo com o Adilson de que mudar um pouco nada muda né, assim.

**GLÓRIA:** Uhum.

**PAULO:** Precisaria de uma mudança muito mais significativa de reconhecimento dessa violência de estado, enfim, muito grande. E ela não, assim, a gente não tem no horizonte nenhum tipo de revolução, né? Então, é muito tempo histórico pra gente conseguir fazer esse tipo de mudança, mas acontece, elas acontecem, eventual-

mente, elas acontecem por esforço de nós, assim, atividades como essa que a gente tem hoje, né, seria impensável há 20 anos atrás, né, um público, tocado por uma autarquia pública, né? As pessoas podendo entrar livremente, discutir, tecer crítica sobre o Estado, né? E eu penso que também a resistência a esse autoritarismo, essa lógica autoritária, ela também evoluiu historicamente e, enfim, a gente pode depositar alguma esperança nisso, mas a gente tem de novo um problema muito grande no Brasil de uma alta letalidade e esse problema talvez a gente consiga mitigar antes de uma mudança mais profunda nas estruturas, né? Então eu não tô falando que a gente vai resolver o problema da violência policial, mas eu acho que a gente pode, a gente tem condições de criar dispositivos institucionais pra reduzir a letalidade, morrer menos gente, o Estado matar menos gente.

**GLÓRIA:** Sim.

**PAULO:** Menos policiais morrerem, isso a gente tem condições de fazer por mecanismos mais... menores de mudança, né, que não precisa mudar a estrutura inteira, pode continuar, né, tendo aí uma lógica de truculência, mas um controle da letalidade. Inclusive, tem, né, tentativas, esforços ali, resistências dentro do próprio Estado, em São Paulo, por exemplo, passaram a impedir, ou pelo menos tentar impedir, que mudassem a cena do crime, que os policiais, sob alegação de tá levando o pronto-socorro, mexesse na cena do crime, que tivesse que esperar o SAMU fazer isso, as câmeras agora mais recentemente nas operações da Rota que já, a gente não tem da consistência desses dados, mas sinalizaram que diminuiu a letalida-

de da tropa, né, pelo fato de tá carregando uma câmera. Mecanismos institucionais que diminuam a discricionariedade da polícia ostensiva, elas resultarão em redução de letalidade, tá? Porque eu tenho esse exemplo da câmera e eu tenho exemplo aí de um mecanismo que passa pelo judiciário, da ADPF das Favelas.

**GLÓRIA:** Uhum.

**PAULO:** Que impediu as operações nas favelas do Rio de Janeiro e a letalidade despencou, né? O que que acontece? Uma intervenção judicial genérica. O que que ela fez? Falou pra polícia cumprir a lei, vai fazer operação que seja uma operação planejada, que tenha um sentido de fazer, e ainda assim eles deram um jeitinho e fizeram o Jacarezinho. Mas assim, mas diminuiu, você pode mitigar, você pode não impedir que.... você não pode acabar com a violência policial, mas se você consegue impor, se houver vontade política, amarras pra que a letalidade caia, né? E aí a gente tem esses exemplos que ainda são pontuais, porque a vontade política não é lá essas coisas, mas a gente tem iniciativas que vão operar, porque o que precisa mudar? Você não vai... mudança na cultura, na cabeça do policial, é muito difícil, precisa dessas mudanças estruturais, mas mudança no seu dia a dia é mais factível, e mudança no seu dia a dia é controle dessa discricionariedade, né? Então foi a câmera, foi como uma operação pode ser deflagrada, no caso a ADPF das Favelas, né? Mas é isso, exige mais conhecimento dos nuances do funcionamento da polícia pra viver essas janelas de oportunidade que reduzem a discricionariedade e impactam na redução da letalidade. Isso, uma frente, redução de discriciona-

riedade, né, e todas as ações judiciais ou da segurança pública que diminuam essa discricionariedade, responsabilização do Estado pelas mortes cometidas por ele.

**GLÓRIA:** Uhum.

**PAULO:** Que a gente tem um buraco no funcionamento do processamento judicial, diz que é o seguinte, é correto o arquivamento da maioria dos casos que os policiais são acusados, não porque tem a prova de que o policial agiu corretamente, é porque é um processo criminal, o alvo é o policial que matou, se eu não tenho uma prova clara de que foi ele que fez, quem foi e tal e matou, de fato eu não posso condenar isso, porque preconiza o estado democrático de direito, né? O ônus da prova e da acusação, e a acusação não tem provas pra condenar esse policial, né? Porque eu tenho um cenário de discricionariedade muito alta por parte desse agente e não vai ter nenhuma prova, nenhum elemento contrário pra que ele seja condenado. Mas isso acaba sendo aplicado, ao meu ver, erroneamente, como o Estado não tendo responsabilidade por essa morte. E veja, o nível individual, como eu tratei diversas formas aqui, é diferente do nível de estado.

**GLÓRIA:** Uhum.

**PAULO:** Ainda que eu não possa responsabilizar aquele indivíduo policial por aquela morte, porque não é clara a prova de que ele deva ser condenado a responder penalmente por isso, é evidente que uma operação policial não deva resultar em morte, né? Assim, se eu não tenho clara prova de que aquela atuação foi legítima, o Estado deveria ser condenado a indenizar essa família ou as vítimas indi-

retas aí daquela letalidade onde eu não tenho prova cabal, porque é isso, assim, a ausência de... se o Estado passasse a ser condenado, a ser punido, responsabilizado, se gerasse indenização pra série de mortes cometidas por seus agentes e que não há prova de que ela foi legítima, né, aí haveria um investimento maior do policial tá com câmera, dessa operação ser mais controlada. Porque, se for pra matar alguém, eu preciso produzir a prova que mostra, tinha, teve disparo, ligou a câmera, você vê os disparos vindo, né, aí matou, aí faz sentido, né? Agora, se isso não gera nada, se eu não preciso produzir prova sobre como foram as operações, porque isso não dá em nada, quando eu mato alguém, continua como está, né? Então eu colocaria um fator de pressão econômica que houvesse previsão legal de que o Estado fosse responsável por indenizar quando eu não tenho prova cabal de que a atuação foi legítima, né? É diferente aí, aí eu inverteria a lógica que a gente tem, que é quando tá errado é só o indivíduo e quando tá certo é o Estado. Não, tá errado o Estado? O Estado pode tá sendo responsabilizado sem punir o indivíduo, aí ele toma cuidado, aí ele: "Ah, eu tô sendo indenizado, eu não vou penalizar esse policial, mas eu não vou botar ele em operação, não vou por ele na patrulha". Porque ele, o Estado passa a ser pressionado, passaria a ser pressionado, né, a controlar melhor seus agentes, seja pela via de uma câmera ou no controle da discricionariedade, seja pelo manejo dos recursos humanos, falar assim: "Ah, eu vou ver melhor quais são os policiais que tão envolvidos nessas ocorrências e vou tirar do operacional, porque tá me custando muito caro, tá custando mais caro manter esse policial na rua do que ele em

outra função, ainda que eu não vá penalizado, ainda que eu tenha estimulado a ele a fazer esses disparos, né?" Então, são dispositivos que tão... estariam ao nosso alcance com vontade política ou vontade judicial, porque são condenações possíveis nas ações indenizatórias que também normalmente resultam em nada, né? Porque não tem uma condenação criminal do policial, o juiz cível não dá indenização pra família por conta disso, né? Esse é o mecanismo de pressão pro controle da letalidade, ainda que não mude imediatamente a visão do policial que a gente debateu aqui hoje, tá? Me estendi demais, enfim.

**GLÓRIA:** Muito bom, gente.

**PAULO:** São duas frentes aí de perspectiva que a gente tem pra controle de letalidade.

**GLÓRIA:** Muito e muito boas as discussões, a gente poderia ficar aqui até as 10 horas da noite discutindo, vocês trazem, né, aspectos de dentro do sistema, vamos dizer assim, condições que nos parece que as instituições estão doentes, né? As instituições precisam ir para o divã se tratarem, né? E isso, né, acaba culpabilizando aquele trabalhador da segurança, né? Isso é algo que cai nas costas dele todo ônus da violência, sendo que na verdade o Estado produz, seu sistema produz, né, já é gerador de violência. Só pra gente finalizar, estava pensando aqui no artigo 244 do Código Penal que fala, né, aqui da subjetividade, da suspeita a partir da subjetividade dos profissionais. Isso já é um dispositivo abusivo, né? Então, se a gente não pode mudar toda a estrutura, pelo menos vamos trabalhar por enquan-

to até que uma outra sociedade possa ser construída, que seja minorizados esses efeitos inconstitucionais que incide, né, na letalidade dos corpos negros, periféricos e da juventude. Então, gente, muito obrigada, Adilson, Paulo, nós vamos continuar esse diálogo, nós temos aí uma tarefa hercúlea, né, pra pensar o que fazer nesse cenário, que não é o cenário dos mais otimistas, mas que, enfim, a gente precisa continuar a lutar, né? Agradeço também as participações aqui de todas e todos e aproveito só pra reforçar o convite da próxima roda de conversa que é “Qual escudo nos protege quando a violência é policial? Reflexões sobre o imaginário social brasileiro, mídia e genocídio da população negra”, que será agora às 19 horas, com a mediação da minha colega que está aqui, Sulamita. Então, muito obrigada a vocês dois, excelentes falas, falas potentes que faz a gente refletir profundamente, e espero que a gente se encontre em breve pra continuar esse debate. Muito obrigada, gente. Obrigada a todos.

(...)

(Fim da transcrição)

**Legenda:**

(Inint 00:00) – Trecho sem compreensão.  
 (Palavra 1 / palavra 2) à incerteza da palavra / hipótese alternativa.  
 ((Palavra)) à comentários da transcrição.  
 (...) Demonstração de corte em trechos não relevantes.

## Roda 2

# Qual escudo nos protege quando a violência é policial

**DURAÇÃO:** 02:17:26

**SULAMITA:** Então vamos começar. Boa noite a todas as pessoas aqui presentes. Obrigada pela pontualidade, pela inscrição nessa importante conversa. Vou começar me apresentando, o meu nome é Sulamita, sou conselheira do CRP, dessa gestão, estou conselheira, e tenho mestrado pela PUC, trabalho com a juventude e pra que essa roda seja mais acessível também farei a minha autodescrição. O meu cabelo é cacheado, é castanho, um pouco com luzes, acho que a minha câmera tá escura, não dá pra ver direito, mas tem luzes, os meus olhos são amendoados, eu sou uma mulher negra de pele não retinta, tô com um cachecol vermelho, tô com os meus fones, atrás de mim tem livros, tem também uma porta de guarda-roupa branco. E estamos aqui com essa roda hoje, mais cedo tivemos uma roda também bem importante com a Glória, que eu consegui acompanhar. Vou contar pra vocês um pouquinho de como tá a programação antes da gente começar. (...) O Seminário Estadual 'Segurança pública e violência policial: quais corpos são alvos?' começou dia primeiro de julho e vai até dia três de julho, vai até amanhã, tivemos aí a abertura com o Edinho, com a Ivani, com um monte de gente bacana, com a mediação do Carlos, a abertura foi ontem, hoje mais cedo tivemos a violência de Estado e suas implicações na saúde mental dos trabalhadores da segurança pública, a Ma-

ria Glória que participou como mediadora. Não vai dar pra citar todo mundo, mas foi uma roda bem potente, eu pude participar ouvindo, e agora temos aí com a minha mediação, a participação da Magna e do Antonio Carlos de Paula Júnior, teremos a roda: 'Qual escudo nos protege quando a violência é policial? Reflexões sobre o imaginário social brasileiro, mídia e genocídio da população negra', essa será a roda que viveremos nas próximas duas horas. Amanhã temos a live de encerramento das 10 ao meio-dia: 'Que segurança pública que queremos?', então eu convido todos vocês a participarem, vai ser das 10 ao meio-dia, é a Mônica Marques que vai mediar, e essa é a live de encerramento que é aberta, não precisa de inscrição. Então agradeço a participação de todos e todos e todes vocês que estão aqui hoje com a gente, espero que a gente consiga pensar em muitas coisas juntos e juntas, espero que a gente consiga debater e refletir ao longo desses próximos minutos que estaremos aqui. Apresento uma das debatedoras, que é a Magna Barboza Damasceno, ela é psicóloga, ela é mestre em Psicologia Social pela PUC, ela é especialista em Gestão Pública pela FESPSP, Impactos da Violência na Saúde pela Fiocruz e em Gestão da Clínica nas Regiões de Saúde pelo Instituto Sírio-Libanês. Ela é coordenadora da Rede de Atenção à Pessoas em Situação de Violência Doméstica e Sexual de Suzano, e ela também é ganhadora do prêmio Viva, do Instituto Avon, Revista Marie Claire. O Antonio Carlos de Paula Júnior é formado em Artes Visuais pela Unesp de Bauru, ele faz Jornalismo Ilustrado desde 94, atuou como ilustrador e cartunista em veículos como a Folha de São Paulo, Estado de São Paulo, Verde e Courier Internacional, Na França. Ele tem

textos publicados em livros coletivos no Brasil e Alemanha, atualmente é diretor de arte e de projetos na Ponte Jornalismo. Bem-vindos e bem-vindas, Carlos Júnior, Junião, e Magna. E novamente, bem-vindos e bem-vindas e bem-vindes todos vocês que estão aqui com a gente hoje, agradeço muitíssimo a inscrição, participação e presença de vocês. Divulguem aí amanhã a nossa roda de fechamento que vai acontecer no YouTube. Então a gente vai começar aí, gostaria de fazer umas... a gente vai ter dois momentos, teremos dois momentos desse encontro de hoje, dessa live, roda, ou seja lá como a gente quiser nomear, teremos dois momentos, teremos um primeiro bloco com uma pergunta em que o Junião... posso te chamar de Junião?  
(...)

**SULAMITA:** Então teremos uma primeira rodada, que eu vou fazer uma pergunta e aí os debatedores, o debatedor Junião vai responder e a Magna também, na sequência da Magna e Junião, e aí a gente pode abrir pra perguntas e depois a gente tem uma segunda rodada com uma outra pergunta e eles terão um tempo também pra responder e novamente a gente abre pra perguntas. Eu já vou fazer a pergunta e aí vocês seguem na apresentação de vocês aí, eu já falei bastante, já falei um pouquinho sobre o currículo, mas aí vocês podem se apresentar, fazer a autodescrição como vocês quiserem e já seguir aí respondendo essa primeira pergunta. Então vamos lá, como o tema da nossa roda sobre o imaginário social brasileiro, a mídia e o genocídio da população negra, esse primeiro momento nosso pretende discutir, refletir da perspectiva de vocês, em relação a esse tema, na área



que vocês atuam. Então a gente tem aí os primeiros 15 minutinhos pra Magna poder se apresentar, se autodescrever e falar um pouquinho desse tema, que é um dos temas fundamentais pras discussões que o CRP tem encabeçado, fica à vontade Magna e bem-vinda de novo, obrigada pela sua presença.

**MAGNA DAMASCENO:** Obrigada. Primeiro quero agradecer ao CRP pelo convite, a conselheira Gloria e a Sulamita, que entraram em contato para que a gente pudesse conversar. Meu nome é Magna Barboza Damasceno, eu sou uma mulher negra, advinda de uma miscigenação entre brancos e pretos, tenho olhos e cabelos castanhos, cabelos crespos e cachos indefinidos até a altura da orelha, eu uso um batom matte em tom marrom e unhas pintadas de verde ((risos)), sou uma mulher adulta, estou vestindo uma blusa de malha fria verde com listras brilhantes entre os fios, estou com um pingente dourado também. Tenho em torno de um metro e 70 de altura, eu estou sentada e atrás de mim tem uma parede marrom Talhada, em faixas e com uma planta verde ao lado direito da tela, de quem tá olhando. Eu fui conselheira do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, na gestão de 2016 e 2019, também fui coordenadora da Gestão da Educação e do Conhecimento na Secretaria de Saúde de Suzano e como a Sulamita falou, eu estou na coordenação de Rede de Atenção à Pessoas em Situação de Violência Doméstica e Sexual, na Secretaria de Suzano a mais ou menos 12 anos, até o presente o momento. E foi exatamente esse trabalho na violência que nos rendeu o prêmio Viva, na categoria saúde, que foi uma surpresa pois a gente não sabia que tinha sido stalkea-

do por estas instituições, com o nosso trabalho Racismo e Interface com a Violência Doméstica na Saúde, esse prêmio é uma parceria do Instituto Avon com a Revista Marie Claire. Bom, quando a Gloria me fez o convite, eu falei: “Olha, eu não trabalho com intervenção legal, eu trabalho com violência doméstica, o que eu posso falar é o que eu vejo da violência na área da saúde, que é do lugar onde eu tenho experiência, e das percepções sobre a intervenção legal”.

A questão da violência policial, ela é pouco notificada na saúde, então hoje nós temos aí um banco de monitoramento do cuidado das pessoas que sofrem violência, a partir das fichas de notificação de violência interpessoal autoprovocada, que é feito pela saúde, para o levantamento dos dados estatísticos epidemiológicos dos agravos, num banco onde eu tenho num período de um ano o total de 645 casos e dentre eles, eu vou ter apenas cinco casos de intervenção legal.

Com estes dados já verificamos a de se pensar políticas públicas do ponto de vista da saúde para interferir nessa lógica tão cruel. Sabemos que a violência é estrutural, tem uma naturalização dessas violências dentro das estruturas de poder, mas que são de difícil identificação, tanto pra quem tá de fora como quem tá de dentro da saúde. A violência de intervenção legal diz respeito à violência policial, e está tão naturalizada que não entende que isto é um objeto de notificação. Nós, enquanto trabalhadores de saúde, muitas vezes não estamos tão atentos para perceber que isso é um objeto de notificação. Então é um trabalho árduo, no sentido de promover a educação permanente dos

trabalhadores, para perceber que isso é um objeto de notificação e que essas pessoas são representantes do Estado, também. Por outro lado, nós temos aí uma identificação a pensar, que é esse exercício de poder, como efeito psicossocial; da identificação do agressor como aquele que é produzido no e pelo sistema; na sua subjetividade, com laços muito frouxos com a comunidade, com laços muito desorganizados em relação ao que é o coletivo.

Então estamos lidando com uma categoria que tem todo um sistema de regras e valores para o controle social, obviamente, senão isso aqui seria barbárie. Óbvio que estamos lançando aqui um olhar, sobre a falta desses dados, senão não faria sentido estar discutindo isso aqui, mas os dados revelam que são os pretos, pobres, periféricos que sofrem mais essa violência. E sofrem não só como um resultado final da sua vida, mas com sequelas graves dessa intervenção legal, Então a gente tá falando disso, dessa falta de senso de responsabilidade com a comunidade, que muitas vezes acontece, por meio dessa intervenção legal e pela falta de registro na Saúde. Muitos trabalhadores que estão nas políticas públicas, eles também não percebem que dependendo da ação, e isso é uma auto-crítica, porque eu tô falando deste lugar, de trabalhador de políticas públicas, dependendo da ação que a gente se propõe a fazer, a gente também tá fazendo uma violência de intervenção legal, porque somos representantes do Estado, a intervenção legal diz isso, ela é provocada por aquele que representa o Estado é o agente do Estado, ele representa o Estado. Não é só de mérito do policial, a

gente fala bastante dessa categoria, mas não é só de mérito do policial, e isso tá nas pequenas coisas do cotidiano Como, Não chamar pelo nome social as pessoas trans e não perceber o quanto isso é violento. A pessoa constrói toda uma identidade ela impõe resistência em seus laços íntimos e familiares e pra ter e manter aquela identidade durante uma longa caminhada até se constituir e de repente o sujeito que representa o Estado, no qual ele (foi buscar) uma política pública, não o chama pelo nome social dela/e, porque no documento diz outra coisa.

Então a gente vai vivendo essa naturalização nas estruturas do cotidiano e a gente nem se dá conta que refletir sobre isso, pensar sobre isso é fundamental, pra que a gente possa mudar de maneira prática e não filosófica, e que a mudança tenha de fato um impacto na vida das pessoas. E poderíamos dar aqui vários exemplos, eu vou falar de uma pessoa que eu atendi, que viveu o racismo estrutural o tempo todo pelo Estado, uma criança que perde o pai, perde a mãe, e ela se vê numa casa sozinha e ninguém se dá conta, então ela fica nessa casa onde os pais eram donos da casa, e eles falecem num período de seis meses e ela só com seis anos, não tinha outros parentes, e ela tem que dar conta dela sozinha. Onde estava o Estado? E ela fica assim até ela se tornar maior de idade. Como é que essa criança sobreviveu a esse cenário? Ela vem pro atendimento, tanto é que ela vive racismo e ela não consegue nem identificar isso, isso tem um impacto na sua subjetividade muito grande, (...) mas eu me pergunto, enquanto representante de Estado, aonde estávamos nós, representantes do Estado, quando essa criança ficou so-

zinha? O que é que a gente esqueceu de fazer nesse processo burocrático, que a gente não conseguiu perceber que uma criança, os seus pais faleceram e ela não tinha outros familiares pra abrigar e ela ficou numa casa que com o tempo foi ficando uma casa abandonada, porque se cortou luz, se cortou água e a gente não conseguiu alcançar essa criança?. E óbvio que mais tarde em sua vida ela vai parar no atendimento no SUS, depois de muitas coisas que ela passa, com uma subjetividade muito impactada. Isso também, ao meu ver, é uma violência do Estado com essa criança, ou não? Um dos relatos que ela dizia é que: “Eu ia pra escola, porque era o único lugar onde eu tinha onde comer, até que um dia o meu caderno acabou e alguém disse: “lhhhh o seu caderno acabou, você não vai mais poder vir a escola”. Quem fazia a matrícula dessa criança negra? A gente não se dá conta, que a gente não vai atrás, que a gente não pesquisa e ela entra em desespero com essa história, porque ela fala: “E agora, o que é que eu vou fazer?”. Ela entra em desespero com a fala e chora, pois até o momento estava se safando, até que uma mãe de um aluno vendo a cena dá um caderno novo pra ele e ele continua frequentando a escola aliviado, pois a condição antes imposta já não é mais um problema, ele relata que é a experiência de gratidão maior que ele já teve e que nunca irá esquecer. Então imagina o imaginário dessa criança que sofre a violência numa sociedade extremamente racista, então essas crianças pretas e pobres não importam, elas estão ali... ela passa a fazer bico na comunidade carregando tijolo, ninguém se deu conta de que os pais tinham morrido, que ela morava ali sozinha e que ela só voltava pra casa pra dormir. E que a

casa foi caindo, que a luz foi cortando. Onde nós estávamos enquanto representantes das políticas públicas? Então são fatos que devemos pensar na nossa prática profissional, já que aqui a gente tá numa roda, onde deve ter assistente social, psicólogo e outras categorias. Eu gosto de eventos, que sempre vem um grupo diversificado, pois no Estado somos profissionais diversificados e onde nós estávamos? Óbvio que a gente não vai dar conta de todas as violências, mas a gente precisa pensar na nossa estrutura do cotidiano aonde estão as falhas, se fosse pra ficar aqui, a gente iria enumerar várias e várias. Então é pensar como que essas políticas estão organizadas pra lidar com as violências de intervenção legal e ao menos identifica-las (inint 28:03), é pensar também qual é o meu lugar, na minha prática e como eu qualifico ações práticas pra impactar nessa subjetividade, de fato, e não impactar de uma forma que seja um mal encontro, mas que seja uma coisa que potencialize o outro, não diminua a sua potência de ser. É mais ou menos essa a minha reflexão, vou parar aqui e passar a bola pro Junião, (...) a bola tá com você.

**SULAMITA:** (...) Muito legal, Magna. Obrigada pela sua explanação, obrigada pela sua fala. Achei importante quando você trouxe sobre a naturalização das estruturas, porque eu dou formação pra jovens e aí uma jovem me falou uma coisa bem interessante ontem, numa das formações, o jovem sempre nutrindo a gente, explicando sobre desigualdade social, aí uma jovem ficou super afetada e disse no grupo: “Olha, eu venho de uma comunidade religiosa que me ensinou a odiar o que é diferente de mim, que me ensinou a jul-

gar, discriminar o que é diferente de mim, então mesmo que não sou eu...". A jovem que disse, ela falou: "Mesmo que não sou eu que mate alguém porque é negro, porque é periférico, porque é travesti, enfim, porque é lésbica, porque é gay, mesmo que não sou que mate, o meu discurso e a prática da minha comunidade também ajuda a matar essas pessoas". Então é muito assim, institivamente a jovem também vai construindo sobre o que a gente nutre num discurso, numa cultura, que vai alimentando essas estruturas sociais e vai legitimando quais corpos podem morrer, vai legitimando quais corpos podem ser violentados, quais corpos merecem ser injustiçados na justiça, merecem ter oportunidades desiguais, enfim, o discurso nutre a prática, e alimenta as estruturas sociais que a gente vive desde sempre, então na importância do aprendizado pra gente derrubar esses pilares dessas estruturas sociais tão desiguais que a gente ainda vive. Muito obrigada pela sua fala, Magna. Agora seguiremos com o Junião, com os 15 minutinhos pra poder falar um pouquinho desse imaginário social e o genocídio da população negra, na perspectiva que você tem dentro da sua área, dentro da sua atuação, da sua prática e da sua vivência também.

**ANTONIO JUNIÃO:** (...) Boa noite a todas, todes e todos. Meu nome é Antonio Junião, vou me descrever, eu sou uma pessoa negra, um homem negro, uso óculos, tenho cabelo dreadlocks ou rastafári, como as pessoas preferem chamar. Tenho barba branca, tô com frio, então tô com uma blusa preta, atrás de mim tem livros e acho que é isso. Tenho um metro e 80, tô sentado. Primeiro, obrigado pelo convite, é sempre muito bom a gente parar

a nossa loucura do dia a dia, de trabalho, pra poder discutir um pouco sobre o que a gente produz, sobre o que a gente faz e aprender também, porque quando a gente... essa parada de discussão, uma roda de conversa sempre é algo que enriquece muito a gente, ainda mais em tempo de pandemia, que a gente tem que ficar... a gente é obrigado a ficar num isolamento, até pra proteger as nossas vidas e outras vidas também, né? Então muito obrigado pelo convite, tô gostando muito aqui da discussão. E essa pergunta é muito interessante, esse tema sobre o imaginário social do brasileiro, vendo a Magna falar, assim, sobre esse imaginário social relacionado com a violência do Estado e também as questões estruturais que envolvem tudo isso. Pra começar a falar sobre isso, assim, é até fácil falar sobre a minha história, como que eu me tornei um artista e de artista, como é que eu cheguei à Ponte Jornalismo, porque, assim, pra uma pessoa negra, uma pessoa indígena, uma pessoa não branca que nasce dentro de um país estruturalmente racista, classista e que é onde a violência de gênero também é gritante, esse imaginário social, a gente sente isso muito... isso é muito evidente pra gente desde criança, desde quando a gente chega na escola, porque todos os ambientes... como é estrutural, todos os ambientes são atravessados por esses problemas estruturais que a gente tem, então a gente cresce com isso. E a violência é sentida não só na questão física, mas na questão, assim, do apagamento cultural que a gente percebe desde criança, né? Por exemplo, eu era uma criança que desenhava, como várias crianças desenhavam, e continuei desenhando depois que virei adolescente, mas as referências que eu tinha nunca eram

referências negras, isso é uma violência, é fruto de um apagamento histórico, cultural, né? Na universidade, quando fui me tornar... fiz Artes Visuais na Unesp, eu não tive um professor negro, eu não tive uma referência de artista negro. Isso eu tô falando de uma universidade de ponta, uma Unesp, então todas as referências negras que eu tive que buscar eram dentro da minha família, e nunca foram dentro dos ambientes que estavam ali pra dar esse tipo de orientação pra gente. Então a violência em si, existe a violência policial, existe toda essa violência de apagamento de corpos, mas esse apagamento cultural molda esse imaginário social do brasileiro. A branquitude... a produção de conhecimento nunca passa, ela não passa dentro das estruturas pela produção de conhecimento negra, pela produção de conhecimento indígena, então o nosso imaginário social é criado dentro dessas estruturas racistas, classistas e de violência de gênero, né? Então, por exemplo, toda a minha trajetória de crescimento, eu fui atravessado por essas experiências e a partir do momento que eu começo a publicar em jornais, em revistas, obviamente que essas estruturas continuam agindo, elas continuam cerceando e levando a esse apagamento. Então essa dificuldade de falar quem a gente é e pra onde a gente quer ir, da maneira que a gente quer ver enquanto negro, enquanto indígena, enquanto mulher, enquanto... me fez abandonar a imprensa tradicional e procurar meios alternativos como a Ponte, né? Então a Ponte nasce dessa insatisfação minha e de outros amigos, que cansaram dessa estrutura hegemônica, onde outras epistemologias são reconhecidas e a gente resolve a montar um jornal em 2014, que é a Ponte Jornalismo, e mais voltado pra essa

área de direitos humanos, justiça e segurança pública, pra poder discutir não só os nossos problemas estruturais, mas como a gente quer produzir conhecimento também. Então, por exemplo, a Ponte trabalha com segurança pública, mas a nossa ideia é: a gente trabalha com violência policial, a gente fala de violência policial, a gente denuncia violência policial, mas o nosso objetivo mesmo é discutir o que é ser seguro, entendeu? O que é segurança? O que é ser seguro? Quais são as discussões que envolvem esse ser seguro? A gente fala da violência policial é porque a polícia é o braço armado do Estado e ela tá a todo o momento ceifando vidas e trabalhando pra manter essa estrutura violenta que a gente tem hoje, mas também é: o que é ser seguro? Então essa produção de conhecimento, essa vontade de discutir a nossa sociedade, discutir de maneira aprofundada, levantando a nossa estrutura e contexto histórico e social, levou a gente a fundar a Ponte, pra gente conseguir discutir, de fato, não só os efeitos, mas sim as causas. Como a Magna disse a pouco tempo: por que pretos e indígenas morrem como morrem hoje? Por que essa violência policial é tão presente na periferia e não é presente... e é presente com bem menos impactos nos grandes centros? Então, por exemplo, essas várias discussões que precisam ser levantadas e que precisam ser feitas nos fez montar a Ponte Jornalismo. Porque assim, a gente discute muito: faltam políticas públicas? Ou existem políticas públicas que atuam fortemente pra que o genocídio continue, pra que as mortes continuem? Porque o Estado tá presente, entendeu? Não é falta de Estado, o Estado tá presente, mas ele tá presente como? Então isso, um dos motivos que a gente fundou a Ponte foi

pra isso, pra discutir como o Estado tá presente na vida das pessoas. Como o Estado tá presente na vida principalmente dos moradores de periferia, na vida das pessoas negras, na vida das pessoas indígenas, então a gente montou a Ponte pra falar sobre o jornalismo que faz as perguntas que precisam ser feitas, coisa que nos outros veículos que eu passei, a gente não tinha esse espaço. E isso também é discutir esse imaginário social que a gente vive hoje, a gente tenta trazer uma narrativa nova, tenta... por que uma narrativa nova? Porque a gente escuta não só as instituições, mas escuta também quem tá sofrendo essa violência e quem tá produzindo conhecimento também. Então não só as narrativas, mas, assim, a gente escuta também como essas pessoas, como a periferia, por exemplo, quer pautar as suas agendas, né? Coisa que a gente não tinha espaço dentro da mídia hegemônica. Então o imaginário social, assim, é algo que tá sempre em disputa, é algo que tá sempre em construção e dentro do jornalismo foi a forma que eu busquei, dentro da Ponte Jornalismo a gente busca a disputar essas narrativas e ajudar outras formas de produzir conhecimento a montar as suas próprias agendas.

**SULAMITA:** Muito bem, já acabou?

**ANTONIO JUNIÃO:** Tem tempo? Eu não sei, eu me perdi aqui, então eu falei: "Deixa eu ver" ((risos)).

**SULAMITA:** Tem quatro minutinhos, se você quiser ainda falar alguma coisa pra fechar, mas se não quiser também a gente vai ter um momento de debate, é você quem manda.

**ANTONIO JUNIÃO:** Não, eu acho que a gente pode ir pro debate, que eu acho que tem bastante coisa pra gente discutir.

**SULAMITA:** Sabe, gente, eu tenho dificuldade de ficar falando sozinha, assim, na câmera, e pra mim 15 minutos também é muita coisa, porque eu tenho muita necessidade de ter interação das pessoas me interrompendo, de estar muito acostumada com aquela coisa ao vivo, presencial, que você vai vendo as pessoas e um vai falando junto com o outro, então às vezes o tempo de 15 minutos pra mim é longo também. Mas achei muito importante você trazer essa questão, Junião, da produção de conhecimento que não passa pela população negra, que não passa pela população indígena, ou seja, a gente tem ainda uma produção de conhecimento eurocentrada, né? E eu posso dizer muito da psicologia, que é a área que eu atuo, a área que eu estudei, as nossas referências das disciplinas ainda são eurocentradas, então a gente necessita sempre ficar fazendo esse exercício do retorno, de buscar as nossas raízes aí, rotas correlatas e buscar outras referências que não sejam da Europa, porque a gente ainda tem uma produção de ciência, uma produção de cultura, uma produção de arte ainda muito focada na Europa. E já diria o Frantz Fanon, máscaras brancas, então a porta pro mundo ainda é branca, então a gente ainda vive uma cultura, um contexto que reproduz a ciência e a cultura de forma muito branca e eurocentrada. Eu achei importante você trazer isso e também a questão da presença do Estado, porque a gente muitas vezes vai falando: "Estado ausente, Estado ausente". Mas ele tá presente com a

força policial, com a regulamentação dos direitos, das oportunidades, então o Estado tá muito presente mesmo, eu concordo com você. Muito obrigada pela sua fala, muito obrigada pelo que você trouxe. Então, nesse primeiro momento, abriremos pra esse debate, abriremos pra perguntas, pra falas de vocês, levantem a... não tem mão aqui, né? Ia falar: "Levantem a mão". Pensando que é o Google Meet, mas não tem, então acho que é só abrir o microfone mesmo e quem quiser falar, ou se inscrever no chat também, pra perguntar. Eu esqueci uma coisa fundamental, que é o Guilherme aqui, o nosso intérprete de Libras, é só procurar nos quadrinhos que vocês virão ele, esqueci de falar isso no começo, mas como estamos aí com o intérprete de Libras, pro debate ficar mais acessível. Tá bom? A gente tem mãozinha no Zoom, gente? Ajuda a tia. Tem reações aqui, né? Aqui, achei. Então é com vocês convidados, convidadas, convidades, inscritos. Fiquem à vontade pra fazer perguntas, pra fazer alguma intervenção.

Cibele Sanches: Oi Sula, oi demais, pessoal, tudo bem? Já escrevi no chat e gostei muito da Magna quando traz a questão da importância de trazer a questão da notificação, uma vez que a gente vê que a realidade é a subnotificação, e isso, ele não é do imaginário social, isso aí é uma situação real, né? E do Junião, gostei quando você traz as questões, esse cuidado e qual que é o objetivo de falar sobre a segurança. É uma lógica de não trazer as questões também só da violência, que a gente sabe que ela ocorre, que ela é a barbárie, mas esse diálogo também se faz muito importante.

**SULAMITA:** Obrigada, Cibele. Alguém mais? Acho que é só abrir o microfone mesmo.

**GLORIA:** Ah, então tá bom. Boa noite. Olá, Junião, prazer em vê-lo aqui, meu querido. Boa noite, Magna. Pena que não estamos juntinhos ao vivo, né? Eu queria fazer uma pergunta para os dois, a gente observa que a necropolítica, o racismo estrutural e a necropolítica tem um alvo muito certo que são os corpos negros, periféricos e jovens. Como é que você... né? É isso que, baseado aí numa ideologia racista, no imaginário social que foi construído sobre, não só sobre os negros, mas também sobre os brancos, enquanto privilégio da branquitude, do imaginário social construído por muitos anos de escravização, no qual demarcou lugares de subalternidades para uns e de privilégios para outros. O que a gente deve fazer para desconstruir esse imaginário social? Teríamos que começar uma nova sociedade, implodir essa e começar uma nova sociedade? Como desconstruir esse imaginário social que as ideias racialistas estão entranhadas na cabeça das pessoas? Eu posso falar um pouquinho mais do contexto escolar, que é onde eu fiz a minha pesquisa de doutorado, no qual até hoje a gente tem ainda a exaltação ao modelo de beleza, de inteligência branca, eurocêntrica, em detrimento da não visibilidade das belezas das crianças negras, a gente teve até pesquisa que trabalhou em creche, que é a pesquisa da Fabiana, no qual as crianças, bebês negros recebiam menos afeto, então é uma situação muito complicada, uma patologia, a gente pode chamar assim, o racismo estrutural, a discriminação faz com que na nossa so-

cidade exista aqueles que são matáveis, nos dizeres de Achille Mbembe. Queria ver com vocês o que fazer, né? Que é uma pergunta que tem me cutucado muito. O que a gente deve fazer pra transformar essa sociedade tão doente? Pergunta muito fácil, reconheço, de ser respondida ((risos)).

**MAGNA DAMASCENO:** Olha, Gloria, se o Junião me permite e depois ele segue e ele toca o barco.

Não é uma tarefa fácil, acho que é algo bem difícil apesar disso, você colocou pontos extremamente importantes, a questão dos silenciamentos, a questão do silenciamento tem um requinte tão qualificado, que a gente muitas vezes nem se dá conta!! Eu gosto de trazer exemplos quando eu estou falando de algo, vou trazer o meu. Eu sou uma mulher negra, a única mulher negra num lugar de poder, em certa medida, que é uma coordenação de uma Secretaria de Saúde, de um município de médio porte 300 mil habitantes e que justamente trabalha com que pauta? Eu poderia trabalhar com qualquer outra pauta, mas com qual pauta me coube trabalhar? Eu poderia continuar a trabalhar com processos de trabalho, mas com qual pauta que me é permitido trabalhar? Com qual pauta eu estou identificada a trabalhar? Isso não é por acaso, é com a pauta da violência, que é uma pauta que ninguém quer, ninguém quer falar, lidar com violência o tempo todo. Mas é a pauta que eu entendi que se eu quisesse colocar minha expertise para exercer a gestão, seria a pauta que me caberia, pois nenhuma outra me seria aberto. Isso é uma coisa que, às vezes, assim, quando a gente até tá em eventos, eu até escuto

de outros jeitos como: “Bom pra falar de violência mais que você que é uma mulher negra, tem... ((risos)) tem o escopo pra falar disso”. É óbvio, né? Mas é tão naturalizado esse silenciamento, que muitos nem percebem, porque o silenciamento gente, não vem só com a bala na cabeça, ele vem com aquela dinâmica do que te permitem avançar no seu dia a dia, no seu cotidiano? Então esse acesso a lugares de poder é uma coisa que é muito complicada pra população negra. E pensando sobre a tua pergunta Gloria acredito as cotas, ela é uma forma de enfrentamento disso, é uma reparação histórica que precisa parar de ser colocada em dúvida, não é a única coisa que vai fazer isso mudar, mas essa informação tem que chegar, esse acesso tem que chegar e isso tem que virar conhecimento, tem que se ter uma transformação e conhecimento, porque informação por informação o Google tá cheio Mas precisamos desses mecanismos para reconhecer que naquele lugar de “poder” tem uma única pessoa negra, e por que é ela que a gente sempre vai escolher pra fazer a alforria do lugar? A limpeza do lugar, o que quero dizer é por que é justamente ela, a negra que sempre vai ser a primeira a ser mandada embora? Por que é ela, a pessoa negra, que no movimento da reestruturação vai ser a primeira que vai que será identificada como não prioridade ou essencial? A gente precisa pensar sobre isso, que lugares são esses que os negros ocupam, quando eles conseguem chegar a um lugar de poder? A gente precisa fazer essa leitura. Se a gente olhar com muito amor e carinho, com o coração despoluído e aberto((risos)), veremos que são os lugares mais difíceis e mais ávidos de se chegar. Então mudar essa nossa mentalidade, de que vivemos



numa sociedade meritocrática, igualitária é muito importante, há uma coisa no imaginário, que o negro que acessa esse lugar de poder é algo altamente ameaçador, altamente provocador e altamente nocivo para pessoas que estão lá. É como se elas perdessem a capacidade de se desenvolver só porque estão no mesmo lugar de poder, o lugar de poder de decisão, de fato, onde ele possa reorganizar um cenário, reorganizar uma política.

Então, às vezes, a gente não percebe, mas a gente precisa, tanto os pretos, os brancos e todos os outros, homens, mulheres, que a questão de gênero que o Junião falou é muito forte também, porque se a gente tá aí discutindo as possibilidades desse extermínio da população negra, as mulheres então, elas são o elo mais frágil nesse negócio, mas não porque não tenham capacidade de estar ali, mas porque elas são subjugadas totalmente deste lugar de poder.

Então é sempre um pé na porta, e a gente precisa repensar essa chegada, por que esse imaginário de tanta ameaça? Por que não poder estar num lugar, de fato, que é bacana, que é representativo, que tem um poder de mudança sim, de impacto social e que deixe de ser o meu neguinho da cota? Porque é isso, né gente, que está dado, de maneira muito disfarçada, mas dado!! ((risos)) Então eu penso que existem ações muito tímidas na política nacional, que está um retrocesso gigante no qual vivemos agora, mas tem também uma outra coisa e, assim, não me estendendo muito por conta do Junião, tem uma coisa que, assim, a gente tem que fazer no nosso dia a dia, porque eu tô falando com uma categoria que é de psicólogos e eu não posso deixar de refletir so-

bre direitos humanos, se eu não falar de empoderamento feminino, de feminismo como estratégia política, do feminismo negro, qual é o papel dos homens neste lugar, dos homens negros, inclusive. Se eu não estiver aberto pra isso enquanto profissional de psicologia, pra aqueles que estão com a sua subjetividade impactada que me procuram, e eu falo do lugar de quem tá na saúde, fica muito difícil, muito difícil mudar uma realidade, fica muito difícil fazer essa reflexão, poder se conectar, porque a gente sabe que o acesso a uma informação de qualidade que vai ser transformada em conhecimento, que vai ser reelaborada dentro de si, pra que haja uma prática diferenciada é muito distante, e isso não pode ser algo só de preto para preto, tem que ter algo de branco, de preto, de todo mundo, tem que ser um movimento gigante, amplo, profundo. Eu acredito nessa coisa da dialética, sabe? Tudo está mudando ao mesmo tempo, mas nem tudo muda na velocidade que deveria mudar... então elas levam um tempo bem maior para alcançar a mudança plena.

Hoje, avalio que com o início das cotas, depois de um tempo, encontro uma geração, uma garotada, que elas descobriram coisas, as mulheres negras de hoje, elas descobriram coisas aos 17, aos 15, aos 20 anos, que eu demorei 40 anos pra descobrir sobre mim mesmo. Então, em termos prático penso que isso é legal, isso é o que eu chamo que é transformação, quando se dá acesso e ele parte da informação que vira conhecimento, que dá condições para mudança, para o fazer diferente. Mas é preciso fazer mais, a gente não pode parar, a gente não pode naturalizar e eu acho que a gente sempre

tem que falar sobre estes assuntos incômodos, dos silenciamentos, temos que aprender a ter humildade para falar: “Me desculpa, eu te silencieei; me desculpa, eu não legitimei aquilo que você estava sentindo; eu não legitimei a potência que você é”. Precisamos ter esse movimento e também um outro movimento de dizer: “Não, eu sou uma potência, eu tenho que falar, este lugar me pertence, porque ele é meu”. Não deve ser algo solitário, tem que ser coletivo, eu acredito muito nas respostas coletivas, principalmente quando a gente tá falando de políticas públicas, senão eu não vejo efeito de como impactar, senão será enxugar um pouco de gelo. Junião, a bola é tua.

**SULAMITA:** Obrigada, Magna.

**ANTONIO JUNIÃO:** Legal. Vou pegar carona na Magna aí, eu gosto dessa história de ter respostas coletivas, porque não são problemas individuais, são problemas coletivos, né? E eu vejo, eu acho também que ocupar espaços é um caminho, pra essa pergunta fácil que você fez, Gloria, ((risos)) ocupar espaços é um caminho. Mas é legal entender também que tem espaços que não têm que existir, que nem, por exemplo, meu, a gente vive dentro de um capitalismo que existe uma pirâmide social, que não é só a gente subir pra ocupar a ponta. Não, esse lugar não tem que existir. Então, eu acho que essa discussão a gente precisa... uma das ideias que eu tenho e vendo aqui esse debate, e que me vem à cabeça, assim, é que a gente precisa fazer essa discussão e a sociedade precisa comprar essa discussão, até porque dentro disso que você falou, Gloria, do Achille Mbembe, da necropolítica, a

gente precisa parar de normalizar a morte de corpos pretos, a gente precisa parar... a sociedade precisa internalizar que a gente precisa rediscutir esse nosso Estado, rediscutir esse nosso modo de viver, esse nosso modo de sonhar e é uma tarefa difícil, difícil, difícil. Eu tento fazer isso dentro da minha arte e dentro do jornalismo, que dentro do jornalismo, o que é que o jornalista faz? O que é que uma mídia, principalmente essa Nativo Digital, que tem um alcance gigantesco hoje, embora não tenha um poder econômico que seja muito pequeno, a gente faz perguntas que precisam ser feitas. No caso da segurança pública, que é onde a Ponte atua, no caso dos direitos humanos, no caso de justiça, é perguntar por que é que quando você olhar uma foto do TJ, do Tribunal de Justiça aqui de São Paulo, você só vê, sei lá, de 100 pessoas, todas, a maioria, homens brancos, entendeu? É esse tipo de pergunta que a gente precisa fazer e a gente precisa começar a fazer perguntas que, tipo, por que é que hoje a apreensão de droga volumosa ou violenta é sempre na periferia e não nos grandes centros? Por que é que o debate sobre drogas ainda é tão ruim, tão pequeno, sendo que é esse movimento que leva, assim, à maioria das pessoas pro cárcere hoje? A gente precisa começar a perguntar por que é que, por exemplo, o Brasil encarcera tanto? O Brasil é o terceiro país, em termos de encarceramento, do planeta. A gente não prende pouco, a gente prende muito, entendeu? Então o que é que tá faltando é polícia na rua? É polícia ostensiva? Por que é polícia militar ainda hoje? Sendo que em vários países as polícias já estão passando por um outro processo, por uma outra discussão. Então são vá-

rias perguntas que a gente tem que se fazer e o que a gente tem tentado fazer na Ponte é isso, é tentar levantar essas discussões, é tentar trazer pro debate outras fontes, por que é que, por exemplo, pra falar de economia, sempre é um cara branco da USP ou um cara branco da Unicamp e não tem uma pessoa negra, uma pessoa indígena pra falar, pra trazer um outro olhar sobre a economia, sobre a medicina, né? A gente pode falar sobre música? Sim, pode. É legal. A gente gosta. Mas a gente quer falar sobre outros assuntos também. Então, por exemplo, na Ponte a gente tenta trazer essa diversidade de fontes, trazer essa diversidade olhares, pra que essas perguntas sejam feitas. E é muito importante a gente saber procurar outras fontes. Um caso bem emblemático, eu acho que foi um dos primeiros casos que a Ponte cobriu, acho que foi na zona sul que aconteceu isso, acho que foi em 2014-2015, a gente recebeu uma notícia que moradores estavam queimando ônibus, pararam o trânsito, então você olhava no G1, a notícia era 'Moradores colocaram fogo no ônibus, pararam o trânsito'. No G1, na Folha, no Estadão, era sempre a mesma notícia. Daí a gente recebeu uma ligação de um morador que falou: "Ó, a população tá revoltada colocando fogo nos ônibus, porque a polícia entrou aqui e assassinou um garoto". Mas todos os jornais, todos os jornais da mídia hegemônica estavam dando que o problema era o trânsito, entendeu? População faz arruaça – era quase isso – faz arruaça, faz protesto, queima ônibus e para o trânsito, mas ninguém foi lá ver o que tava acontecendo. Daí quando a gente foi lá ver o que tava acontecendo, o morador chegou com vídeo da polícia entrando, o moleque

tava jogando bola, ele não era traficante, nos veículos saiu que o menino era traficante. Então tá aí a necessidade de você ver, ter um outro olhar, conversar com outras pessoas, ter outras fontes. Assim, obviamente que a gente precisa escutar o Estado, mas vamos falar com as pessoas, vamos falar com outras pessoas que estão... vamos ver outros olhares. Então eu acho que talvez esse – na minha humilde opinião aqui – pode ser um caminho a gente começar a escutar mais outros territórios, a ocupar espaços, como a Magna disse, e fazer mais perguntas, se questionar, pra gente sair desse imaginário social que a gente tem, que vem desde lá do tempo das caravelas, onde corpos pretos, corpos indígenas podem morrer e que tá tudo bem.

**SULAMITA:** Obrigada, Junião. Temos uma pergunta aqui da Verônica, já pra você engatar aí com a sua fala, ela escreve aqui que ficou pensando na disputa das narrativas sobre segurança pública que você comentou, o que você acha que tem de desafio nessa disputa hoje? Fiquei pensando nesse populismo penal, midiático, seria com ele a disputa mais importante a ser feita? Deu pra pegar?

**ANTONIO JUNIÃO:** Sim, sim. Eu acho, assim, que infelizmente a gente não tem uma disputa de narrativa hoje, a gente tem uma narrativa oficial do Estado, que é de populismo penal. A gente, agora com veículos como a Ponte, como a Pública, como Alma Preta, a gente começa a tentar trazer outras versões, mas a narrativa hegemônica, ela é muito forte hoje, que é desse populismo penal, que é da morte a corpos negros e corpos indígenas, que

é do cárcere como solução, do cárcere como castigo, da tortura como castigo. Se for pensar o cárcere hoje, o cárcere é uma coisa medieval, né? É algo medieval, que não faz sentido, porque não recupera. A sociedade hoje, ela acha que a pessoa entra no cárcere, ela entra lá e depois ela some, entendeu? A pessoa já não tem estrutura do Estado, como a Magna falou, quem que tá olhando pra essas pessoas? O Estado já não tá olhando, então essa pessoa, quando ela entra pro cárcere e sai, todo problema que ela tinha antes do cárcere, ela passa a ter em dobro, em triplo. Então a narrativa que a gente tem hoje, infelizmente essa narrativa é hegemônica, que agora com os movimentos sociais mais fortalecidos, que o movimento social sempre esteve aí, sempre esteve aí tentando trazer essa narrativa, mas a gente tá começando a disputar narrativas agora, assim, mas a narrativa forte mesmo é hegemônica, ela é a do encarceramento do preto, pobre, periférico, ela é da violência contra quem tá à margem, ela é essa narrativa capitalista, que controla o Estado e o Estado tem a polícia como o seu braço armado, é essa narrativa que a gente tem hoje.

**SULAMITA:** Muito bem. Uma última pergunta aqui, antes da gente passar pro segundo bloco, pro segundo momento, é a da Larissa, ela pergunta: nessa questão do ensino básico, o que poderia ser feito? Antes de vocês responderem, a Magna pode começar, vou só reproduzir o comentário da Kerla Maria, que diz que teve um familiar violentado e morto no meio da rua por policiais militares a uns 12 anos e simplesmente foi tratado como um engano, porque não conseguiram provar nada contra a vítima. O Estado silenciou

todo o fato e os culpados não foram punidos de nenhuma maneira, e a família, por medo, decidiu deixar pra lá e conviver com a dor e a falta da justiça. A Larissa (Corá 01:07:10) comentou: se a gente analisar e refletir, no ensino público tradicional os teóricos famosos citados como referência de estudos são homens brancos, nunca mulheres ou negros, esse é o nível de estruturalismo do racismo e machismo, a diversidade não é incluída em uma posição de poder e referência no ensino básico. Temos até mulheres teóricas e negros teóricos, mas a hegemonia ainda da ciência é branca, infelizmente. Então seguiremos aí com essa pergunta da Larissa, na questão do ensino básico, o que pode ser feito, vamos usar aí uns cinco minutinhos pra cada um, começando pela Magna a responder.

**MAGNA DAMASCENO:** Oi Larissa, é uma boa pergunta, porque eu falo de ações do cotidiano e, assim, é interessante porque eu fiz magistério, eu também fui professora do ensino básico, apesar de hoje estar na universidade, mas fui professora muito tempo. E aí vou usar exemplos muito básicos, assim, pra dizer, né? Desse apartheid que a gente vive nas escolas, quem que é sempre o bonitinho, o arrumadinho, o que pega na mão da professora, nunca é aquele menino ou aquela menina negra, sempre é o menino ou a menina branquinha. Como é que a gente inclui crianças negras, nesse repertório escolar? Como é que a gente trabalha pra emancipação desse sujeito? Eu vou contar uma história triste, como já falei gosto de trazer exemplos vividos e vou trazer um de quando era estagiária no magistério e onde ali eu aprendi o que não fazer para dar aula. Eu estava eu observando

o intervalo e as crianças correndo com mais duas professoras, de repente uma olhou e falou assim: “Olha lá, um porteiro; olha lá, faxineira”. Apontava pras crianças correndo, e eu fui me dando conta que ela apontava pras crianças negras e eu falei: “Mas eu sou filha de porteiro e faxineira e eu tô terminando o magistério”. E aí ela se dá conta daquilo que ela fez, mas ela deu uma risada, ela não conseguiu fazer a reflexão e dizer: “Olha, desculpa”. Ela não conseguiu fazer isso, mas era uma professora no lugar onde toda a potencialidade estava ali prestes a ser desenvolvida. Eu tenho várias histórias de massacre da subjetividade de crianças, sobretudo negras, e se elas são homoafetivas, enfim, afeminadas, pior ainda. Então a gente tem que fazer reflexões não romantizadas, mas de discutir, eu não tô falando: “Pegue na mão do seu neguinho de cota e vá”. ((risos)) Mas de discutir com as crianças na idade mais tenra quais são os lugares de poder que diz o que é ser negro, o que é ser uma criança negra, o que é que incomoda numa criança negra quando ela tá no convívio escolar? Eu vou contar uma história muito louca aqui, que aconteceu também comigo nessa perspectiva, aos sete anos de idade, aprendendo a escrever, ninguém conseguia falar o meu nome na escola, não tinha Sai de Baixo, então não era Magda, é Magna o meu nome, então as pessoas tinham muita dificuldade, as crianças tinham dificuldade, então elas falavam Maniga, Mandan, mas nunca Magna. E a professora, na maior boa vontade, falou: “Vamos chamar ela de Ma”. Só que na minha época era a cartilha caminho suave (inint 01:10:36) e chegou na letra M e a frase era: a macaca é má. Imagina o que eu virei na escola, eu virei a macaca da escola: “Ah, ela é a macaca”. E eu vi-

rei a chacota, a minha sorte foi um colega que me defendeu. E a professora muito angustiada com aquilo, ela se deu conta daquilo que ela tinha feito, porque ela fez essa construção no começo do ano, não foi ali, ela pediu pra todo mundo correr atrás da história do seu nome. O meu pai já sabendo disso, provavelmente, nunca me contou se sabia ou não, mas eu acredito que sim, essa professora pediu isso para os alunos perguntarem para os seus pais, porque cada um tinha o seu nome, e eu fui atrás, o meu pai disse: “Você ia se chamar Daniela, mas quando eu te olhei, eu vi o quanto você era grande, magnânima, poderosa, você vai ser soberana, então você vai se chamar Magna”. Eu fui pra escola tão empoderada com aquela história, que eu cheguei ali, os aluninhos aplaudiram de pé, eu me senti ((risos)), eu me senti. Então é você reverter, quando você não consegue dar conta de algo é pensar como é que você reverte pra que aquele racismo não continue, pra que você quebre o ciclo de violência que tá ali com aquela criança, pra que você entenda que a subjetividade dela ficou abalada, porque não é legal ser a macaca da escola, mas é muito legal você ser aquela que vai ser soberana. Eu brinco até hoje, eu falo: “Eu cresci, eu tenho um metro e 70” ((risos)). Mas é algo que pode ser reconstruído, a gente precisa acreditar nisso, é algo que pode ser reelaborado, então é importante a gente estar atento, qual é o nosso papel e a nossa visão como professor quando a gente tá lá no ensino fundamental? quais são as práticas que potencializa e quais são as práticas que não potencializa? É importante que estejamos atentos a este olhar e que a gente crie formas práticas da convivência e que a gente fale disso com as crianças, as

crianças estão muito espertas e desde de sempre são muito espertas. Se você falar na linguagem delas, elas vão entender, vão sentir, elas sabem, elas vão dizer sobre isso, inclusive. Eu acho que é isso, pra não tomar muito tempo.

**SULAMITA:** Obrigada, Magna. Seguimos aí com o Junião pra falar um pouquinho sobre a pergunta da Larissa, sobre o ensino básico.

**ANTONIO JUNIÃO:** Sim. Eu não sou professor, então vou falar da minha experiência de artista e de jornalista e eu vou nessa linha da Magna também, assim, sabe? Que é trazer outras referências para as crianças, que, por exemplo, eu lembro que na escola, assim, eu já gostava de desenhar, mas cadê os artistas negros? Cadê, dentro dos livros que eu gostava ali, cadê os personagens negros? Cadê os protagonistas negros? Acho que a partir do momento que você começa a mostrar outras referências pras crianças negras e para as crianças brancas, você cria um outro olhar, você cria um outro ambiente, porque senão... é que nem a Chimamanda fala num texto dela sobre o perigo da história única, quando você só tem um modo de representação e apaga os demais, isso é uma violência. Então eu acho que, por exemplo, onde eu tenho um pezinho, que é na literatura, você levar outras referências pras crianças, não só isso, não só na escola, mas como em casa, isso abre o mundo, porque o livro, a imagem é algo que leva e que modifica o imaginário e que altera as estruturas, então eu gosto muito desse caminho que a Magna diz, assim, e, por exemplo, é uma coisa que eu faço aqui em casa com o meu filho, entendeu? É mostrar que existem outras referências

e mostrar que existem outras formas de conhecer o mundo, que existem outras cosmologias e que existem outras maneiras de interpretar essa realidade que a gente tá.

**SULAMITA:** Sim, outros espelhos possíveis pra gente desconstruir aí uma história mal contada e começar a construir uma história pra gente, uma história da gente. Obrigada pela fala dos dois. Temos agora o nosso segundo bloco, que é pra falar um pouquinho aí dentro desse tema, dentro desse debate riquíssimo que vocês estão possibilitando, vocês com as perguntas também e junto aí aos debatedores, pensar um pouquinho, a partir disso, as políticas públicas, qual é a perspectiva de vocês em relação a políticas públicas aqui no Brasil, São Paulo, enfim, a partir do lugar que vocês quiserem trazer. Então vamos começar (...) com a (...) Magna trazendo as reflexões dela sobre o tema. O Benjamin quer falar, (...).

**BENJAMIN CAMPOS:** Boa noite a todos, a todas, a todes. Só me apresentar rapidamente, eu sou servidor do Estado de São Paulo, trabalho na Fundação Casa, e lido com toda a situação que envolve a questão étnico-racial e a violência com a população negra. Eu só queria fazer um comentário muito brevemente, que acho que, assim, a gente tem que perder a ingenuidade, precisamos perder. Assim como nos navios negreiros aprisionar pessoas nesse país, e eu conheço dados muito internos do Estado, é um grande negócio. Hoje no estado de São Paulo nós temos só de adultos 236 mil pessoas presas, isso representa um terço da população carcerária do país. Na Fundação Casa, com a situação da pandemia, nós

baixamos bastante a população prisional, mas hoje estamos em torno de cinco mil e 800, seis mil adolescentes, cuja maioria dessa população aprisionada são afrodescendentes, se autodeclaram pretos e pardos, em torno de 66 a 70% dessa população carcerária. E no país nós temos da população adulta em torno de 760 mil homens presos, pessoas presas. E aí, assim, eu só vou colocar, pra refletir, alguns dados, alguns valores, porque a gente lida com isso no Estado, imagina alimentar... vamos pensar só na Fundação Casa, esquece o grande número do país e do estado de São Paulo de adultos cuja maioria de presidiários (...) são pessoas que se autodeclaram pretos ou pardos. Na Fundação Casa hoje em torno de cinco mil e 800, quase seis mil adolescentes, só pra alimentar há um custo hoje no Estado de 27 reais por adolescente, dia, é só fazer a conta que vai ver o quanto isso gera de dinheiro pra fornecedores de alimentação diária. E aí se a gente pegar esse volume e transferir pra população carcerária do país, em torno de 760 mil presos, imagina se as empresas lucrassem apenas um real por dia com cada preso só pra alimentar, nós estamos falando aí de um lucro de 760 mil reais por dia, façam as contas que vocês vão ver que é um grande negócio. Aprisionar pessoas, principalmente as nossas populações periféricas de origem negra e que se autodeclaram negras e pardas. E além da alimentação, tem os insumos diários que é a pasta de dente, que é o sabonete, que é a roupa, que é a medicação, além disso, tem toda uma infraestrutura de fornecedores de serviço pro estado, que vai da segurança externa, equipamentos eletrônicos. Hoje, no estado, por exemplo, do estado de São Paulo, onde eu trabalho, até os computadores

são locados por empresas especializadas em locação de equipamentos pros estados. Então assim, pra resumir a conversa, a Fundação Casa, que é a instituição do estado de São Paulo, que executa as medidas socioeducativas, nós temos um orçamento anual de um bilhão e 960 milhões de reais. Eu tenho discutido isso em vários fóruns que nós temos debatido sobre a questão, então aprisionar pessoas, além, claro, do preconceito que tá colocado, da exclusão social, da deficiência das políticas que promova igualdade entre as pessoas, isso nas condições de moradia, de formação escolar, de acesso a bens e serviços, pra além de tudo isso que tá lá preconizado na constituição, existe o grande recurso do Estado pra poder conter essa população que evidentemente é vítima da própria circunstância política e dos interesses econômicos, não é a toa que programas sensacionalistas como o Datena e os seus correlatos que têm em cada região do país, tem grande audiência e são financiados por grandes corporações que têm interesse em manter o estado de coisas. Então é lógico, precisamos fazer um debate mais aprofundado, mas eu só tô colocando aqui um tema que é o interesse econômico dos fornecedores de grandes empresas e corporações de serviços pra manutenção de pessoas presas, cuja maioria são pretos e pardos, coloco isso pra gente ampliar a discussão. Muito obrigado por vocês me permitirem discutir com vocês e colocar essas questões.

**SULAMITA:** Obrigada, Benjamim. Eu acho importante trazer o que tá por trás, esse interesse econômico, eu também gosto quando o debate vai pra esse lugar, né? É um grande negócio o encarceramento,

é mais que um discurso, faz parte de uma estrutura material que encarcera quais corpos são encarcerados, a serviço de quem? A serviço de um negócio também, né? Tudo em favor do capital, como conta a história desde sempre, que vai se transformando, se remodelando, mas segue uma lógica muito igual ainda, infelizmente. Obrigada pelo seu comentário. Se a Magna quiser emendar, comentando também sobre a fala do Benjamin, e falando um pouquinho aí de políticas públicas, na sua perspectiva, Magna, como que você tem visto isso aqui, como que você pensa, enfim, o que você quiser trazer aí relacionado a esse assunto.

**MAGNA DAMASCENO:** O Benjamin traz uma discussão muito qualificada para o debate, porque, de fato, já dizia Bezerra da Silva, cadeia é igual shows, só dá lucro se a casa estiver cheia ((risos)), né? Ele já parafraseando uma coisa mais ou menos assim, o Bezerra da Silva, um sábio, na malandragem ele já trazia essa problemática pra gente há muito tempo. E é verdade, há uma manutenção dessa estrutura por interesses mercadológicos, sem dúvida, e é algo que se a não tiver a construção da consciência política, como fica? Estamos vivendo tempos nefastos, no momento que a gente vive tem tantas coisas anteriores que a gente não consegue se aprofundar nesse nível de questão. A militância está tão ainda no pé da vida, está tão ainda no sopro da vida, do que é que a gente consegue manter, de quantos militantes a gente consegue manter. No último movimento que teve contra o atual Governo, um jovem negro arquiteto, ele simplesmente foi dado como suicídio, uma pessoa que estava fazendo planos de ser pai, uma pessoa que

estava num movimento, numa manifestação pro vida e como isso acontece? Ele tava numa manifestação e de repente ele se jogou da ponte ali da Sumaré? Um negro militante?. É assim que está o boletim de ocorrência dele. E aí por que é que eu trago isso? É porque nós somos vidas bem descartáveis, e se somos vidas descartáveis, o navio negreiro mudou, ele virou a caixa negreira, e aí vai rodando a registradora, né? O quanto eu (não negro) posso faturar e ganhar, porque historicamente eu sempre faturei e ganhei à custa desta população, à custa destas pessoas. E a gente pensando sobre isso, é aquilo que o Junião tocou um pouco sobre o epistemicídio da população negra. Quando você extermina a potencialidade e saber de um povo, a sua cultura, quando você impede que esse povo crie conhecimento, que ele entenda como é que esse mecanismo funciona, um povo que é maioria, e aí ele é adestrado, porque é isso, Há um adestramento da nossa cabeça, quantos de nós somos os inconformados que estamos aqui fazendo essa discussão e interessados nessa discussão? Do quanto é o mercado que move tudo isso, essa estrutura de poder, que mata em função dessa estrutura de poder, porque é uma licença pra matar legitimada, é uma licença pra matar com a anuência do Estado, é assim que é. A gente tem amigos policiais também, nós fazemos essa crítica, e aí é duro ouvir de um amigo que está neste lado que diz: "Olha, infelizmente, a corporação tá doente, porque sabe que o Estado autoriza". Então ele sai no final de semana, pra desanuviar mata três, quatro pretos, por aí. Então imagina o que é ouvir isso, essa situação e você não ter condições de materialidade pra fazer uma denúncia. Isso é um negócio,



então o Estado... o que é que você conclui? O Estado dá o passaporte da alegria nesse parque de diversão. É mercadológico sim, a gente tá numa lógica bem perversa e em termos de política pública, eu não vejo muitos avanços, vou ser bem sincera, porque a gente tá aqui, tem uma ação ali ou outra, mas nesse sentido sobre o extermínio da população negra, eu só vejo a lista dos nomes... domutuário crescendo (01:26:59) eu entendo, eu não vejo muitos avanços. Acho que é a manutenção disso tudo que o Benjamin falou, não tem um interesse mesmo dessas práticas, por isso que eu acredito muito nessas respostas do coletivo, e também o que a gente pode mudar ali pela nossa comunidade, porque ali é aonde a gente vai podendo fazer transformações, obviamente que eu tive que lidar com pessoas que foram muito astutas, pra proteger a minha subjetividade, que hoje eu tô no lugar que eu tô. Pra hoje eu entender e resistir, pro Benjamin estar no lugar que ele tá, pra essas pessoas que estão aqui nessa live com a gente, terem o interesse de participar e pensar sobre isso. Então é entender que esses papéis não podem ser separados em ouvintes e aqueles que cometem a violência, todos nós somos protagonistas nessa história, né? Quando a violência acontece, ela não acaba ali, apesar da espetacularização que sempre acontece dessa violência e sempre tem um indignado dizendo: "Olha, eu também tive a arma na cabeça; olha, não sei o quê". É preciso fazer essa análise crítica e política de todos os aspectos, do aspecto histórico, do aspecto da subjetividade, do aspecto do mercado e do capital, o quanto já estamos na barbárie quando a gente olha pra isso e a gente pensa na questão do epistemicídio e nas consequências

dele, nós estamos na barbárie do capital. Esse cenário que o Benjamin traz pra gente é a barbárie, eu não consigo nomear de uma outra forma, se a gente for pensar. O quanto a gente vangloria bastante a violência, o que é o BOPE, gente? O que é o BOPE? É um grupo de extermínio legitimado pelo Estado. Eu sei que eu vou ouvir muitas críticas sobre essa minha fala, mas é como a nossa sociedade está estruturada, então a gente precisa realmente pensar e fazer uma reflexão crítica e alcançar esses lugares. Eu não acredito que vá mudar se a gente não tiver esse modelo de conscientização coletiva, se a gente não conseguir plantar uma semente em cada preto, em cada branco que tiver por aí, eu vou morrer tentando ((risos)), esse o meu compromisso, né? O meu compromisso, a minha esperança e ao mesmo tempo a minha frustração, porque eu não vou fazer pra agora, eu espero fazer pra gerações futuras, eu não vou ver agora. Meu pai morreu sem ver isso, o preto periférico morre conformado com a sua condição, eu tô na indignação e eu quero ir pra cima, eu vou morrer tentando, acreditando que a gente pode mudar esse raio desse cenário, dessa barbárie que acontece, que historicamente não mudou muita coisa, porque a gente saiu do navio negreiro e a gente entrou na caixa negreira. Eu acho que é um pouco disso, sobre as políticas públicas, né? Acho que fazer essa discussão sobre o epistemicídio nessa população negra e indígena, compreender o quanto que essa opressão é uma irmã gêmea das pessoas negras, quase siamesa, quase colada na gente o tempo todo. É que a gente tem que aprender muito cedo como vive essa situação, esse cenário de um preto dentro de uma instituição carcerária-

ria, o quanto isso também impacta na sua subjetividade, Benjamin, o quanto um homem que se reconhece negro e que tem essa crítica toda, é uma vontade de mudar e é nessas pessoas que eu vou acreditar e é nessas pessoas que eu vou continuar, porque o sistema é grande e a gente sabe, é uma montanha grande. Então, pensando nessas perspectivas, eu acho que consciência política, o voto é nossa arma sim, mas não é muita coisa. Às vezes eu fico pensando: “É preciso um levante?”. Que tipo de levante a gente vai fazer? Não tô incitando ninguém a pegar em arma ((risos)), eu tô pensando: “Como é que a gente se reúne enquanto sociedade pra discutir isso”. A estrutura, o muro é muito mais maciço do que a gente dá conta com os nossos martelinhos de quebrar. A gente não pode romantizar, como o Benjamin falou, essas coisas que estão dadas e que são meio Gabriela, é nascer assim, continua assim, e parece que tá tão cristalizado que a gente não vê perspectiva de mudança. Temos que nos perguntar quais são os impactos, e como isso estoura na nossa vida, isso estoura no nosso cotidiano e isso estoura na nossa comunidade. Precisamos Ainda como professora universitária, eu vejo que a gente enfrenta muitas resistências quando a gente faz uma discussão crítica sobre o papel do Estado em relação à segurança, sobre as vidas negras, sobre o epistemicídio da população negra, sobre o capital, o capitalismo, sobre o que significa tudo isso, tem o imaginário da psicologia que é preciso descaracterizar desses lugares de poder, dessas narrativas que excluem a cultura negra, a organização da subjetividade dessas pessoas como quem não pode sentir, como quem

não pode... “Ah não, você tá... não foi racismo o que você sentiu, não foi; não, você tá vindo por um outro lado, você tá levando pro pessoal”. Então a gente como psicólogo, a gente precisa ter uma leitura disso, a gente precisa analisar o contexto e é preciso pegar o nosso código de ética como balizador da nossa ação clínica, porque senão a gente não faz uma gestão da clínica, a gente não faz um manejo clínico que vai levar essa pessoa à emancipação, e pessoas emancipadas dificilmente vão criar sistemas e lógicas tão massificantes como essa que o Benjamin descreveu pra gente. Nós estamos do jeito que estamos, porque por muitos anos a nossa cultura foi esmagada pelo que tá posto aí, pela manutenção dos privilégios de outros. Olha quanto dinheiro envolvido, gente. E aí a gente fala: “Ah, mas a gente é um pontinho no oceano”. Somos muitos pontinhos. A priori, a gente precisa reconhecer isso, e aí eu fico pensando qual é o nosso papel, enquanto categoria, nessa história, qual é a nossa parte neste latifúndio, porque tem. E qual é o nosso papel enquanto cidadã, porque tem um voto aí pra ser depositado, e infelizmente o Brasil opta por uma narrativa excludente, (imprudente 01:34:09), nós estamos vivendo a estagnação e nós estamos sofrendo já o resultado disso, de quatro anos atrás pra cá. Então é preciso a gente ter essa ideia de que... isso que o Benjamin narra não é uma construção de política pública, eu não sei se vocês percebem, é uma construção de lógica de mercado, né? Então eu crio o serviço, eu crio a necessidade do serviço e eu me pago por esse serviço, é isso. E esses bilhões e bilhões de gente que sacou que poderia ter mais privilégio utilizando disso, dessa desgraça aí toda.

**SULAMITA:** Obrigada, Magna. Seguimos aí com o Junião.

**ANTONIO JUNIÃO:** Gostei muito da fala do Benjamin, porque traz aí um outro ponto dessa estrutura que a gente vive, que a gente está dentro do capitalismo, então tem gente morrendo e tem gente lucrando, né? E tem essa lógica mercadológica nas prisões, tem essas empresas ganhando dinheiro, sem contar também nos que tem no judiciário também, né? Tem o judiciário nessa equação aí que já é um outro imbróglio gigantesco e a gente tem um dos judiciários mais caros do planeta, e por que é que a gente tem esse judiciário mais caro, entendeu? A quem serve? A gente na Ponte faz muita matéria sobre pessoas que são presas sem provas.

**BENJAMIN CAMPOS:** Junião, nosso judiciário é branco. Desculpa intervir, mas é branco.

**ANTONIO JUNIÃO:** Sim, sim. Com certeza. A gente tem muita matéria na Ponte, assim, que chegam denúncias de pessoas que são presas sem provas, pessoas que são forjadas e muitas das vezes, assim, as provas, assim, é gente que não é perito, que não tá... você olha assim, você fala: "Não tem prova aí, brother, como assim?". E só que o delegado aceita a acusação dos policiais e o promotor aceita também, e o juiz aceita também, sabe? Então, por exemplo, isso que a gente viu, por exemplo, do Moro, do caso Lula, que é um caso maior, de maior repercussão, você fala: "Nossa, gente, como que acontece isso?". Mas vemos no dia a dia, em cada porta de delegacia tá acontecendo isso também, e há muito tempo. Há muito tempo. Então

é uma estrutura, é uma máquina de moer carne que a gente tem, que passa por várias instâncias, desde essas que o Benjamin disse e que chega no judiciário também, que permite esse tipo de violência. A Débora das Mães de Maio, ela tem uma fala ótima sobre isso, que ela fala que a polícia, ou ela mata, ou ela encarcera, e o judiciário enterra, porque é uma lógica, é um círculo de violência, que ele tá aí contínuo há muito tempo, que começou, que vem desde 1500, depois que virou república, a forma de se... como Magna disse, não era mais navio negreiro, mas é a caixa de manter pessoas, que ou era dentro do cárcere ou dentro dos manicômios e etc., que tá aí, se perpetuando. Então, daí quando a gente fala sobre política pública, obviamente que a gente tem aí uma construção, eu não sou expert nisso, mas que a gente chama de política pública o que vem de 88 pra cá, mas o Estado sempre esteve presente, a política de morte, essa política de encarceramento, essa política de excluir sempre existiu, ela sempre existiu. Então a gente precisa começar a discutir mais sobre isso e trazer também outros atores pra discutir política pública, porque hoje em dia você vê assim, principalmente nos jornais da mídia hegemônica: "Ah, vamos falar sobre reforma trabalhista". Daí só traz atores da classe empresarial, da classe patronal pra falar sobre a reforma trabalhista, não traz sindicato, não traz gente do movimento social. Então é ainda assim que são formadas as políticas públicas aqui no Brasil. A elite... a elite não, a burguesia, né? Eu gosto mais desse, elite é o melhor de uma categoria, como diz Emicida, disse Emicida pro Luciano Huck um tempo atrás, então não dá pra chamar esse povo de elite,

é burguesia mesmo. Então a burguesa tá sempre ocupando esses espaços aí, que a gente tem que tomar esse lugar deles. E política pública na área de segurança é algo que... assim, política pública progressista que vá trazer um benefício melhor pra sociedade, assim, a gente precisa pautar, porque o que a gente tem ainda é a política de extermínio, só. Por exemplo, um exemplo bom, assim, de lembrar, quantas intervenções militares foram feitas no Rio? Assim, desde a ECO-92 estão se fazendo intervenções militares no Rio, pra quê? Aí entra no que o Benjamin falou: “Quem ganha com isso?”. A última que teve na época do Temer, acho que foi a décima terceira, gastasse...

**MAGNA DAMASCENO:** Eu acho que é até de desespero, né, Junião?

**ANTONIO JUNIÃO:** É, exato. Gastasse milhões, gastasse milhões com essas intervenções pra nada, entendeu? E a população aplaude, por quê? Porque é esse imaginário de polícia na rua: “Não, eu quero polícia na rua mesmo, eu quero exército na rua, porque o bandido – o negro sempre, ou o indígena – precisa ser preso; não, essa violência precisa acabar”. Então a gente não tem uma discussão madura em cima... ou seja, a gente tem sim, mas, assim, essa discussão não chega nas instâncias que necessitam chegar. Na formação onde tem que chegar mesmo pra ser discutida, pra ser implantada. Então eu concordo contigo, Magna, a gente vive numa barbárie, mas estamos lutando, estamos fazendo perguntas, estamos questionando, escutando os movimentos sociais. O movimento social tá aí produzindo cultura.

**MAGNA DAMASCENO:** (inint 01:41:15) importante e forte nesse momento, né, Junião?

**ANTONIO JUNIÃO:** Sim, sim.

**MAGNA DAMASCENO:** Muito enriquecimento, quando eu digo assim, eu vejo meninas de 16 anos que já descobriram coisas que eu levei 40 anos pra descobrir, isso foi muito devido ao movimento negro brasileiro, que o tempo todo também é apagado da importância que ele tem nas suas pautas, na maneira como ele está avançando, acho que são coisas que vão fazendo parte disso, dessa, vou dizer, alternativa pra se construir políticas públicas, porque precisamos... tem uma frase que uma vez me disseram, e eu não esqueço nunca: “A gente só muda se tá dentro, dentro do quê? Do sistema”. A gente só... ah, só que o Benjamin tá lá na Fundação Casa, não tô podendo (inint), né, Benjamin? Eu não sei, é um pouco disso. É pra entender essa lógica perversa e tentar pensar em estratégias de mudança: “O que é que eu posso melhorar nesse inferno aqui?”. Então eu acho que é um pouco disso também, só compactuando com a sua fala, que eu achei tão importante.

**ANTONIO JUNIÃO:** Não, sim, sim. Com certeza. É aquilo que você disse, ocupar espaços, né? A gente precisa estar dentro das instituições, como os movimentos sociais estão fazendo hoje também. É muito legal você ver uma Railda do Amparar frequentando audiências públicas, falando com promotores, ver uma Débora das Mães de Maio fazendo... indo nas universidades, indo pra fora do país falar sobre a situação, a Rede de Resistência, de Proteção e Resistência, que mostra,

que aciona muito a Ponte, assim, eles vão atrás. Quando acontece violência policial, escutam a família, passam informações pra imprensa, cobram delegado, cobram a policia militar, cobrar a corregedoria, isso é um movimento que tá acontecendo e ele é muito importante, que isso também é ocupar espaço, né?

**MAGNA DAMASCENO:** (inint 01:43:31), mas ele é importante sim. E eu quero também colocar, que você tá reverenciando tanto as pessoas, eu queria reverenciar Dandara Rudsan, uma advogada, uma mulher trans, que ela fala do transfeminismo negro, da importância da luta das mulheres trans no Brasil, lá de um lugar muito importante, que é procuradora e é lá da Amazonas, é uma mulher preta, trans, Amazonida, que tá nessa luta, e tá num lugar de poder muito bacana. Então reverenciar esse lugar de poder, que são pretas e tal, e eu acho que é importante trazer aqui o nome da Dandara, que pouca gente conhece e é uma mulher lá da Amazônia e com tanta sabedoria e tanto discussão de uma população ainda mais massacrada ainda, que são as mulheres trans, negras e do norte do país, né? Que é tão difícil a gente ter essas discussões aí. Isso é muito bacana.

**ANTONIO JUNIÃO:** Sim, sim. Não, a gente tem, a gente vive essa barbárie. Obviamente a gente vive, mas é bom saber que existem vários focos de luta espalhados por esse Brasilzão, que dá aí um alento da gente continuar com força, continuar respirando e militando.

**GLORIA:** Eu queria falar, se não tiver ninguém inscrito.

**SULAMITA:** Pode falar, Gloria. Acho que pelo que eu olhei aqui na última vez não tem ninguém. Obrigada pela interação de vocês com os comentários pelo chat, com as perguntas.

**GLORIA:** Eu queria destacar aqui, tô vendo o meu colega Raifah Monteiro, a gente atende vítimas de violências do braço armado do Estado, e estamos falando de mães que tiveram os seus filhos assassinados, tias que tiveram suas sobrinhas assassinadas, irmãos que tiveram seus... irmãs que tiveram seus irmãos assassinados. Essas pessoas, o Estado tá muito mais que presente na vida delas de diversas formas, primeiro porque arrancaram seus entes queridos, algumas delas lá no extermínio de Paraisópolis – posso chamar isso de extermínio – e segundo porque o Estado não oferece nenhuma política pública de atendimento à saúde mental dessas pessoas, nós já tivemos uma fala de uma das mães do Movimento Mães e Luto, diz assim: “O Estado é um monstro, ele matou o meu filho, mas ele também deixou os outros irmãos doentes, deprimidos e deixou a mim uma morta-viva”. Essa é uma fala de uma das mães em luto da zona leste: “Me deixou morta-viva, porque desde que o meu filho foi assassinado...”. E foi assassinado, levantou as mãos na hora que foi apreendido pela polícia, se entregou, mesmo assim, foi executado ali mesmo. Então o Estado, esse monstro que mata de diversas formas. Esse sofrimento psíquico que é acometido, não só à mãe, aos irmãos e todos os parentes, é um sofrimento absurdo, uma ferida que não cicatriza, não é possível elaborar, e aqui já falando como psicóloga, muitas vezes o luto que fica, que é essa possibilidade de elaborar esse

sofrimento tão intenso. E fico me perguntando: o que nós psicólogos e psicólogas, o que podemos fazer para enfrentar esse tipo de situação? Então as mães, essas mães que têm transformado suas dores em lutas, e aí a gente participa da Rede de Resistência e Proteção ao Genocídio, a gente se reúne em atos, quero parabenizar aqui o trabalho da Ponte, na figura do Antonio Junião, que é um trabalho muito importante, que – como dizia Adorno – é importante a gente falar para que a barbárie não se repita. Então perguntar aqui pra Magna, que é uma magnitude mesmo, viu, Magna? Nunca um nome fez tão jus à sua pessoa, uma pessoa como você, acho lindo o seu nome. E ao Junião, que tipos de políticas públicas o Estado pode proporcionar a essas famílias tão destroçadas pela própria violência gerida pelo Estado? O Estado que está presente, por um lado, de forma intensa na vida das pessoas, no extermínio, no abandono. O que fazer?

**RAIFAH MONTEIRO:** E até fazer um parêntese aqui antes, Glorinha, desculpe, tinha uma companheira inscrita, mas inclusive a gente tinha convidado algumas mães pra participar, mas aí como foi difícil a comunicação lá, a gente acabou não conseguindo garantir a participação, mas depois a gente leva um pouquinho da discussão que a gente acabou fazendo aqui. Mas tá muito bacana o encontro, parabenizar a todas e todas, todos os companheiros e companheiras aqui. E é um prazer trabalhar com você, Glorinha.

**GLORIA:** Eu também, Raifah!

**SULAMITA:** Que bom que os encontros pelo chat, os encontros aqui pela câme-

ra, Suzana Santos, caso você não queira falar agora, se puder silenciar o seu microfone, porque tá dando ruídos aqui pra gente. Obrigada, Suzana. E a Cláudia quer fazer um comentário, pode falar, Cláudia.

**CLÁUDIA G. ALTIERI:** Oi, boa noite pra todo mundo. Eu sou a Cláudia, eu trabalho no Tribunal de Justiça, no Fórum do Brás, as pessoas, enfim, a maioria já me conhece também, do próprio CRP e tudo o mais. E eu queria só fazer um comentário, eu trabalho exclusivamente com adolescentes em conflito com a lei, e é muito visível, olho nu totalmente a cor da população que frequenta o meu fórum. Enfim, é só a concretização de tudo que a gente tá falando aqui, com certeza. E o que eu ia comentar era o seguinte, o que mais me deixa revoltada é de pensar – que foi colocado agora a pouco – questão das figuras negras, que, por exemplo, no judiciário, o judiciário é branco mesmo, enfim, e aí quando você vê muito raramente um juiz negro ou uma figura mais proeminente, acaba sendo um Joaquim Barbosa da vida, que, pra mim, uma pessoa vendida totalmente, então também equivocado. E um Sérgio Camargo, por exemplo, presidente da Fundação Palmares. O que fazer com essas pessoas que são, enfim, a vergonha, né? Pra mim, são uma verdadeira vergonha, que são fruto, claro, da nossa sociedade e tudo o mais. Mas assim, era só pra fazer esse comentário, que infelizmente é real isso, você não vê, de fato, um número de negros e negras em cargos, enfim, mais proeminentes, etc. E aí quando vê, a gente se depara com isso, que pra mim é muito triste, e a minha vontade é fazer um levante contra isso, enfim, era só esse comentário. E eu acho que seminários como esse tinham que acontecer

todo mês, a gente tinha que montar, eu acho que tá sendo super bom, super rico, super... enfim. E é isso. E a Sulamita, eu só queria dizer que eu nunca vou me esquecer de você, Sulamita, naquele auditório do Brás ((risos)).

**SULAMITA:** ((risos)) Bons tempos, né, Cláudia?

**CLÁUDIA G. ALTIERI:** Bons tempos, nem auditório temos mais agora. Mas enfim, é isso. É isso aí, gente.

**SULAMITA:** Eu trabalhei em medida socioeducativa aí, podia encontrar com você nesses tempos de enfrentamentos possíveis, mais possíveis.

**CLÁUDIA G. ALTIERI:** Exatamente, ainda eram possíveis. Agora nem auditório nos temos mais pra poder fazer aqueles eventos. Mas enfim, vamos aí, a gente continua virtualmente.

**SULAMITA:** Sim, quando eu a vi pela câmera, fiquei feliz, Cláudia. Me trouxe boas lembranças.

((risos))

**CLÁUDIA G. ALTIERI:** Falou, estamos aí, então, gente. Um abraço.

**SULAMITA:** Obrigada pelo seu comentário, pela sua presença. Então seguimos aí, não temos tanto tempo, mas aí uns cinco minutinhos pra Magna e uns cinco minutinhos pro Junião. Só queria comentar essa fala da Gloria, que traz o Adorno com essa citação, falar pra que a barbárie não se repita, né? Que eu acho que diz muito sobre o tema do encontro, que é esse imaginário social, que muitas vezes se apresenta

pelo discurso, mas é um discurso que legitima uma prática, que legitima os dados que o Benjamin trouxe, então da necessidade de uma educação crítica, de um ensino que reconstrua esse imaginário, que reconstrua a desumanização da periferia, dos corpos negros, que desconstrua todos esses lugares de estigma que foram construídos pra alguns corpos, e que pelo discurso legitimam ações violentas, contra determinados grupos. Então só achei importante trazer, porque acho que tem muito a ver com o nosso tema, falar de imaginário é falar também de algo material, de algo que tem a ver com interesse econômico, com interesse de capital, com interesse político, com interesse objetivo. Então obrigada pela sua fala também, Gloria.

**BENJAMIN CAMPOS:** Só pra contribuir, vamos lembrar Hannah Arendt trabalhando com banalização do mal, né? É perverso isso.

**SULAMITA:** Sim. Vamos lá?

**MAGNA DAMASCENO:** Vamos. E aí, assim, eu vou pegar aqui a fala da Gloria, quando ela fala sobre políticas públicas, eu penso que, assim, eu trabalho numa cidade onde, vocês sabem, estava aí nas mídias em 2019, onde teve o evento do Raul Brasil (inint 01:55:29) e ficamos naquela situação, operacionalizando toda aquela tragédia, , eu não consigo ter outra palavra neste momento. E assim, muitas mães perderam os seus filhos ali e era uma tragédia anunciada, obviamente que era uma tragédia anunciada, por quê? Pela ausência de políticas públicas naquele local. Era um local onde nós tínhamos uma política de nove pontos de culturas, três

centros culturais, então tinha políticas públicas para os adolescentes, para jovens da periferia, esses pontos culturais não estavam no centro, no grande centro, eles estavam espalhados pela cidade, a saúde pensava junto com adolescentes, tinha um projeto de mais de 300 adolescentes discutindo saúde e vida a partir da dança, das rodas de dança de rua. Então nós vínhamos de políticas públicas onde o adolescente tinha espaço de expressão, de conversa, de interação, e a gente não ia lá falar sobre gravidez na adolescência, mas a gente fazia enquetes, eles traziam pra nós: “Não, eu quero falar, cara, do meu amigo que tá usando droga, mas tá começando a ficar fora da casinha e eu tô percebendo; eu quero falar de saúde mental; eu quero falar de violência, porque eu passo isso na minha casa”. Que eram os três maiores temas que eles estavam querendo discutir na pauta da saúde naquele tempo, então a gente tinha políticas públicas integradas, pensando nos espaços públicos para os adolescentes, pensando nessa ideia de comunidade, de como que a gente cuida dos nossos jovens. E aí passa, os anos passam, essas políticas são descontinuadas, nós vivemos quatro anos de pura negligência dessas políticas, os pontos de culturas os acessos se fecham, os projetos vão sendo extirpados, os projetos na educação, em saúde, em cultura, e aí depois de quatro anos vem um outro Governo que tá tentando começar e a tragédia acontece. Acontece por quê? Porque estão num outro cenário onde esses jovens que tinham espaços dentro da cidade, na convivência da cidade, passam a não ter mais, e começa a gente ver o aumento do número de suicídio entre jovens, adolescentes muito jovens, entre 11 e 12 anos, E o que

é que isso quer dizer pra gente? Que violência é essa que o Estado coloca? Então eu penso, Gloria, que tem possibilidade de políticas públicas sim que podem também ser mercadológicas, mas para o bem, né? Porque se você for pensar, erão 300 jovens, eram mais de 24 monitores por unidades, e isso gera dinheiro, são oficinas, são pontos de cultura, tem empregabilidade, tem o terceiro setor envolvido, são políticas públicas também para a adolescência, com espaços de convivência, espaços mais saudáveis, espaços de privilégio da população preta periférica e mais jovem, mas que também podem gerar um mercado aí, vamos assim dizer, mas, infelizmente, as políticas públicas foram descontinuadas (inint 01:59:07), né? E assim a gente vai vendo, presenciando e chegando nessa situação que a gente chegou. Então eu acho que primeiro é políticas públicas para os adolescentes, eu acho que isso precisa acontecer, a gente precisa estar com eles. E não tô dizendo que a adolescência é um lugar ruim, onde todas as coisas acontecem, por isso... não, não é isso. É porque é um público muito vulnerável, então nós precisamos cuidar desse público, é disso que eu tô falando. Segundo, políticas para a cidadania, nós não temos isso, gente. Não temos. É ilusão, nós não temos políticas para a cidadania, políticas para o pertencimento, a gente não tem. A gente não se sente pertencente dos espaços que a gente frequenta, dos lugares onde a gente tá. Então eu acho que seriam ações, seriam caminhos para gente poder pensar, porque a gente pode viver uma outra prática, se a gente não pudesse, a gente não estaria aqui discutindo e tentando pensar sobre isso. E quando a Cláudia fala assim: “O que fazer com caras como Sérgio e Barbosa?”.



Enfim, eu fico pensando, pra mim, o Paulo Freire se encaixa tão bem nessa questão, que quando a educação é falha o desejo do oprimido é ser o opressor, né? E aí eu acho que não tem jeito, gente, este é o exemplo. O nosso exemplo de resistência é mostrando uma outra possibilidade, é fazendo enfrentamento, como a Sulamita estava falando, sobre espaços de enfrentamento, que eu acho que hoje não temos mais nenhum, o teatro é um espaço de enfrentamento, as ruas são espaços de enfrentamento, vamos pra rua, é a gente denunciando, como o Benjamin estava fazendo, e trazendo uma discussão, e vamos elevando o nível da discussão e é não desistindo de ocupar esses espaços, é mostrando como que a gente pode de maneira criativa, e não tão violenta, construir novas alternativas. É o caminho que eu vejo. Essas são as respostas coletivas que eu gostaria de ver sempre abraçadas e sempre se fortalecendo, nessa toada de que ninguém solta a mão de ninguém. Eu, recentemente, passei por uma capacitação, na verdade, era uma incubação de um edital para equidade racial de lideranças femininas negras (inint 02:01:28) que eu ganhei, que foi do Fundo Baobá, E eu levei seis meses pra entender... eu fiz, porque eu queria um projeto que reforçasse mais o que eu tava fazendo no município, e aí eu passei no edital, mas a galera do Fundo Baobá falou assim: "Não, minha querida, este projeto, a gente entende que você deve pegar essa grana e reverter na sua comunidade, mas esse projeto é para que você possa desenvolver suas habilidades, ele é pra você, você vai pegar essa grana e vai investir em você". E eu fiquei assim, eu levei seis meses, eu entendi, mas é isso mesmo que eu escutei? Você vê, teve um investimento na

pessoa, e ele era específico pra pessoas negras, teve um investimento. Eu levei seis meses, com medo de gastar a grana. ((risos)) Aí eu falei: "Não, é isso mesmo". E está certo!!! Então teve uma iniciativa que acredita naquela pretinha, que precisa sim ser financiado pra ter um bom estudo, pra desenvolver suas potencialidades, que a gente precisa sim ver o nosso imposto sendo algo que financie essas pessoas, pra que elas atinjam um lugar. O que me trouxe de transformação, eu há um tempo atrás não me sentiria capaz de estar numa discussão como essa, e eu consegui, a partir desse investimento financeiro, frequentar espaços que me trouxeram e ampliaram a minha subjetividade no sentido assim: "Não, eu tenho essa vivência, eu tenho esse estudo, eu posso falar disso, este lugar me pertence". Então cada vez mais eu vou me sentindo pertencente de mim mesma, mas isso são iniciativas ainda muito pouco (inint 02:03:21), como o Fundo Baobá para a equidade racial. A gente precisa ver iniciativas públicas de investimento, eu quero uma educação de qualidade na periferia, eu quero professores que tenham criticidade ao lidar com processo de relações interpessoais na sala de aula, que discutam os impactos das relações na sala de aula e como isso desdobra nos sentimentos na sala de aula, de crianças muito pequenas. Eu quero que esses professores discutam gênero na sala de aula. Então uma educação de qualidade, que não seja falha, como diria Paulo Freire, que construa o que é cidadania, ela é fundamental, é uma política pública fundamental, porque a gente tem que balizar dos dois lados, já desde a primeira geração, para as próximas gerações e considerando as gerações antepassadas... (...) e eu penso que

é isso, entende? Eu vou passar a palavra, que eu já falei demais.

**SULAMITA:** Obrigada, Magna. E só aqui a minha mediação que é bem interventiva. Achei importante você trazer isso do sonho do oprimido é ser opressor, né? É sempre bom lembrar o Paulo Freire, principalmente num contexto que a gente luta tanto por representatividade ou representação, depende aí do conceito que a gente queira abordar, mas acho que é importante discutir representatividade sim, e aí o comentário da Cláudia me fez lembrar até uma postagem que eu fiz hoje do Eduardo Leite, que vai apoiar o Bolsonaro, o Eduardo Leite é gay. E aí eu sei que dá uma tristeza à minha comunidade LGBTQIA+, e aí da uma tristetinha, você fala: "Putz, o cara é gay, vai apoiar o Bolsonaro, incoerente". E aí a gente fala tanto de representatividade, das pessoas negras no poder, das mulheres no poder, mas muitas vezes não é uma representatividade que expressa, que representa os nossos interesses coletivos como grupo, como comunidade, mas eu acredito que isso também diz muito, isso também me faz pensar nessa cultura que a cultura já... quando fala do Joaquim Barbosa consegue colocar isso, somos todos frutos dessa cultura, dessa reprodução dessa cultura que é autoritária, que é capitalista, que é neoliberal, que é racista, então estamos inseridos na cultura, a população negra não foi criada na nuvem, foi criada nessa mesma cultura. A comunidade LGBTQIA+ não foi criada na nuvem, foi criada nessa mesma cultura, não é uma fala num lugar de se conformar, e eu fico brava com os discursos, que são discursos antidemocráticos, que são discursos racistas, não só fico brava, mas fico extremamente triste,

angustiada, mas isso... quando eu vejo a minha comunidade apoiando o Bolsonaro, por exemplo, ou uma representatividade negra que não me representa, também me faz voltar um pouco e pensar na nossa humanidade, não somos um coletivo que pensa do mesmo jeito, todo mundo igual, então inevitavelmente teremos pessoas negras que não nos represente na íntegra, como coletivo, inevitavelmente teremos pessoas gays que não nos representem, e isso faz parte da humanidade, faz parte da cultura, faz parte dos significados que cada um e cada uma vão construindo aí ao longo do tempo, então só uma reflexão aqui, não uma conclusão, mas é decepcionante sim pensar, né?

**CLÁUDIA G. ALTIERI:** Assim como o capacitismo, né, Sulamita? Só pra falar, assim como o capacitismo também, quer dizer. Então, enfim, eu como deficiente física também tenho uma Mara Gabrielli que não me representa em nada ((risos)), só pra não se sentirem sozinhos.

**SULAMITA:** Sim, é decepcionante, né? Mas é possível ao mesmo tempo. Então, tá bom. Junião, é com você agora, pra ir encerrando aí o nosso encontro de hoje.

**ANTONIO JUNIÃO:** Nossa, depois de tantas contribuições aí fica até difícil eu falar alguma coisa aqui ((risos)). Mas eu acho, assim, que a produção de conhecimento, como a gente tá falando de políticas públicas, a produção de conhecimento é algo que sempre tem que ser valorizada e tem que ser o pensamento principal, porque através dessa produção é que a gente constrói... as pessoas, principalmente os adolescentes estão construindo as suas identidades, é aonde estão

colocando, estão se expressando, estão falando, estão se comunicando, e quando isso não é possível, principalmente dentro desses territórios mais afastados, dentro dos territórios periféricos, é uma violência, porque é um silenciamento que acontece, né? E todo silenciamento adocece. Não sou psicólogo, mas é algo que a gente sente, que todo silenciamento adocece, e daí bota naquela máquina de moer carne que a gente fala, e adocece quem? É violento contra quem? Mesmo a própria violência policial, que ela existe hoje, assim, ela é violenta com o cidadão e é violenta com o policial também, que o policial também morre e morre bastante. E assim, ele não morre tanto em confronto como quanto se acha, ele morre fora de serviço, porque ele morre fazendo bico ou ele morre com suicídio. A taxa de suicídio de policiais hoje é altíssima, né? Então essa violência de Estado que a gente sofre hoje, ela tá afetando o cidadão, ela tá afetando o policial, ela tá afetando a sociedade no geral, só não tá afetando quem tá na torre, entendeu? E isso é uma lógica que faz mal pra sociedade como um todo. A gente precisa começar a entender, assim, que, por exemplo, que muita gente fala que, por exemplo, quando o Bolsonaro entrou a democracia diminuiu. Não, a democracia nunca existiu, existia pros grandes centros, mas na periferia essa democracia nunca existiu, a gente precisa começar a entender também que essa zona de apagamento, essa zona de silenciamento, ela tá aí, ela precisa ser discutida e as políticas públicas têm que priorizar, né? Não inclusão, porque eu não gosto de falar muito em inclusão não, porque tem que priorizar que essas pessoas ocupem o espaço que é delas por direito. Eu não gosto muito de falar em inclusão, porque inclusão parece que a gente tá sendo benevolente e que...

não, não! Tá na constituição: direitos iguais. Então esse direito é dessas pessoas, elas têm direito a ocupar esses espaços, então a gente tem que pensar em políticas públicas que promovam esse direito, políticas públicas que vão nesse tom assim, da gente chegar numa democracia, de fato, não essa democracia que só serve pra algumas pessoas, principalmente pras pessoas que estão se expandindo. Então a gente precisa entender o que é ser democracia, pra gente começar a entender qual futuro que a gente quer. E a produção de conhecimento perpassa por toda essa questão de você emancipar pessoas. É isso.

**SULAMITA:** Muito obrigada, Junião. Muito obrigada, Magna. Obrigada, gente. Obrigada todo mundo que participou aqui com os comentários, no chat, com as falas, com a presença ativa e participativa. Foi um debate muito importante, consegui pensar um monte de coisa aqui, então foi muito importante pra mim ouvir todos e todas vocês. Estamos encerrando então, agradeço a participação de vocês novamente, amanhã tem o fechamento do seminário, é ao vivo e não precisa de inscrição, é pelo YouTube e pelo Facebook do CRP, então estão todos convidados e convidadas e convidadas pra estarem amanhã com a gente nesse encerramento, foi muito importante tê-los e tê-las por aqui, então agradeço muito, desejo a todos e todas vocês um ótimo final de semana e é isso, minha gente. Encerrando aí mais um dia, mais um horário dessa roda de conversa que só engrandece a gente, dessas rodas de conversa, agradeço a todo mundo. (...)

**(fim da transcrição)**

## Que segurança pública queremos?

Depois de uma programação intensa, a live de encerramento do Seminário Estadual "**Segurança Pública e violência policial: quais corpos são alvos?**", transmitida no dia 3 de julho de 2021 abordou o tema "*Que segurança pública queremos?*". A lista de convidados permitiu conhecer e contrapor diferentes olhares. Agentes da lei, da Justiça, de movimentos sociais e representante das vítimas compuseram um quadro complexo, que demonstrou o quanto o Brasil está muito longe de contar com a segurança almejada, principalmente quando falamos nos territórios da periferia, habitados geralmente por corpos negros pobres. Os relatos, mesmo que vindos de lugares tão díspares, convergem em vários pontos, seja em tom de denúncia, seja de *mea culpa*: o racismo estrutural contamina o trabalho da polícia que, ao invés de proteger, abate, do Ministério Público, que se omite, assim como os juízes. E aos que estão à margem, sobra o desamparo.

## ENREDAR PARA ENFRENTAR, O OLHAR DE QUEM AJUDA

“Quero deixar uma coisa bem clara: somos contra esse genocídio”, a afirmação contundente é da psicóloga Marisa Fefferman, que faz parte do movimento Rede de Proteção e Resistência contra o Genocídio, que atua nas cidades do ABC Paulista. Como uma tentativa de trazer justiça onde os agentes da segurança pública representam a morte e o medo, a missão da Rede é construir, junto aos territórios, estratégias para uma segurança pública popular, na busca da garantia das vidas do povo pobre, preto e periférico, enfrentando as violações de direitos humanos praticadas pelo Estado.

“Eu faço parte de um grupo de pesquisadores que discute a questão do juvenicídio, para pensar justamente que o Estado Penal não é uma questão brasileira. Com a queda do Estado de bem-estar social, a gente vai se deparar com total falta de direito, e vai aparecer o Estado Penal como uma forma de lidar com essa população excludente. Essa população excludente é justamente o jovem negro que vive nas quebradas ou jovem indígena que vive nas quebradas”, contextualizou Feffermann. O fenômeno, que se reproduz em toda a América Latina, tem como resultado a ausência de direitos. “Quando a gente pensa no genocídio, a gente não pensa só na morte final, mas nas inúmeras situações de criminalização e de culpabilização que vão ocorrendo durante toda a vida dessas pessoas”, explicou a psicóloga.

O trabalho da Rede se coaduna ao de outros agentes, conforme suas especificidades. Isso inclui movimentos culturais, como o Hip-Hop, agentes de saúde ou de

educação, por exemplo. “Para ressignificar essa perspectiva, nós trabalhamos a partir de uma perspectiva territorial, de enredar, enredar com quem queira. E cada região tem um jeito, uma cara”, relatou. Essas conexões permitem a atuação em várias frentes: atendimento aos familiares de presos afetados pelas restrições de visitas durante a pandemia, às mães de jovens assassinados por policiais, etc.

A luta, segundo ela, é para quebrar o ciclo do medo, que é usado como arma de dominação e buscar uma segurança pública popular e restaurativa. “Uma política pública só tem sentido se está ligada e relacionada com aquele que está sofrendo. A rede tem como grande objetivo dar visibilidade. E eu acho que estamos conseguindo isso”, avaliou.

Uma importante convocação fechou a sua fala: “Nós, brancos, temos uma responsabilidade. Cada um de nós que não está sofrendo na pele todo esse massacre de ser negro tem a obrigação de sair do WhatsApp e ser antirracista”.

***“A história de todos nós é uma história de muita luta. Quer dizer, a gente nunca pensou que um profissional pode estar dissociado de uma luta política social. A nossa Rede de Proteção e Resistência Contra o Genocídio parte de princípios. São princípios que a gente não abre mão. Então a gente é anticapitalista, anticolonialista, antipatriarcal, antirracista”***

*Marisa Feffermann*

## REESTRUTURAR PARA FUNCIONAR, O LUGAR DE QUEM FAZ A ENGRENAGEM RODAR

Como membro da Defensoria do Estado de São Paulo, Fernanda Balera é mais uma voz que denuncia que o racismo estrutural orienta a formação do Estado brasileiro. “A gente sabe muito bem quem está morrendo e quem está matando”, disse ela. Para avaliar como as instituições oficiais podem mudar esta realidade, a jurista discorreu sobre eixos que precisam ser modificados. “É possível, sim, uma outra política de segurança pública, desde que ela esteja orientada pela nossa Constituição Federal de 1988 e por todos os tratados de direitos humanos de que o Brasil é signatário. A gente não precisa inventar nada novo. Tudo o que hoje a gente vê no Brasil em termos de segurança pública é contrário às leis e aos compromissos que o Brasil mesmo já se propôs a cumprir”, argumentou.

Para que haja uma transformação efetiva, é preciso, segundo Balera, debater sobre a efetividade e a eficiência do trabalho policial, que continua matando de forma abusiva. Dados da Secretaria de Segurança Pública demonstram que uma em cada quatro mortes no estado de São Paulo é praticada pela polícia. “São mais de 800 pessoas mortas no último ano. E, claro, essas pessoas que estão morrendo são os jovens negros, que no total de mortos representam 62,8%, embora no total da população que se declara negra sejam 34,8%”, analisou. Paralelamente, não há uma efetiva investigação desses casos de mortes praticadas por policial. “A própria corporação não age para que isso seja controlado”, ressalta Balera, re-

lembrando que o Ministério Público também descumpra a sua função de controle externo.

Outra discussão urgente é reestruturação do sistema prisional. “É óbvio que também é um reflexo do genocídio da população negra. É muito comum que os jovens hoje passem por essas duas experiências”, refletiu, referindo-se aos jovens que ingressam no sistema prisional e acabam mortos ao sair.

Uma medida importante para redimensionar o sistema penal é rever a lei anti-drogas. “A gente precisa de uma lei que não permita esse encarceramento em massa das pessoas jovens e pobres. Isso passa inicialmente pela descriminalização do uso, mas tem que ir além. A gente precisa pensar num modelo de descriminalização de todas as drogas. Uma reforma completa desta política de drogas no Brasil, defendeu a advogada.

A regulamentação e o controle das armas de fogo é outro ponto que não pode ser negligenciado. “Hoje a gente assiste, com o governo Bolsonaro, a flexibilização do acesso às armas de fogo e o que isso pode produzir é cada vez mais mortes e mais violentas”. Por isso, o tema, para Balera, deve ser tratado de forma central na discussão da Segurança Pública.

As avaliações foram também internas. “Eu acho que a própria Defensoria precisa se reestruturar para que haja uma política de atendimento às famílias. Para que haja uma atuação proativa e ativa nas comunidades e junto aos familiares das vítimas de violência. A gente vê que é muito difícil

atuar em casos envolvendo letalidade policial e fazer uma defesa efetiva”, admite.

***“A segurança pública precisa estar enredada também com os outros direitos básicos, como saúde, educação. A segurança pública não pode ser um mundo à parte, em que a polícia não dialogue, não atue junto com as outras instituições do Estado”***

*Fernanda Balera*

### **APROXIMAR PARA ACOLHER, O GESTO DE QUEM FAZ PARTE DO SISTEMA**

Promotor de Justiça há 44 anos, Claudionor Santos fez coro às críticas da colega Fernanda Balera com relação à atuação ainda frágil da fiscalização efetuada pelo Ministério público. E ressaltou a importância de discutir a questão da violência contra a população jovem, de 15 a 29 anos, “que são aquela camada da sociedade que sofre com o encontro mortal com as balas desferidas pela nossa polícia militar”, ironizou.

Santos fez uma revisão histórica para contextualizar e demonstrar que os efeitos dos quase 400 anos de escravidão reverberam até hoje. “Nós negros fomos jogados na rua sem qualquer política pública em nosso favor. Ao contrário dos senhores donos dos corpos, que foram indenizados. Depois, criou-se uma política de embranquecimento da sociedade, trazendo europeus para serem trabalhadores remunerados, ao contrário dos negros. Este, então, ficou sem terra,

sem educação e sem trabalho”. A situação de extrema fragilidade com relação à população negra que foi e é afastada para os quilombos modernos, para a periferia, segue. “E, lamentavelmente, ela não foi recepcionada pela Constituição de 88, essa cidadania não chegou a determinados setores da nossa sociedade, que foram alijados. Sem trabalho, sem moradia, morando nas franjas das grandes cidades, pouca coisa sobrou para que essa população sobrevivesse”. Mas se o preconceito marca também a ação policial, as instituições do Estado têm que agir “A cada 23 minutos, um jovem preto é assassinado. A administração pública deve ser movida pelo princípio da eficiência. Diante desse número de mortes, eu pergunto a vocês: qual a eficiência do Ministério Público com relação ao enfrentamento dessa questão?”, indagou o assessor da Corregedoria, ao assumir que o Ministério Público deve ainda muito à sociedade brasileira. Mas revelou que há movimentos para reduzir essas distorções. Grupos do MP que discutem o racismo e o genocídio e o Corregedoria Cidadã, em que o promotor visita entidades do município.

Santos defendeu uma remodelação do MP, criando uma entidade mais próxima, com promotores que saiam de seus gabinetes e saibam das reclamações e das demandas da sociedade. “Eu acredito de uma maneira muito concreta que o Ministério público do futuro vai fazer valer aquilo que a Constituição prega, como objetivo fundamental de combate à desigualdade, de respeito à cidadania, de respeito”, profetizou.

***“Eles se intitulam advogados da sociedade. Eu pergunto a vocês, que advogado é esse que não vai ao encontro das demandas da sua clientela?”***

*Claudionor Santos*

## **HUMANIZAR PARA PROTEGER, A VOZ DE QUEM ESTÁ NA LINHA DE FRENTE**

A Segurança pública que queremos é almejada também por parte dos homens e mulheres que compõem as forças policiais. Um dos principais representantes desse grupo, o de Policiais Antifascistas, é Abdiel Ambruster, de origem palestina, evangélico de esquerda, defensor dos Direitos Humanos.

Ele iniciou sua participação lembrando três casos marcantes, a princípio distintos: Marielle Franco, João Maria de Figueiredo e Lázaro Barbosa de Souza. Afirmou que essas três pessoas têm aspectos importantes em comum: “Elas são pretas. Elas foram assassinadas. Elas são corpos pobres, pretos, periféricos, femininos e LGBTQIA+. A Segurança Pública que eu quero é uma segurança pública que pare de assassinar o nosso povo pobre, preto, periférico feminino e LGBT”, afirmou.

Há, segundo ele, muitos policiais que não concordam com a Segurança Pública que aí está, e por isso nasceu em 2015 o Movimento, que alcançou reconhecimento nacional com a publicação de carta contra o golpe da então presidenta Dilma Rousseff. “O Movimento se colocou contra contra essa agressão à democracia e nesse sentido foi que mais ou menos 100 policiais assinaram a carta. Eu encabeço essa carta e faço o trabalho de divulgação. O

movimento ganhou repercussão nacional partir disso”, relatou.

Atualmente, há núcleos de atividade em diferentes partes do país. “A partir de 2020, o Movimento se colocou contra a política genocida de Bolsonaro e contra suas ideias fascistas. O Movimento fez uma carta com assinatura de mais de 500 policiais, com o intuito de marcar o posicionamento de que não concordamos com essa política fascista e genocida”, contou, explicando que esse documento fez com que os membros do Movimento começassem a ser espionados. “Entramos com um processo junto ao STF, né? A ministra Carmem Lúcia acatou a peça. Estamos entrando com um *habeas data* para saber o conteúdo dessa espionagem. Essa espionagem já indica que isso é à margem da lei”, defendeu o policial.

O grupo, que hoje precisa enfrentar parte do sistema para defender seus ideais compara-se ao médico húngaro Ignaz Semmelweis, que defendia os médicos lavassem as mãos como forma de reduzir a morte de pacientes. “Ele foi internado em um manicômio por defender o óbvio, mas hoje é referência na medicina”, refletiu Ambruster. Ele ressaltou ainda a importância da vontade da entidade política para que as coisas mudem e que é preciso direcionar esforços para combater esse sistema que assassina a nossa juventude.

***“Quando o movimento antifascista fala da defesa dos direitos humanos, estamos falando o óbvio. A defesa das democracias, a defesa das práticas***



***para que as pessoas, independentemente da sua cor, raça, origem sejam respeitadas. Não se pode evitar a chegada da primavera. Estamos avançando”***

*Abdael Ambruster*

## **INCOMODAR PARA SEGUIR, A DOR DA VÍTIMA**

A fala mais esperada e a mais difícil de ser dita e escutada certamente foi a de Solange Oliveira, uma das lideranças do movimento *Mães em Luto da Leste*. No dia em que o assassinato do seu filho Vitor, morto pela Polícia Civil, completava seis anos e quatro meses, Sol, como é conhecida, fez um relato contundente sobre a vida e a morte nas periferias brasileiras.

A difícil relação com as instituições oficiais acompanha o dia a dia em diferentes instâncias do sistema de segurança pública, que trata como inimiga a população que deveria proteger. Desde a abordagem policial, com a arma empunhada e engatilhada, até o descaso na busca por amparo e respostas. “Nós somos maltratadas desde o a delegacia, quando a gente fica sabendo que infelizmente o nosso filho foi morto. Nós que fazemos a investigação, porque o DHPP não investiga nada”, relatou Sol, que chamou atenção também para o fato de que não há nenhum tipo de assistência médica ou psicológica e que para conhecer o advogado do caso cabe à mãe enlutada ir até o Ministério Público.

Com a força de quem não tem mais nada

a perder, a moradora da região de Sapopemba há 49 anos fez uma análise objetiva do seu cotidiano. “Eu falo que a pena de morte no Brasil só não está assinada, porque na periferia ela é nítida. Só não enxerga quem é cego, quem não quer ver. Ditadura também não acabou. Ela vive lá”.

Sua fala reafirma também o que ao longo do seminário foi pontuado como um dos principais problemas do sistema de segurança: a omissão do Estado quando há envolvimento de policiais nos assassinatos. “O Ministério público também é um assassino, igual a um policial fardado na rua. A maioria dos casos que eu conheço são arquivados sem uma investigação. A bala mata na rua, o Ministério Público mata com a caneta”, resumiu. E complementou: “Como um policial que está sendo investigado por um homicídio ainda está na rua, abordando e matando novamente? Continua com a sua farda, com a sua arma?”.

Da dor que não pode ser adjetivada vem a força que a faz seguir. “Eu ouvi do padre Lancellotti que a gente tem que incomodar. Realmente. E nós estamos incomodando e vamos incomodar. Enquanto eu respirar e outras mães respirarem. Nós vamos incomodar”, afirmou Sol, ao falar da necessidade de se fazer ouvir para evitar que o mesmo destino encontre outros jovens. A luta dessas mulheres que não puderam salvar seus filhos, explicou ela, é para o futuro. “Porque nós mães, com o apoio de todos, vamos mudar esse país. Nós vamos fazer os jovens da periferia terem o seu direito de ir e vir respeitados, terem a sua vida respeitada.

***“Eu ouvi a fala de todos, ‘nós queremos uma polícia menos assassina’. E nós, mães, exigimos uma polícia que não seja assassina em todas as regiões. Especialmente na periferia, porque na periferia é onde acontece a execução, não é?”***

*Solange Oliveira*

## DEBATEDORES

**Marisa Feffermann** - Doutora em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo. Post doctora em Investigación en Ciencias Sociales, Nlez y Juventud (CLACSO). Atualmente é pesquisadora do Instituto de Saúde da SES/SP, da FLACSO - Brasil (Faculdade Latino Americana de Sociologia), Coordenadora do Grupo de Trabalho - Infancia y Juventud: Políticas, Culturas e Instituciones Sociales da CLACSO.. Autora do Livro: Vidas Arriscadas: o cotidiano de jovens trabalhadores do tráfico de drogas.

**Fernanda Balera** – Defensora Pública do estado de São Paulo. Trabalha, atualmente, no núcleo de Cidadania e Direitos Humanos.

**Claudionor Santos** - Promotor de Justiça do Estado de São Paulo desde 1977

**Abdael Ambruster** - Coordenador do Movimento Policiais Antifascismo em São Paulo, coord. do Setorial de Seg. Pública PT SP, diretor Sindical do SIFUS PESP. Ex-diretor de Inteligência da Secretaria de Administração Penitenciária de SP.

**Solange Oliveira** Mãe do Vitor (morto pela polícia). Uma das lideranças do movimento Mães em Luto da Leste.

**Apresentadora/mediadora Mônica Marques**, psicóloga e conselheira do CRP-SP

Acesse aqui a live de encerramento.





Conselho  
Regional de  
**PSICOLOGIA SP**